



COMUNICAÇÃO
PARA O
DESENVOLVIMENTO
NA ARTICULAÇÃO
SEMIÁRIDO
BRASILEIRO (ASA):
ANÁLISE DAS
REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS SOBRE

Mulheres

NO BOLETIM
O CANDEEIRO

CATARINA DE ANGOLA OLIVEIRA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

RECIFE
2018





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX

CATARINA DE ANGOLA OLIVEIRA SILVA

**COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NA ARTICULAÇÃO
SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA):
ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE MULHERES NO
BOLETIM O CANDEEIRO**

RECIFE
2018

CATARINA DE ANGOLA OLIVEIRA SILVA

**COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NA ARTICULAÇÃO
SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA):
ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE MULHERES NO
BOLETIM O CANDEEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Profa. Dra. Maria Salett Tauk Santos.

RECIFE
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586c Silva, Catarina de Angola Oliveira
Comunicação para o desenvolvimento na Articulação Semiárido
Brasileiro (ASA): análise das representações sociais sobre mulheres no
boletim O Candeeiro / Catarina de Angola Oliveira Silva. – 2018.
159 f. : il.

Orientadora: Maria Salett Tauk Santos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento
Local, Recife, BR-PE, 2018.

Inclui referências, anexo (s) e apêndice(s).

1. Agricultura familiar 2. Mulheres na agricultura 3. Mulheres –
Brasil - Condições sociais 4. Comunicação no desenvolvimento rural
5. Comunicação na agricultura 6. Comunidades - Desenvolvimento
7. Regiões áridas I. Santos, Maria Salett Tauk, orient. II. Título

CDD 303.44

CATARINA DE ANGOLA OLIVEIRA SILVA

**COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NA ARTICULAÇÃO
SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA):
ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE MULHERES NO
BOLETIM O CANDEEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como exigência para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Avaliada no dia 21/02/2018 pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em: 21/02/2018

BANCA EXAMINADORA:

Salett Tauk Santos

Profa. Dra. Maria Salett Tauk Santos

Orientadora

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Maria do Rosário de F. A. Leitão

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Examinadora Titular Interna

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Sandra Raquel dos Santos Azevedo

Profa. Dra. Sandra Raquel dos Santos Azevedo

Examinadora Titular Externa

Universidade Federal da Paraíba

À Guadalupe Freitas, minha mãe, com todo meu amor. Pelas lutas que vivenciou e vivencia, e por partilhar esta vida comigo desde a barriga. Por me ensinar a ver nossa história com o olhar da dignidade e que a força da luta está em nossas mãos. Por toda sua dedicação para a garantia do meu direito à educação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muitas parcerias, de muita amizade, de dedicação e de muito amor. No momento em que escrevo esses agradecimentos, muitas memórias me vêm à mente, e eu penso de como ele poderia ser melhor, mas também de como ele é o melhor de mim neste momento. Ele não seria possível se eu estivesse só, ele só é possível por causa da presença de muitas vidas na minha vida.

E por isso agradeço ao povo brasileiro, pela sua força frente ao golpe que o Brasil vem passando e, que com seus impostos, me possibilitou realizar os estudos de mestrado em uma universidade pública, com acesso à bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Posmex/UFRPE) pelo aprendizado, pela firmeza frente ao contexto. Aos meus colegas de turma, pela partilha das coisas mais simples aos mais complexos sentimentos que esse processo nos dá, em especial as amigas e ao amigo de vida que ganhei: Patrícia Reis, Mariana Veiga, Giselle Gomes e Gerlúcio Moura. Assim como à equipe de professores e professoras do Programa, em especial à sua coordenação na pessoa da professora Irenilda Lima, que sempre nos trouxe muito amor, alegria e autoestima. Aos funcionários e funcionárias da universidade, que fazem essa engrenagem rodar, em especial à Márcia Paraíso. Às professoras Maria do Rosário e Sandra Raquew pela possibilidade de troca e de aprendizados na banca de qualificação, mas também na sala de aula e nos encontros da vida.

Agradeço à professora doutora e orientadora Maria Salett Tauk Santos pela confiança no meu projeto e pelos dois anos de aprendizados. Pela dedicação que ela tem com seus orientandos e orientandas e por partilhar sua experiência, sua carreira e de todo seu saber. Pela paciência comigo em todo o processo e pela insistência para que eu desse o melhor de mim para que eu não tivesse “medo de crescer”. Por abrir sua sala e sua casa para que esse aprendizado fosse constante e por confiar na minha capacidade. Muito obrigada!

É com muito carinho que agradeço também imensamente às mulheres do Semiárido brasileiro, por abrirem suas casas, suas vidas, por me contarem suas histórias. Por todas as inquietações que me apresentaram ao longo da minha trajetória profissional e que resultaram nessa pesquisa. Pelos ensinamentos que extrapolam toda e qualquer reflexão apresentada neste texto. Obrigada por contribuírem no meu reconhecimento do “ser mulher”. Agradeço também

à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) por tudo que aprendi nessa jornada e pela abertura com relação à pesquisa. À equipe do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) pelo acesso às informações solicitadas. À Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom), em especial à Fernanda Cruz e Clarice Brasil, também amigas, que me deram toda atenção e todo o cuidado na disponibilidade das informações e dados necessários para composição deste estudo. Mas que antes de tudo, torceram por mim. À Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA pelos aprendizados, pelo que sou como profissional, e nesse processo pela abertura e diálogo.

Sou grata à Monyse Ravenna e Mariana Reis, surpresas da vida, maiores incentivadoras da minha decisão em fazer a seleção do mestrado. Muito obrigada por dizerem que eu era capaz, por acompanharem esse processo comigo, desde as angústias trocadas, à ligação que trazia a notícia. Mony, obrigada pelos choros e abraços apertados que me seguraram no final. A Rafael Toitio e Alexandre Henrique pela acolhida, pelas conversas, “pela vida não cabe no Lattes”, pela vizinhança amorosa. À Verônica Batista e Nara Pinilla por estarem em minha vida em todos os momentos, estivesse eu perto ou longe. Narita, obrigada por todas as observações valiosas. À Sara Brito pelo diálogo nesse processo e por contribuir na hora que eu mais precisei. E a tantos outros amigos e amigas que não consigo nomear todos aqui e que vivenciaram esse momento comigo.

Com todo amor, agradeço à minha mãe Guadalupe Freitas, a meus irmãos Samora Machel e Ricardo Vandré Trótski porque os carrego comigo e porque me inspiram à luta. Agradeço também a comunidade de Roda de Fogo, lugar no qual nasci e que faz parte de quem eu sou, onde eu aprendi a importância de se contar o outro lado da história, que me ensinou o que é organização popular e a força que ela tem.

Ao meu companheiro Carlos Magno, não só por todo o incentivo. Mas por ter adicionado a esse momento, por vezes tão doloroso, gotinhas de amor que se transformavam em alimento para que este trabalho se concretizasse. Por topar segurar todos os imprevistos que essa decisão acarretaria em nossas vidas. Por todas as andanças deliciosas que nos propomos, pelo amor. Por Caruaru, Recife e além do Atlântico. Mas também por partilhar comigo todos os dias as maravilhas que essa deliciosa vida nos dá!

“Nossos pés que pisam lama, pulam frevo, saltam os obstáculos, se necessário, levam-nos à luta e mudaremos a história”.

Ricardo Manoel da Silva (em memória)

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa consiste em investigar as representações sociais sobre mulheres rurais no boletim O Candeeiro, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Especificamente o que se quer compreender é de que maneira as mulheres do Semiárido são representadas nesse meio de comunicação, se o boletim as estimula à participação política, e se o conteúdo do boletim contribui à construção do desenvolvimento local. A abordagem teórico-metodológica é na perspectiva da extensão rural e da comunicação para o desenvolvimento, nos aportes de Tauk Santos e Callou (2014); e das representações sociais via Moscovici (2015), Jodelet (2011) e Guareschi (2013). No aporte metodológico foram utilizadas a análise de discurso, via Orlandi (2000), além de técnicas combinadas de coleta de dados, como a observação direta; a análise documental e roteiro de entrevista semiestruturada. Analisamos o boletim O Candeeiro, que sistematiza experiências e práticas no Semiárido brasileiro, uma das estratégias de comunicação da ASA, que entende a comunicação como direito humano. Constatamos que O Candeeiro se apresenta como importante instrumento de comunicação, registrando a história do Semiárido a partir da perspectiva da agricultura familiar e contribuindo para a construção do desenvolvimento local. Entretanto, as representações sociais sobre as mulheres no boletim reforçam a imagem da mulher associada ao trabalho reprodutivo e produtivo.

Palavras-chave: comunicação para o desenvolvimento, agricultoras familiares, semiárido, Articulação Semiárido Brasileiro, desenvolvimento local.

ABSTRACT

The main object of this research consists in investigate rural women social representations on the bulletin O Candeeiro, by Brazilian Semiarid Articulation (ASA). What we want to comprehend specifically is how Semiarid women are represented in this particular medium of communication, if this bulletin encourages political participation, and if the content of the bulletin contributes to the construction of local development. The theoretical-methodological approach is through the view of rural extension and communication to development on the studies of Tauk Santos and Callou (2014); and through the view of social representations by Moscovici (2015), Jodelet (2011) and Guareschi (2013). On the methodological contributions, the discourse analysis by Orlandi (2000) was used, aside from combined methods of data collection, such as direct observation, document analysis and semi-structured interview. We analysed the bulletin O Candeeiro, medium that systematizes the practice and experience on Brazilian Semiarid region, one of the communication strategies of ASA, which understands communication as a human right. We noted that O Candeeiro presents itself as an important communication tool, registering Semiarid history through the perspective of familiar agriculture and contributing to the construction of local development. Nonetheless, women social representation on the bulletin reinforce the image of the woman associated to productive and reproductive work.

Keywords: communication to development, familiar women farmers, Semiarid, Articulação Semiárido Brasileiro, local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa do Semiárido brasileiro	52
Figura 02 - Ato de lançamento do Fórum Seca	56
Figura 03 - Ato de lançamento do Fórum Seca	56
Figura 04 - Ocupação do prédio da Sudene	58
Figura 05 - Ato público da ASA de celebração de termo de parceria com o governo federal	63
Figura 06 - Ato público pela continuidade dos investimentos nas ações de convivência ASA	63
Figura 07 - Arte do Encontro Mulheres do Semiárido	70
Figura 08 - Boletim o Candeeiro	79
Figura 09 - Boletim o Candeeiro	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
- APIMC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas Para o Semiárido
- ASA – Articulação Semiárido Brasileiro
- ASACOM – Assessoria de Comunicação da ASA
- ASA-PE – Articulação Semiárido de Pernambuco
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio a Trabalhadores/as e Instituições Não Governamentais Alternativas
- CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais
- CEREN – Centro de Estudos da Realidade Nacional
- CEBS – Comunidades Eclesiais de Base
- CIESPAL – Centro Internacional de Estudios Superiores do Periodismo
- CF8 – Centro Feminista 8 de Março
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CTA-O – Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri
- COP – Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca
- DF – Distrito Federal
- EMBATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ENCONASA – Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro
- FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FETAPE – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado de Pernambuco
- GT – Grupo de Trabalho
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
- MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MMTR – SC – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Sertão Central

NIS – Número de Identificação Social

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas

P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

POSMEEX – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTA – Projetos de Tecnologias Alternativas

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. O problema sua origem e importância	16
1.2. O processo de investigação: as Representações Sociais como perspectiva teórico-metodológica	24
1.2.1. Teoria das representações sociais	27
1.2.2. Análise de discurso	31
2. EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: AS MULHERES RURAIS NESSE CONTEXTO	34
2.1. Comunicação para o desenvolvimento: extensão rural no Brasil	34
2.2. O reconhecimento das mulheres na Pnater	42
2.3. Ser mulher no rural brasileiro	45
3. É NO SEMIÁRIDO QUE A VIDA PULSA	50
3.1. A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)	51
3.2. É falta de ação política, não de chuva	53
3.3. Mobilização social para a convivência com o Semiárido	59
3.4. É no Semiárido que as mulheres resistem	65
4. COMUNICAÇÃO NA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	72
4 Teoria das representações sociais	78
4.1. O Candeeiro que alumia	
4.1.1. Sistematização de experiências	81
5. O CANDEEIRO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE MULHERES	86
5.1. Mulheres e representações	90
5.1.1. Mulher na família	91
5.1.2. Mulher profissional	92

	15
5.2. Mulheres e participação	96
5.2.1. Formação	96
5.2.2. Geração de renda	96
5.2.3. Participação política	98
5.3. Mulheres e desenvolvimento local na comunidade	100
5.3.1. Estímulo ao aproveitamento dos recursos locais	100
5.3.2. Preocupação com a questão ambiental	101
6. CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A	116
APÊNDICE B	118
ANEXO A	120
ANEXO B	121
ANEXO C	128
ANEXO D	129
ANEXO E	131
ANEXO F	132
ANEXO G	136
ANEXO H	138
ANEXO I	140

1. INTRODUÇÃO

1.1. O problema, sua origem e importância

O objetivo principal desta pesquisa consiste em investigar as representações sociais sobre mulheres rurais no boletim O Candeeiro, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Especificamente o que se quer compreender é de que maneira as mulheres são representadas nesse meio de comunicação, se o boletim as estimula à participação política, e se o conteúdo do boletim contribui à construção do desenvolvimento local.

O Candeeiro é produzido pela Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA, no âmbito do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Tem como proposta sistematizar experiências da agricultura familiar no Semiárido brasileiro, como forma de registrar histórias de vida, saberes populares, técnicas e práticas de convivência com a região, a partir do olhar e das vivências da população. Com O Candeeiro, a ASA se propõe a fomentar o protagonismo dos agricultores e agricultoras no processo de registro da história do Semiárido.

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede que reúne mais de três mil organizações da sociedade civil, entre sindicatos, grupos, associações, igrejas, entre outras, em dez estados das regiões Nordeste e Sudeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), que propõe e executa políticas de convivência com o Semiárido, objetivando o desenvolvimento local da região. A ASA desenvolve o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que abriga os programas “Um Milhão de Cisternas (P1MC)”, “Uma Terra e Duas Águas (P1+2)”, “Cisternas nas Escolas e Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido”. A articulação também promove a comunicação como importante estratégia para sua política e como direito humano.

Para compreender o trabalho de comunicação da ASA é necessário analisá-lo no contexto contemporâneo voltado ao trabalho do diálogo e participação dos sujeitos envolvidos. Para Tauk Santos (2016, p. 71), “extensão rural é comunicação rural e ambas, numa visão contemporânea, pertencem ao campo mais amplo da comunicação para o desenvolvimento”. Nesse sentido, em 2003, o governo federal lançou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), construída a partir do resultado de um amplo processo e debate com a sociedade civil e instituições de assistência técnica (Ater) (SILIPRANDI, 2005, p. 01). A Pnater

também era resultado do processo de mobilização da sociedade civil pela construção e implementação de uma política de Ater que atendesse à agricultura familiar, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Sete anos depois, em janeiro de 2010, o governo federal estabeleceu a Lei nº 12.188/2010, conhecida como Lei de Ater, instituindo uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Nela, a Assistência Técnica e Extensão Rural é entendida como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural” (BRASIL, 2010). Com a instituição da Lei de Ater, em 2010, a nova Pnater foi implementada com críticas da sociedade civil, pois desconsiderava processos expressos no texto de 2003, como explica Caporal:

Neste caso, a pouca participação na elaboração da lei e na sua implementação por parte das entidades de Ater acabou se manifestando *a posteriori*¹, quando depoimentos de representantes de várias entidades – que este autor registrou em sucessivas reuniões realizadas após janeiro de 2010 – mostravam sua estranheza com certos desdobramentos que, para eles, não estariam previstos e sequer haviam sido mencionados anteriormente. [...] A falta de participação também ficou evidente quando se trata da retirada da agroecologia do corpo da lei. (CAPORAL, 2014, p. 40 – 41)

Todavia, a Pnater 2010 ainda garante processos e princípios de uma assistência técnica que adota “metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (BRASIL, 2010). E, apesar das mudanças sofridas nos textos da Pnater (de 2003 para 2010), é importante destacar que analisando sua implementação e o itinerário da extensão rural no Brasil, observa-se a passagem da construção de uma extensão rural difusionista para um recorte de desenvolvimento local.

Entre os princípios da Pnater está a “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (BRASIL, 2010). Ou seja, a política indica que em sua ação, a assessoria técnica e extensão rural deve priorizar o debate da equidade entre homens e mulheres. Assim, fica expressa em lei, que mulheres indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais, sejam agricultoras familiares, silvicultoras, aquicultoras, extrativistas, pescadoras, entre outras de empreendimentos familiares (BRASIL, 2010) são

¹Grifo do autor

públicos prioritários da política. Contrapondo um cenário histórico de uma assistência técnica excludente, como pontuam Tauk Santos e Callou:

Historicamente, a Comunicação Rural enquanto processo interativo de organizações governamentais com a população rural visando desde a legitimação das políticas agrícolas até as tentativas de mudanças estruturais no sistema socioeconômico e político rural, foi sempre perpassada pela questão da exclusão. Sob o pretexto de promover o desenvolvimento, a Comunicação Rural moveu-se nos últimos 40 anos entre modelos que ora contribuíram para agravar, ora para buscar saídas para os efeitos da exclusão. (TAUK SANTOS e CALLOU, 2013, p. 478)

A criação da Pnater em 2003 integrou um processo de longa data. Desde a década de 1970 que o modelo de Ater adotado pelo Brasil vem sendo questionado. Ganhou força com as questões levantadas por Paulo Freire, como aponta Tauk Santos (2016, p.73): “a principal crítica a este modelo vem de Paulo Freire no seu livro *Extensão ou Comunicação? Retrucando a postura persuasora subjacente ao modelo difusionista estatal*”. Assim, se fortalece a proposta que coloca a necessidade de um processo de Ater baseado no diálogo e não na persuasão e, não só no Brasil, mas na América Latina (TAUK SANTOS, 2016, p.74).

Na década de 1990 é quando as políticas de comunicação para o desenvolvimento passam a adotar e valorizar a estratégia do diálogo, não mais apenas entre as instituições de assessoria e o público atendido, mas na perspectiva do diálogo entre essas instituições e o Estado. Um olhar para o desenvolvimento local que passa a ser numa perspectiva de conexão com a globalização, pois as organizações não governamentais (ONGs) e os movimentos sociais passaram a reorientar as ações estabelecendo parcerias com o setor público (TAUK SANTOS, 2016, p. 76). Nesse momento político a estrutura do Estado já estava mais aberta ao diálogo. Ações que priorizem o desenvolvimento local passam a serem prioridade na proposição que a sociedade civil faz aos governos. Contudo:

Nessa perspectiva, o desenvolvimento local se materializa no acesso das pessoas não apenas à renda, mas também ao conhecimento e à proximidade de instâncias de poder e governos, dando-lhes instrumental necessário para influenciar as decisões políticas e administrativas (FRANCO, 2000, apud TAUK SANTOS, 2016, p. 80).

A construção da Pnater foi fruto desse longo caminho, que corre sérios riscos no comprometimento de sua efetivação, pois o Brasil passa pelo fortalecimento de uma política

neoliberal que não mais prioriza processos expressos na política de Ater. Visto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde estavam alocadas as políticas para a agricultura familiar brasileira e a supervisão da execução da Pnater, e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foram dissolvidos pelo atual governo de Michel Temer (PMDB) conforme informa Boito Jr. (2016, p. 24): “recordasse que o primeiro ato do governo interino foi extinguir os ministérios voltados para as suas demandas [das mulheres, dos negros e das minorias sexuais]. E por esse motivo os movimentos de mulheres têm tido papel destacado na luta contra o governo interino de Temer”. Após pressão social, esses órgãos foram recriados, sem o *status* de ministério. Sendo assim, as atividades relativas ao antigo MDA são atualmente de responsabilidade da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que está diretamente ligada a Casa Civil. E as políticas para mulheres estão alocadas na Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, ligada a Secretaria de Governo da Presidência da República.

Em 2016, Michel Temer (PMDB), até então vice-presidente da república, assumiu interinamente e depois efetivamente o cargo de presidente do Brasil, após finalização do processo de Impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT). Aproximamo-nos das reflexões de Michael Löwy (2016) ao afirmar que o momento passado pelo Brasil não foi de um Impeachment, mas de um golpe. Contexto vivido também por outros países latino-americanos. Para Löwy:

Considerando o peso econômico e político do Brasil na América Latina, o atual confronto de forças no país será decisivo para o futuro do continente nos próximos anos. Vamos dar nome aos bois. O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores! [...] A prática do golpe de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas. Testada em Honduras e no Paraguai (países que a imprensa costuma chamar de “República das Bananas”), ela se mostrou eficaz e lucrativa para eliminar presidentes (muito moderadamente) de esquerda. Agora foi aplicada num país que tem o tamanho de um continente. (LÖWY, 2016, p.54)

Trazemos aqui este contexto porque a partir desse momento vivenciado pelo Brasil a partir de 2016, os investimentos em ações sociais caíram de uma forma geral e impactaram diretamente na vida do povo brasileiro e nas ações como as propostas pela ASA e outras

organizações sociais, que desenvolvem processos de extensão rural no Brasil, e de luta para garantia de outros direitos. Ações que confluem na proposta da Pnater, que tem como um dos princípios a equidade entre homens e mulheres, na perspectiva à construção do desenvolvimento local.

A ASA surgiu em 1999, sua primeira proposta ao governo federal foi o Programa de Mobilização e Formação Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), como forma de garantir acesso à água de forma descentralizada para um milhão de famílias do Semiárido brasileiro, através de cisternas de placas que colhem água das chuvas. A ASA é uma rede de referência no Semiárido brasileiro, que tem como principal ação o projeto político de convivência com a região. E, desde sua formação, explicita a necessidade de políticas que priorizem mulheres e jovens. A ASA ainda na Declaração do Semiárido, em 1999, afirmava que:

[...] homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária. [...] O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados. (ASA, 1999, p.2).

Nesse sentido, a ASA implementa ações que com a proposta da democratização do acesso à água para consumo humano no Semiárido brasileiro, alimentando a cultura da estocagem como estratégia de convivência com a região. Ao longo dos anos sua ação cresceu e possibilitou a implementação de outros programas que realizam a estocagem de água também para produção de alimentos e criação de pequenos animais e água para escolas da região, levantando também a discussão da educação contextualizada, além da estocagem de sementes crioulas, para preservação da agrobiodiversidade.

Para ser cada vez mais plena, a proposta de convivência com o Semiárido se pauta também em preceitos, valores e práticas da Agroecologia, da Economia Popular e Solidária, da Educação Contextualizada, da Comunicação Popular, da Segurança Alimentar e Nutricional entre outras temáticas (ASA, 2017).

A ASA considera a comunicação como ação estratégica na política de convivência com o Semiárido. Com isso, implementou uma dinâmica descentralizada de comunicação popular utilizando diversos meios de comunicação, entre eles o boletim impresso O Candeeiro, construído pela Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA. Os integrantes

da rede, que é formada por comunicadores populares, alguns com formação profissional em jornalismo, em geral são quem realizam as entrevistas com os agricultores e as agricultoras, e redigem os textos dos boletins. Eles estão descentralizados no Semiárido, integrando as equipes de organizações que fazem parte da ASA e de seus territórios de atuação. Sobre os integrantes da Rede de Comunicadores, Brochardt (2015, p.09) explica que “[...] caberia a eles serem mediadores da comunicação entre as organizações locais da ASA, os agricultores e os meios de comunicação existentes em seus territórios”.

Este estudo visa a trazer um olhar específico para a representação sobre mulheres no boletim O Candeeiro. As mulheres em estudo são de um espaço rural do Semiárido brasileiro, lugar estigmatizado como inviável para se viver e produzir. E nesse contexto, as mulheres sentem ainda mais os impactos das adversidades climáticas nos períodos de secas. Na lógica da sociedade patriarcal², em que homem trabalha fora e a mulher é responsável por todo trabalho reprodutivo sozinha, muitas mulheres do Semiárido, nos períodos de grandes secas, ficavam com seus filhos e viam os homens (pais e maridos) migrarem para outras regiões em busca de trabalho e renda. Logo, elas que ficavam e enfrentavam os longos períodos de estiagem, trabalhavam e lutavam pelas melhores condições de vida, a partir do que vivenciavam. Elas que buscavam formas de produção, dentro das condições vivenciadas e de busca pela água.

Nos últimos anos, políticas de convivência com o Semiárido, propostas por organizações da sociedade civil, como a ASA, e implementadas pelo governo federal a partir dessa proposição, possibilitaram o acesso à água ao lado das casas, para consumo humano e reforço à produção de alimentos. Realidade que há cerca de 20 anos era difícil para a agricultura familiar no Semiárido. Essas ações têm contribuído para o desenvolvimento da região, e para a democratização do acesso à água e alimentação para a população. No entanto, apesar dessas conquistas, as mulheres, em geral, não deixaram de serem as únicas responsáveis pelo trabalho reprodutivo em suas casas, e ainda realizarem outras atividades produtivas que acabam invisibilizadas. Assim Rejane Medeiros e Mábia Oliveira (2008, p. 43) consideram que:

É considerado produtivo tudo que gera riqueza e que geralmente aparece como sendo exercido pelos homens. Já o reprodutivo é realizado pelas mulheres no cuidado da casa, marido e filhos. Um trabalho que nunca acaba, pois, são as mulheres as primeiras a acordarem e as últimas a descansarem.

²Aqui patriarcalo entendido no sentido de sistema que designa dominação dos homens sobre as mulheres (HIRATA, H.... [et al]. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo, Unesp, 2009.

Ou seja, somente o acesso às tecnologias sociais não tem sido capaz de promover mudanças determinantes nas relações entre homens e mulheres no Semiárido brasileiro. Elas são processo que contribuem a isso, mas é necessário que as lutas e proposições que vêm sendo construídas pelas mulheres rurais há anos, possam ser incorporadas ao debate político de convivência com o Semiárido. Sobre a realidade das mulheres rurais no mundo, Maria Ignez Paulilo (2013), apresenta em seu estudo referência ao relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) um alerta para a força do trabalho das mulheres nesse segmento e que muitas vezes é subestimado e invisibilizado mundialmente. Para a FAO, “as mulheres representam, em média, 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, variando esta taxa de 20%, na América Latina, a até 50% na Ásia oriental e África subsaariana” (PAULILO, 2013, p.285).

Há que se considerar que o Semiárido está inserido nessa estrutura patriarcal e machista, logo a experiência da ASA também se encontra nesse contexto, apesar de traçar a necessidade da valorização da mulher, de sua força de trabalho, da necessidade de um olhar prioritário para suas questões e da necessidade de registrar experiências e práticas das mulheres agricultoras familiares.

A aproximação com o trabalho desenvolvido se deu pela dinâmica de trabalho da pesquisadora ao longo dos últimos anos. Entre os anos de 2008 e 2013 integrei o Núcleo de Comunicação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, organização que compõe a ASA. Nesse período, era membro da Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA, em Pernambuco, e por isso trabalhava diretamente na construção de boletins O Candeeiro. Estava atenta à necessidade de se expressar experiências de mulheres e de sua ação no desenvolvimento das atividades da família para além do trabalho reprodutivo. No entanto, esse olhar se limitava muitas vezes a apresentá-las no texto do boletim e listar as tarefas que exerciam. Naquele momento, acreditava que essas ações já visibilizavam as mulheres nessa construção. Mas o processo de formação é constante. Como trabalhadora em organizações da sociedade civil, desde a graduação em comunicação, aos poucos fui mergulhando cada vez mais nos debates e problematizações de questões ligadas à realidade das mulheres. Processo em que me reconhecia como mulher e que somava a atuação política e profissional. O reconhecimento das mulheres como sujeitos de suas histórias se faz também na necessidade de se romper com essas estruturas.

Entre os anos de 2013 e 2016 integrei a Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom) e, a partir daí, a acompanhar a dinâmica de comunicação da ASA nacionalmente, que incluía contribuir com a atuação de comunicação da rede de comunicação popular da ASA nos estados do Semiárido, realizar ação de assessoria de imprensa, pautando um Semiárido de potencialidades, mas também me aproximava da construção das sistematizações para o boletim O Candeeiro em outros estados. Mas, por vezes, percebia um descompasso entre a proposta de sistematização da ASA, que pretende também visibilizar experiência de mulheres na construção do desenvolvimento local, e os desafios que envolvem trabalhos desta natureza, em relação ao que era publicado nos boletins. Fossem em experiências familiares, individuais ou coletivas. Por isso, este estudo busca perceber como as mulheres vêm sendo representadas no O Candeeiro.

Em breve análise dos documentos da ASA é possível perceber que as mulheres sempre estiveram como público prioritário das ações. Mas essa perspectiva do acesso consolidou que imaginário sobre mulheres no Semiárido? Dessa vivência, surgiu o interesse por estudar esses processos de comunicação. Os boletins, apesar da proposta de sistematizarem experiências e práticas e agricultores e agricultoras, não são escritos por eles e elas. Para Moscovici (2015, p.41), “pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente”.

E é com o olhar no contexto das mulheres do Semiárido, que este trabalho se desenvolve, no sentido de analisar as representações do boletim O Candeeiro sobre as experiências de mulheres, a partir das seguintes indagações: como as mulheres são representadas nas histórias registradas no boletim O Candeeiro? O Candeeiro estimula as mulheres à participação política? O conteúdo do boletim contribui à construção do desenvolvimento local nas comunidades em que vivem as mulheres?

No Brasil tem se fortalecido experiências de comunicação popular com a perspectiva de ecoar vozes da sociedade civil, que em geral não conseguem acessar os grandes meios de comunicação. O estudo traz luz à experiência de comunicação da ASA, contribuindo para que a própria articulação reflita sobre seu processo de comunicação e sistematização de experiências e sobre como tem representado as mulheres do Semiárido. Valorizando o conhecimento gerado a partir dessa ação que se propõe a fortalecer a imagem da região semiárida como potencial de desenvolvimento, tendo mulheres com prioridade de sua ação. Para a extensão rural, o estudo visibiliza uma experiência que se propõe ser construída em diálogo com agricultores e

agricultoras familiares, sistematizando seus conhecimentos e práticas, como forma de se fortalecerem como mobilizadoras de outros processos. No âmbito acadêmico, o estudo, na perspectiva da comunicação para o desenvolvimento, chama atenção para a necessidade do olhar para as mulheres em meio ao processo de extensão rural.

1.2. O Processo de Investigação: as Representações Sociais como perspectiva teórico-metodológica

A investigação é um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos que se aplicam ao estudo de um fenômeno. Ao longo da história da ciência têm surgido diversas correntes de pensamento (SAMPIERE; CALLADO; LUCIO, 2010, p. 04). Dessa forma, esta pesquisa tem caráter qualitativo e analítico, trata-se de um estudo de caso, que utilizou técnicas combinadas de coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica, para construir definições e analisar o objeto em estudo; análise documental, que levantou documentos da ASA e cartas políticas para realizar um resgate histórico da rede, sua proposta de ação e analisar seu discurso; observação direta no IX Encontro Nacional da ASA (EnconASA), em novembro de 2016, e no Encontro Mulheres do Semiárido, em novembro de 2017; e entrevistas semiestruturadas.

O material colhido nas entrevistas complementou a análise documental. Assim, sete entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro de 2017 e janeiro de 2018, tendo os roteiros de entrevistas semiestruturados como subsídios. Entre os entrevistados estão seis mulheres e um homem (a coordenação do P1+2, a coordenação da ASACom, duas coordenações executivas e três comunicadoras de Pernambuco). Para realização das entrevistas, foram utilizados dois roteiros semiestruturados. Um roteiro dividido em quatro blocos e que foi direcionado à coordenação executiva da ASA (instância de representação política); e à coordenação da assessoria de comunicação (ASACom) e à coordenação do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e Sementes do Semiárido. No primeiro bloco, o roteiro volta-se a identificação dos entrevistados e das entrevistadas; o segundo bloco traz questões para aprofundar as informações sobre a ASA e sua proposta de comunicação; no terceiro bloco, as questões giram em torno da proposta do boletim O Candeeiro e da ação com mulheres; e no quarto bloco, são desenvolvidas questões sobre as estratégias de comunicação da ASA para a construção do desenvolvimento local. Ao longo do trabalho as entrevistas da coordenação

executiva estão identificadas como Coordenação Executiva e das coordenações da ASACom e do P1+2 como Coordenação Técnica.

Outro roteiro foi direcionado às integrantes da Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA e também se divide em quatro blocos. No primeiro bloco, foi levantada a identificação das entrevistadas; no segundo bloco, abordadas questões sobre a ação de comunicação da ASA; no terceiro bloco, sobre a ação com mulheres e no quarto e último bloco, aborda as estratégias de comunicação da ASA para a construção do desenvolvimento local. Todas as comunicadoras entrevistadas são do estado de Pernambuco e integravam a rede de comunicação da ASA no período analisado e participavam da construção do O Candeeiro. Nas entrevistas utilizamos os recursos de gravação.

Dessa forma, “tal investigação permitirá inicialmente fornecer explicações no que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.155). Para Minayo (2016, p. 20), a pesquisa qualitativa:

Responde a questões muito particulares, ela se preocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...] O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números indicadores quantitativos.

No estudo, são analisados boletins produzidos pela ASA no estado de Pernambuco, no período entre 2013 e 2014, por ser um período de expressivo número de edições do boletim publicados, devido à quantidade de projetos que a ASA executava naquele momento. Nesses dois anos, a ASA publicou 880 edições do O Candeeiro, em nove estados do Semiárido. Nosso estudo realizou uma análise exploratória em todos os 117 boletins publicados em Pernambuco nesse período. Desses 117, nossa análise se ateve aos 36 boletins que tratavam sobre mulheres. A ASA parte do conceito de família para a produção das sistematizações. Logo, por vezes, mesmo a experiência sendo protagonizada por uma mulher, ela terá, em sua maioria, uma referência direta aos outros membros familiares, em especial, maridos e filhos e filhas. Para orientar nossa análise, classificamos como experiências sobre mulheres àquelas em que elas são protagonistas e em que a história é contada a partir da fala delas.

As edições do O Candeeiro analisadas são resultados de sistematizações realizadas por 16 organizações da ASA em Pernambuco, nas regiões do Agreste e Sertão. A escolha pela análise do material produzido em Pernambuco se deu por ser o estado mais próximo do campo

de pesquisa e também pelo conhecimento maior da pesquisadora sobre suas características, organização e dinâmica da ASA nele. Dessa forma, nos aproximamos do pensamento de Denise Jodelet, uma das mais importantes pesquisadoras do campo das representações sociais:

A pesquisa sobre representações sociais apresenta um caráter ao mesmo tempo fundamental e aplicado e recorre a metodologias variadas: experimentação em laboratório e campo; enquetes por meio de entrevistas, questionários e técnicas de associação de palavras; observação participante; análise documental e de discurso, etc. (JODELET, 2001, p. 12).

Os 36 boletins sobre mulheres produzidos em Pernambuco nesse período foram analisados um a um a partir das seguintes categorias: *Representações sociais sobre mulheres*, *Mulheres e participação e Desenvolvimento local na comunidade*. A categoria *Representações sociais sobre mulheres* abriga as subcategorias: a) mulher na família e b) mulher profissional. Para análise da categoria *Mulheres e participação* foram utilizadas as subcategorias: a) formação; b) geração de renda e c) participação política. Na categoria *Desenvolvimento local na comunidade* utilizamos as subcategorias: a) estímulo ao aproveitamento dos recursos locais e b) preocupação com a questão ambiental.

O objetivo geral deste estudo foi analisar as representações de mulheres no boletim O Candeeiro, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Os objetivos específicos foram assim definidos: analisar que discurso é apresentado no boletim sobre as mulheres agricultoras familiares do Semiárido; investigar se o boletim estimula as mulheres à participação política e analisar o conteúdo do boletim O Candeeiro na perspectiva de contribuir à construção do desenvolvimento local.

O referencial teórico privilegiou extensão rural, desenvolvimento local e representações sociais, entrelaçados por conceitos situados nas abordagens que inclui comunicação para o desenvolvimento e mulheres. A contribuição metodológica análise de discurso, a partir de Orlandi (2000), cuja abordagem teórica valoriza o contexto, a linguística e a interdisciplinaridade também foi utilizada como técnica. Para Orlandi (2000, p. 21), “o discurso é feito de sentidos entre interlocutores”. Busca-se, portanto, entender as representações sociais de mulheres no boletim O Candeeiro, a partir da análise de discurso. Para isso, o método de análise está sistematizado a partir de categorias, para que não fiquem sujeitos a interpretações individuais (ORLANDI, 2000, p. 60).

1.2.1. Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais é imprescindível a este estudo por abordar comunicação, comportamentos sociais e senso comum, e todos esses temas são importantes a esta pesquisa. Serge Moscovici, pesquisador romeno, desenvolveu estudos sobre as representações sociais por mais de quatro décadas. Para ele, as representações sociais, para além de um conceito, são um fenômeno, e assim relacionadas a processos sociais. E que é através da comunicação, que nos ligamos ou distanciamos a eles. A relação entre representações sociais e processos de comunicação é expressa por ele quando apresenta representação social como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em um mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2015, p. 38)

Em seu estudo, *Representações Sociais: investigação em psicologia social* (2015), Moscovici reforça o espaço social como lugar de construção das representações: “tendemos a considerar e analisar o mundo de uma maneira semelhante; especialmente quando o mundo em que vivemos é totalmente social” (MOSCOVICI, 2015, p. 33). O que significa que as representações estão sempre ali, em meio às informações que acessamos ao longo da vida. Dessa forma, “nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhes são impostos por suas representações, linguagem ou cultura” (MOSCOVICI, 2015, p.35).

Logo, estamos de acordo com o pesquisador, quando apresenta a ideia de que o estudo das representações sociais nos ajudará a compreender que as representações constituem um tipo de realidade. (MOSCOVICI, 2015, p.34). Para isso, o contexto no qual as representações que investigamos estão imersos se faz necessário para que tenhamos elementos que nos ajudem a investigar os fenômenos das representações. Pois, “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações”. (MOSCOVICI, 2015, p.40).

Moscovici conclui que nosso ambiente físico e social está fixado em representações e que por ela somos moldados. “Eu até mesmo iria ao ponto de afirmar que, quanto menos nós

pensamos nelas, quantos menos conscientes somos delas, maior se torna sua influência” (MOSCOVICI, 2015, p.42). Dessa forma:

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo de uma forma significativa. (MOSCOVICI, 2015, p.46).

Para o autor, as representações sociais têm por finalidade transformar algo não familiar em familiar, ou seja, criar consensos, o que ajuda a que os fenômenos sejam compreendidos. E ao estudar as representações, devemos sempre descobrir as características não familiares que a motivou, que esta absorveu. (MOSCOVICI, 2015, p. 59). E para transformar algo não familiar em familiar, se faz necessário dois mecanismos de um processo de pensamento, ou seja, formas de lidar com a memória, segundo Moscovici. Esses mecanismos são a ancoragem e a objetivação.

Ancoragem é apresentado por Moscovici (2015) como classificar e dar nome a alguma coisa. Pois o que não tem nome passa a ser estranho e assim ameaçador, o que faz com que as pessoas se distanciem. E não causar resistência significa torná-lo comum, conhecido, dar nome. Para o autor, “classificar algo significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe” (MOSCOVICI, 2015, p. 63). Já a objetivação é transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico (MOSCOVICI, 2015, p. 61). Ou seja, “produzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2015, p. 72).

Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar. (MOSCOVICI, 2015, p.23)

Vários outros pesquisadores têm a Teoria das Representações, a partir dos estudos de Moscovici, como referência para o desenvolvimento de suas pesquisas, inclusive no Brasil. Denise Jodelet, pesquisadora francesa, contribuiu para o intercâmbio entre os estudos das

representações sociais na Europa e no Brasil. Sobre a presença do país neste campo de pesquisa e contribuição para seu desenvolvimento afirmou “estar assistindo à formação de uma verdadeira escola brasileira” (JODELET, 2001, p. 9).

Dessa forma, para o pesquisador brasileiro Pedrinho Guareschi (2013), em artigo presente em livro organizado com outra pesquisadora brasileira desse campo de estudo, Sandra Jovelovitch, as representações sociais não são processos estáticos, mas em constante construção. Para Guareschi (2013, p. 175), elas “vão sendo reelaboradas e modificadas dia a dia. Vão sendo ampliadas, enriquecidas com novos elementos e relações”. São dinâmicas, pois o cotidiano é seu espaço de construção. É nas relações sociais que se constrói. E é nesse caminho que também assinala Jodelet (2001, p. 22), que as representações sociais são:

uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais.

Denise Jodelet (2001) aborda as relações entre a comunicação e as representações sociais, assim como Moscovici, pois a comunicação tem um importante papel no estabelecimento das relações, nas interações, na construção do senso comum. Nesse sentido, este estudo se propõe a analisar a prática de comunicação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a partir do boletim O Candeeiro e as representações sobre mulheres. Entendendo que é nos processos de comunicação que as relações sociais também se constroem e como são condição para a construção das representações sociais. Logo, nos aproximamos de Jodelet (2001) quando ela afirma que a comunicação tem importância primordial nos fenômenos representativos.

Primeiro, ela é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica (JODELET, 2001, p. 32).

Para Guareschi (2013) é importante atentar para o processo de não neutralidade na construção das representações sociais, pois isso pode empobrecer seu processo de análise. Para ele, o estudo das representações sociais demanda uma concepção de ideologia:

A primeira, quando as representações sociais são focalizadas como campos socialmente estruturados, leva à conceituação de ideologia como visão de mundo; a segunda, privilegiando as práticas sociais, possibilita a emergência da ideologia como “representações hegemônicas a serviço das relações de poder”. As representações sociais são, por isso, sempre ideológicas (GUARESCHI, 2013, p.161).

Celso Pereira Sá (1998) também se aprofundou no estudo das representações sociais e afirma que, nas representações sociais, existem suportes dos quais a pesquisa se ocupa, como o discurso ou o comportamento dos sujeitos, documentos, práticas, etc., para, a partir daí, deduzir seu conteúdo e sua estrutura, “assim como da análise dos processos de sua formação, de sua lógica própria e de sua eventual transformação” (SÁ, 1998, p. 32). O autor afirma ainda que é com as práticas socioculturais e com a comunicação de massa que a pesquisa das representações sociais mantém as relações mais significativas. Muitas pesquisas no campo das representações colocam a importância de se considerar as práticas de um grupo estudado. E com isso, o contexto daquelas práticas sociais. O contexto é um elemento importante a se considerar ao trabalhar com representações sociais, pois expressam o movimento da sociedade. França (2004) reforça a ligação das representações sociais aos contextos históricos:

as representações sociais estão intimamente ligadas a seus contextos históricos e sociais por um movimento de reflexividade – elas são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade; por outro lado, enquanto sentidos construídos e cristalizados, elas dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais. Na sua natureza de produção humana e social, têm uma dimensão interna e externa aos indivíduos, que percebem e são afetados pelas imagens (passam por processos de percepção e afecção) – e, desses processos, as desenvolvem ao mundo na forma de representações. (FRANÇA, 2004, p. 19)

Sá (1998) retoma Jodelet para problematizar como as representações são veiculadas na vida cotidiana. Ele pontua que para Jodelet:

[...] são basicamente os discursos das pessoas e grupos que mantêm tais representações, mas também os seus comportamentos e as práticas sociais, nas quais estes se manifestam. São ainda os documentos, e registros em que os discursos, práticas e comportamentos ficam institucionalmente fixados e codificados. Finalmente, são as interpretações que eles recebem nos meios de comunicação de

massa, que dessa forma retroalimentam as representações, contribuindo para a manutenção ou sua transformação, ou ainda – para ser mais fiel ao pensamento de Jodelet – para a sua manutenção enquanto se transformam e para sua transformação enquanto se mantêm. (SÁ, 1998, p. 73)

1.2.2. Análise de discurso

As representações sociais se apresentam inclusive nos discursos estão em diversos espaços, inclusive nos discursos. Elas “circulam nos discursos”, aponta Jodelet (2001). E é no discurso do boletim O Candeeiro que nos propomos a investigar representações sociais sobre mulheres rurais. Entendendo, como coloca Eni Orlandi (2000), que “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparente cotidiano dos signos” E é se utilizando da análise de discurso que buscamos entender como os textos significam, pois, “a entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar” (ORLANDI, 2000, p. 09).

Neste sentido, não estamos analisando o texto em si, não analisaremos a gramática, mas os sentidos que os textos constroem. De antemão, colocamos que este é um estudo que leva em conta o contexto em que está inserido e em que o discurso foi construído, e que os resultados aqui apresentados partem de um método, mas também da perspectiva da qual nos propomos. Poderíamos chegar a resultados diferentes, considerando outros contextos ou outros métodos, pois “uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais” (ORLANDI, 2000, p. 27). Isso porque os sentidos se constroem a partir desse contexto, a partir dessa “exterioridade”, estão na sua “construção de produção”, como traz Orlandi. E é isso que a análise de discurso busca fazer:

Compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real sentido. [...] Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. (ORLANDI, 2000, p. 27).

Nesse contexto estão inclusas as condições de produção do discurso. Elas são compostas pelos “sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso” (ORLANDI, 2000, p 30). Essas condições de produção seriam formadas então pelo

interdiscurso e pelo intradiscurso. O primeiro seria nossa memória, ou seja, “todos os dizeres já ditos e esquecidos”. Pois para Orlandi (2000, p. 27), “todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito [...]” sobre algo que é dito. Já o intradiscurso seria o que está se dizendo agora nas atuais condições. Por isso é necessário que não deixemos de considerar as condições de produção de um discurso, o que ele carrega consigo de historicidade, mas também em que contexto ele está sendo colocado no extrato momento de sua construção.

No entanto, entender como os discursos sobre as mulheres foram sendo construídos, se faz necessário para que percebamos o que Orlandi (2000) chama de “esquecimentos”, com que é o que nos faz “ao falarmos, fazermos de uma maneira e não de outra” (ORLANDI, 2000, p. 35). Para a autora, “o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos” (ORLANDI, 2000, p. 36). Diante disso, é necessário consideramos que:

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade (ORLANDI, 2000, p. 35).

A partir desses elementos percebemos a importância da análise, para que um método seja considerado e que a análise seja feita a partir dele. Com isso, conseguiremos “atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito” (ORLANDI, 2000, p. 42). Dessa forma, reforça-se que se faz necessário “[...] referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva – e não a outra – para compreendermos o processo discursivo [...]” (ORLANDI, 2000, p. 42).

O boletim O Candeeiro tem o objetivo de apresentar experiências da população rural do Semiárido, e é construído pela Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA. Diante desse contexto, se faz necessário que as condições de produção do discurso sejam consideradas. Concordando com Orlandi (2000) que “é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise” (ORLANDI, 2000, p. 60).

A partir desse caminho, avaliamos que é possível chegar nas representações sobre mulheres presentes no O Candeeiro. Para isso, o estudo é composto pela introdução, com o problema de pesquisa e o processo de investigação, por mais quatro capítulos, pela conclusão e pelas referências.

O capítulo 1 *Extensão Rural e Desenvolvimento Local: as mulheres rurais nesse contexto* traça um itinerário sobre a Extensão Rural no Brasil, apresenta também uma pequena trajetória sobre mulheres rurais e suas lutas, e aborda a teoria, os princípios e diretrizes do desenvolvimento local. O capítulo 2 *É no Semiárido que a vida pulsa* caracteriza o Semiárido brasileiro e traça o processo de mobilização da sociedade civil no Semiárido, a partir do final da década de 80, diante das condições da região à época que culmina na formação da ASA. O capítulo 3 *Comunicação na Articulação Semiárido Brasileiro* apresenta a experiência de comunicação da ASA, seus objetivos, estratégias e metodologia. Apresenta também o boletim O Candeeiro, traçando suas características e seu processo de produção.

O capítulo 4 *O Candeeiro: representações sobre mulheres* apresenta os resultados da análise. Fazendo uma relação com a teoria que deu suporte à pesquisa, apresenta os achados encontrados que possibilitam visualizar as representações sobre mulheres trazidas no boletim. Após a análise dos dados, são apresentadas as conclusões do estudo e em seguida as referências que contribuam para novas pesquisas no âmbito da comunicação para o desenvolvimento e das representações sociais, em especial sobre mulheres rurais.

2. EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: AS MULHERES RURAIS NESSE CONTEXTO

A extensão rural contemporânea volta-se à construção do desenvolvimento local. Se no passado ela teve características difusionistas, atualmente parte do aproveitamento das energias e capacidades endógenas para trabalhar com os segmentos prioritários de população como agricultores familiares, em especial, mulheres e jovens, preocupando-se com questões ambientais e tecnológicas. Essa mudança de perspectiva foi sendo implementada a partir da década de 1980, quando o Brasil vivia um contexto de abertura política, após longo período de regime militar estabelecido como consequência de um golpe de estado em 1964. Este capítulo traça um itinerário sobre a comunicação para o desenvolvimento e construção de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil.

2.1. Comunicação para o desenvolvimento: extensão rural no Brasil

Para Tauk Santos (2016, p. 71), “extensão rural é comunicação rural e ambas, numa visão contemporânea, pertencem ao campo mais amplo da comunicação para o desenvolvimento”. Na década de 1940 começaram a serem implantados no Brasil os primeiros serviços de Ater com o objetivo de “modernizar o campo”. Emma Siliprandi (2005) cita Caporal (1998) para descrever o modelo de extensão rural que foi implementado no país como “um instrumento do Estado capitalista, destinada a contribuir para a realização do processo de mudança tecnológica funcional e conservadora no meio rural, mediante o qual o Estado esperava alcançar a modernização de um setor considerado atrasado” (CAPORAL, 1998, apud SILIPRANDI, 2005, p.3).

Nazareth Wanderley (2009) pontua que nesse período existia a predominância do modelo de industrialização e da urbanização no país e o debate sobre a agricultura se adequar a esse contexto. Nesse período, “a agricultura se caracterizava como uma atividade tradicional, cuja expansão era assegurada pelo crescimento extensivo do uso da terra e da força de trabalho” (WANDERLEY, 2009, p.33). Existia então no país uma necessidade de se adaptar às novas exigências da sociedade moderna, urbano industrial. De forma que “a modernização da

agricultura foi um projeto que se impôs ao conjunto da sociedade sob o argumento de que seria o portador do progresso para todos” (WANDERLEY, 2009, p. 36).

Passava a se implementar o modelo de uma assistência técnica difusionista tendo como referência o modelo norte-americano que se centrava na lógica, que perdura no agronegócio brasileiro, de grande maquinário e uso intensivo de insumos químicos. Na perspectiva de garantir produtividade a qualquer custo, para atender aos mercados, como descrevia o livro *Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola*, de Willy Timer (1954) apud Tauk Santos (2016), que recomendava “persuadir as populações rurais a aceitar a nossa propaganda”. A aceitação da propaganda tinha como viés consolidar a ideia da modernização do campo, sob o olhar de que o rural brasileiro era arcaico e atrasado e que precisava se desenvolver.

A lógica difusionista se consolidou, reforçada não só nos processos de Ater, mas também na ciência e suas pesquisas, no ensino técnico, etc. Tauk Santos (2016, p. 72) aponta que “nessa corrente, a comunicação aparece como a viabilizadora das políticas modernizadoras do Estado, que incorpora a tarefa de promotor e provedor do desenvolvimento nacional”. Siliprandi explica que naquele momento:

A agricultura deveria se transformar para cumprir as duas funções clássicas de produção de alimentos, geração de excedentes exportáveis, consolidar um mercado para os produtos industriais, assim como liberar mão de obra para as indústrias nas cidades. Todas essas funções foram cumpridas, no Brasil, desde o final da década de 1950 até aproximadamente o final dos anos 1970, com o auxílio das instituições públicas de extensão rural, aliadas a outras políticas, como a concessão de crédito rural facilitado, investimentos em infra-estrutura, constituição de cadeias de abastecimento, pesquisa, ensino e outras. (SILIPRANDI, 2005, p.5)

Recorrendo aos estudos sobre comunicação na América Latina nesse período, percebemos que esse processo de uma extensão rural difusionista integrou um momento vivido não apenas pelo Brasil, mas por outros países latino-americanos. A comunicação foi utilizada como uma das estratégias de fortalecer a influência norte-americana sobre os países do sul do continente. Christa Berger (2014), em estudo sobre a pesquisa em comunicação na América Latina, afirma que a criação do Centro Internacional de Estudios Superiores do Periodismo (Ciespal), em 1959, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelo governo do Equador,

foi no contexto da “Aliança para o Progresso, que era uma resposta do governo Kennedy ao novo cenário latino-americano”.

Com a Revolução Socialista Cubana os Estados Unidos perceberam a necessidade de revisar sua política externa. Berger (2014, p. 242) afirma que “eles deviam, a qualquer custo, impedir a expansão deste movimento. Durante o governo de John F. Kennedy, foi idealizado um plano de ajuda à América Latina em matéria de saúde, educação e de melhoria para as zonas rurais”. Logo, no campo das pesquisas em comunicação:

A descrição predominou sobre a análise e ali foi desenvolvido o modelo difusionista, instrumental adotado para a comunicação rural em toda a América Latina, que originou a dicotomia comunicação ou extensão, problematizada, posteriormente, por Paulo Freire no Chile. [...] Diz Beltrán: “As áreas que recebem influência mais direta da orientação norte-americana, são a difusão de inovações na agricultura, a estrutura e função dos meios impressos e eletrônicos, as experiências de comunicação educativa, os programas especiais de educação rural (1976) (BERGER, 2014, p. 242 – 243).

Como apontou Berger, o brasileiro Paulo Freire foi um dos críticos mais forte a esse modelo difusionista e sistematizou essa crítica em sua obra *Extensão ou Comunicação?*, a partir de sua experiência de trabalho com extensionistas rurais, no Chile. Na obra, Freire traz outra perspectiva, diferente da ação difusionista, propõe uma extensão na perspectiva da formação de uma consciência crítica e assim transformação da realidade de cada camponês por si próprio. Para Freire (1983, p. 13-14), “a nós não nos é possível persuadir e aceitarmos a persuasão como ação educativa. [...] nem aos camponeses, nem a ninguém se persuade ou se submete à força mítica da propaganda quando se tem uma opção libertadora”. Nesse período, são duas as correntes que tratam de estudos e práticas da comunicação para o desenvolvimento, a difusionista e a da comunicação rural participativa, contida na pedagogia de Paulo Freire. Esse contexto propiciou um importante espaço para as pesquisas e estudos sobre comunicação para o desenvolvimento e comunicação rural.

Caporal (2014, p.24) explica que o governo brasileiro “sempre mostrou uma certa instabilidade com respeito à política e aos serviços de extensão rural”. Vários órgãos foram criados a partir da década de 1940 para tratar da extensão, inicialmente nos estados, e depois em nível nacional. Siliprandi (2005) explica que é na década de 1970 que surgem a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica (Sibrater).

Caporal (2014) também marca essa década como a de criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A Embrater, que absorveu a ABCAR³, era uma empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, e passou a ser a esteira por meio da qual as orientações e diretrizes das políticas de desenvolvimento do país chegavam às Ematers⁴, nos estados, que passariam a ser as entidades executoras das ações de assistência técnica e extensão rural, absorvendo as Acars⁵ (CAPORAL, 2014, p.25)”.

Caporal (2014, p.25) ainda reforça que:

O período entre 1974 e 1984 foi marcado pela ação coordenada a partir do governo federal, fazendo valer sua política para o setor, com influência direta nas ações de extensão executadas nos estados e municípios. A difusão de tecnologias, com o apoio do crédito rural, com uma atuação por produtos e com base em pacotes tecnológicos, foi a tônica da política de extensão rural daquela época. Provavelmente, foi o momento da extensão rural brasileira em que a política foi executada de maneira exemplar. Cabia à extensão rural atuar fortemente no sentido da modernização da agricultura.

Neste período se intensificam mobilizações sociais no Brasil, nos contextos urbanos e rurais. O país passava pelo período da ditadura militar, que se consolida com o golpe de 1964. Fonseca (1985) apud Wedna Galindo (2008) ressalta que a sociedade estava “reivindicando medidas que atendessem aos seus interesses imediatos: a reforma agrária, melhores salários, melhores condições de trabalho, sindicatos livres, etc.”. É nesse contexto que as ideias de Paulo Freire da necessidade de uma “opção libertadora”, dialógica e participativa ganha força. A comunicação “libertadora” veio como contraponto e ferramenta fundamental para que se desenvolvesse outra proposta, a de enfrentar “todo tipo de opressão nas relações entre operários e patrões, da estrutura agrária, da ignorância, do machismo, de todas as manifestações de exploração humana” (TERRERO, 1998, apud TAUKE SANTOS, 2016, p. 74).

Em outros países do continente latino-americano também surgiram “experiências de comunicação dialógica para o desenvolvimento através de meios alternativos – o rádio e a comunicação interpessoal – capitaneados por organizações não governamentais” (TAUKE SANTOS, 2002 apud TAUKE SANTOS, 2016, p. 74). Assim, os estudos em comunicação

³ ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

⁴ Ematers – Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural estaduais

⁵ Acars – Associações de Crédito de Assistência Rurais Estaduais

também passam a serem reorientados na América Latina. Berger (2014) explica que em um seminário na Costa Rica, em 1973, o Ciespal foi “avaliado e redirecionado” e que “a partir dessa avaliação crítica e ambiciosa, que o Ciespal busca raízes na América Latina, introduzindo em seus cursos a preocupação pela comunicação popular, pela pesquisa participante, substituindo os professores estrangeiros” (BERGER, 2014, p. 244) por pesquisadores de países latino-americanos. É também na década de 1970 que, com a vitória de Salvador Allende, no Chile, é criado o Centro de Estudos da Realidade Nacional (Ceren), que é vinculado à Universidade Católica no Chile.

[...] este centro terá uma importância fundamental na região por realizar pesquisas sobre o domínio das multinacionais na comunicação latino-americana, desde uma perspectiva marxista, introduzindo conceitos como ideologia, relações de poder, conflitos de classe. Esta perspectiva, inaugurada pelo grupo desde 1965, com as pesquisas antropológicas/demográficas/comunicacionais, e contava, também, com a participação de Paulo Freire, estendendo-se, posteriormente, por toda a América Latina e marcando a fisionomia dos estudos latino-americanos da comunicação (BERGER, 2014, p. 245).

A lógica da modernização do campo vai se enfraquecendo, a partir das propostas de um modelo mais participativo e dialógico, reforçado por Paulo Freire e pela pesquisa em comunicação, como já citado a cima. Para Siliprandi (2005, p.5), “essa política coordenada começou a ruir já nos anos de 1980, com o início das crises de financiamento do Estado brasileiro”. Mas que a crise nesse sistema não se deu apenas pela falta de financiamento:

Já vinham se avolumando pressões de dentro e de fora, que questionavam a metodologia e os objetivos dos sistemas de ATER pública, em uma perspectiva de diminuição das ações dos Estados, e essas pressões podem ser identificadas por um lado, pelos organismos internacionais; e por outro, pelos próprios movimentos sociais (SILIPRANDI, 2015, p. 5-6).

Caporal (2014, p.26) explica também que:

Com o fim da ditadura militar, e com uma nova direção assumindo o comando da Embrater, instaura-se nas instituições públicas brasileiras de extensão rural o chamado período de “repensar”, quando são instituídas novas diretrizes de política e novas orientações para a ação extensionista.

A diferente postura com relação ao modelo difusionista modernizador de extensão rural no Brasil não significou sua total ruptura, mas a abertura a um processo mais dialógico, como pontuava Paulo Freire. O educador fomenta o pensamento da “opção libertadora” muito influenciada pelas Comunidades Eclesiais de Base (Cebes), da Igreja Católica, naquele momento amparadas na Teologia da Libertação. Para ele, as pessoas deveriam, captando a sua realidade de maneira crítica, ser capazes de atuar sobre essa realidade para transformá-la (FREIRE, 1983). Na década de 1980 a pressão social pela abertura do Estado a um processo democrático ganha mais força. Nesse momento também muitos exilados, entre eles e elas, importantes líderes políticos voltaram ao Brasil, a partir da Lei de Anistia (1979). Nessa conjuntura era visível também “o esforço e a mobilização de professores e pesquisadores no sentido de alinhar a comunicação para o desenvolvimento ao modelo da comunicação dialógica participativa” (TAUK SANTOS, 2016, p.75).

Apesar dessa abertura política com a redemocratização do Brasil, tomam posse governos na linha neoliberal, o que significa liberalização da economia, desregulamentação de mercados e redução da figura do Estado. E essas mudanças com relação ao desenvolvimento nesse período, têm na globalização sua referência principal, como explica Conceição Lima (2015).

[...] a globalização neoliberal, através da intensificação do fluxo de bens, serviços, capitais e pessoas por meio de fronteiras nacionais produz efeitos perversos e excludentes, uma vez que reproduz condições políticas, sociais e econômicas que tendem a acentuar a desigualdade em todas as escalas geográficas. [...] Diante desse cenário, o Estado procura intervir de forma localizada, em parceria com diferentes setores da sociedade. Isso acontece sujeito às regras da reestruturação mundial e da crise das despesas públicas (LIMA, 2015, p. 57-58).

Acontece o processo de descentralização maior do Estado, com envolvimento da sociedade civil, que vinha fortalecida das lutas pelo processo de redemocratização e que se coloca como sujeito importante para o desenvolvimento do país, fomentando a participação popular. Nesse cenário, o ensino da comunicação para o desenvolvimento rural volta-se para construção da participação e fortalecimento em contextos populares (TAUK SANTOS; CALLOU, 2014). Se fortalece no Brasil, durante esse período de reabertura política, a criação de organizações não governamentais e sua participação no controle de ações governamentais, como participação em conselhos, e também na execução de políticas, em parceria com o Estado,

em especial políticas locais e “dessa interação surgem experiências de trabalho cooperativo, dando origem ao chamado terceiro setor da economia, no âmbito formal” (LIMA, 2015, p. 59).

A abordagem de comunicação para o desenvolvimento passa a levar em conta as considerações de um rural que combina não só atividades agrícolas, mas também não agrícolas, assim como as noções de desenvolvimento local e sustentabilidade. Uma nova concepção de desenvolvimento local e sustentável passa a ser pensada, com o olhar mais participativo, de enxergar o rural como possível potencializador de seu próprio desenvolvimento e isso influencia diretamente nos estudos, pesquisas e práticas da comunicação para o desenvolvimento local. Essa comunicação passa a ser mobilizadora da população, ampliando e estimulando a capacidade de participação dessa população, nos processos de desenvolvimento e na política. Como apontam Callou e Tauk Santos:

[...] a compreensão de desenvolvimento local passa agora por um esforço de mobilização de pequenos grupos no município, na comunidade, no bairro, na rua, a fim de resolver problemas imediatos ligados às questões de sobrevivência econômica, de democratização de decisões, de promoção de justiça social. [...] A perspectiva do desenvolvimento local colocado nestes termos permite encontrar saídas para o problema imediato da fome, do desemprego, da saúde, da educação, da migração, enfim do problema da exclusão no Brasil. (CALLOU; TAUK SANTOS, 2013, p. 481).

Para De Jesus (2003), desenvolvimento local é um processo mobilizador de pessoas e instituições, que busca transformar a economia, mas também as sociedades locais “criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local”. Assim, entende-se como esforço dos diversos sujeitos locais para a valorização das potencialidades e recursos locais. Ou seja, não são considerados apenas aspectos econômicos, mas outros processos como ambientais, políticas, culturais e sociais, por exemplo. Para Franco apud Lima:

O objetivo final do desenvolvimento tem a ver com a ampliação de oportunidades reais dos seres humanos de desenvolverem suas potencialidades. O que não significa perder de vista o processo de globalização que influencia na formação de identidades e de diferenciação de setores e localidades, valorizando assim a peculiaridade do local, ou seja, pensar globalmente, agir localmente (FRANCO, apud LIMA, 2015).

O desenvolvimento local se realiza no acesso das pessoas não apenas à renda, mas também ao conhecimento, o que as aproxima dos espaços de decisão, munindo-os com

instrumentos para incidir sobre as decisões, de qualquer natureza, em suas comunidades (FRANCO, 2000 apud TAUk SANTOS 2016, p.80). Ainda para Franco, o desenvolvimento local é estratégia que “favorece a conquista da sustentabilidade na medida em que conduz à construção de comunidades sustentáveis” (TAUK SANTOS, 2016, p. 80-81).

Tauk Santos (2013) aprofunda mais questões sobre ações fundamentais para a construção do desenvolvimento local. Ela retoma Favreau (1995) para elencar processos de comunicação que contribuem para esse desenvolvimento, como:

Encorajar a resolução de problemas através do autodesenvolvimento econômico e social das comunidades locais; Sensibilizar as autoridades locais, regionais e nacionais face aos problemas ligados ao emprego, a serviços de base etc; Sustentar a criação, no plano organizacional, de empresas comunitárias e de cooperativas de habitação, emprego etc. E trabalhar em parceria com os atores da comunidade local. (TAUK SANTOS, 2013, p. 49).

É nesse contexto que surgem iniciativas como o Projetos de Tecnologias Alternativas (PTA), ligado a ONG Fase, sediada no Rio de Janeiro (RJ), que anos depois se configurou como a Rede PTA, que atuava em vários estados brasileiros, e que “buscava respostas à insustentabilidade do sistema tradicional de agricultura moderna (WEID, 1997, apud JALFIM, 2011. p. 72). Nesse contexto:

Por um lado, multiplicavam-se as críticas e denúncias dos movimentos sociais sobre o abandono da maioria da população rural e à continuidade das práticas emergenciais, fragmentadas e clientelistas, favorecendo os grupos políticos dominantes locais e, por outro, o processo de reorganização da sociedade civil proporcionava a criação e expansão de organizações não governamentais, que passaram a desenvolver e difundir tecnologias alternativas e apoiar os chamados projetos alternativos comunitários no Semiárido brasileiro, segundo Silva (2006). (DINIZ e PIRAUX, 2011, p.149 – 150)

Seguindo o pensamento de Diniz e Piraux (2011), constatamos que no Sertão do Araripe de Pernambuco, por exemplo, foi criado no final da década de 1980, o Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri (CTA-O), como iniciativa do projeto PTA. O CTA-O anos depois, em 1988, se instituiu na ONG Centro de Assessoria e Apoio a Trabalhadores/as e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga), que atua até os dias atuais. A Rede PTA, aliada a outros sujeitos sociais nesse período, foram importantes no processo de cobrança por políticas para a região Semiárida. Trataremos dessa questão mais profundamente no capítulo três.

Aqui frisamos que da ação da Rede PTA surgiram outras ONGs que participaram na década seguinte da formulação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e também da construção da Política de Ater, implementada em 2003, e que tinha como uma das orientações estratégicas o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004). Esse foi um processo que marcou um novo momento na extensão rural brasileira. Pois desde a extinção da Embrater no começo da década de 1990, pelo então presidente Fernando Collor de Mello (PRN), o país já estava em um ciclo de 12 anos sem Política de Ater.

2.2. O reconhecimento das mulheres na Pnater

Após mais de uma década sem o Estado brasileiro implementar uma política de Ater, é durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que é decretada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), em junho de 2003, tendo a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e voltada para agricultura familiar, assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas entre outros (BRASIL, 2004). A Pnater de 2003 tinha como objetivo geral:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, 2004).

A política foi construída em um processo de diálogo com a sociedade civil, a partir da escuta dos governos dos estados e as instituições de Ater estaduais, “assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão” (BRASIL, 2004). Em suas diretrizes, a política trazia o apoio a ações que contribuíssem à construção da equidade social, na perspectiva de superar discriminações “da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas” (BRASIL, 2004).

Em 2010, o Brasil decretou a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei Nº 12.188/2010), que apresenta seus princípios para a implementação da ação de assistência técnica e extensão rural no país. Entre seus princípios, a Lei de Ater apresenta:

Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; [...] e a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia (BRASIL, 2010).

Esses princípios são norteadores da aplicação de uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Pnater 2010. Assim, a política segue a linha contemporânea da extensão rural, voltada para o desenvolvimento local, a partir de métodos participativos, tendo a equidade nas relações de gênero, raça e etnia como elementos estruturadores. Abordamos na introdução deste estudo, as críticas da sociedade civil a criação da nova Pnater 2010, que foi teve seu processo de construção em 2009 com menor participação que o processo da política de 2003, e que no novo texto ainda retirou a Agroecologia de suas orientações. Caporal (2011) explica que “somente por interferência da sociedade civil, já no período de tramitação na Câmara dos Deputados, viria a ser incluída a recomendação minimamente orientada para o campo da Agroecologia”. O texto da Lei de Ater incluiu o trecho “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque presencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis” (BRASIL, 2010) em resposta a reivindicação da sociedade civil.

Não abordaremos aqui mais a fundo o processo de implementação das Políticas de Ater 2003 e 2010. Diante da estrutura de assistência técnica do país que estava há muito defasada, na época da implantação da Pnater 2003, e aos resquícios do modelo baseado na modernização e difusor que ainda atuava na maioria dos órgãos estaduais de extensão, além dos desafios da implementação de uma política na relação Estado-sociedade, acreditamos que ao longo dos anos esse tem sido um processo de desafios. Também não problematizaremos neste estudo que, apesar da implantação da Pnater para a agricultura familiar, o agronegócio brasileiro seguiu e ainda segue ao longo da história com fortes incentivos e investimentos financeiros dos governos.

Aqui, traçamos brevemente um pequeno percurso da implantação da Política de Ater no Brasil. Queremos destacar o processo de formulação das políticas nas duas primeiras décadas deste milênio como resultado da mobilização da sociedade civil no final do século passado, além dos estudos e pesquisas que reforçaram a necessidade de uma comunicação dialógica e

participativa, na perspectiva da construção para o desenvolvimento local. Destacamos também a conquista da garantia das mulheres como um dos públicos prioritários da Pnater 2010. Essa e outras conquistas no âmbito das políticas públicas são resultados das lutas das mulheres rurais por seu reconhecimento como sujeitos de direitos no campo brasileiro. Siliprandi (2015) resgata um dos exemplos exitosos resultado da luta das mulheres rurais e resultado de seus processos de articulação, proposição e construção de políticas públicas:

Em outubro de 2013, por exemplo, durante a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, a presidenta Dilma Roussef apresentou publicamente o Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (Planapo), fazendo uma referência explícita ao atendimento de uma reivindicação do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, a Marcha das Margaridas de 2011. [...] O plano prevê que em todas as chamadas públicas e as contratações a serem realizadas deve haver uma cota de 50% de mulheres entre os titulares dos contratos e uma cota de 30% de recursos para atividades específicas indicadas pelas mulheres para os seus projetos; além disso, foi anunciada uma chamada pública para atender organizações produtivas de mulheres, com recursos significativos para assistência técnica e extensão rural (SILIPRANDI, 2015, p. 33-34)

Apesar dessas conquistas com relação às políticas, as mulheres continuam em marcha, continuam em luta. Durante a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, sob o tema “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres”, realizada em maio de 2016, em Brasília – DF, os movimentos de mulheres presentes reafirmaram a necessidade da continuidade das conquistas nas políticas de proteção e de direitos para as mulheres, e a defesa da democracia. A conferência que em sua abertura contou com a presença da então presidenta Dilma Roussef (PT) terminou com a presença da então já exonerada secretária especial de política para as mulheres Eleonora Menicucci. Ainda durante o período da conferência, Dilma Roussef, primeira mulher a presidir o Brasil, foi afastada do cargo para responder a um processo de Impeachment, do qual meses depois foi condenada. Ao final da conferência, as mais de três mil mulheres lançaram a Carta Aberta ao Povo Brasileiro (2016), em que denunciavam:

Repudiamos os ataques que a presidenta da República vem sofrendo, que a atingem principalmente na sua condição de mulher. Charges, memes, hashtags pornográficas, adesivos alusivos ao estupro da presidenta, reportagens de jornais e revistas traduzem o duro viés do discurso misógino, fundado no patriarcalismo estrutural, que existe na sociedade. Tudo é feito para incapacitar, para desconstruir a imagem de Dilma, enquanto gestora e mulher, aos olhos do povo – o que agride não só a ela, mas a todas as mulheres.

É nesse contexto de luta, que avaliamos que para compreender a situação das mulheres rurais do Semiárido brasileiro é necessário traçar um nexo histórico na trajetória das mulheres rurais ao longo das últimas décadas, perpassando pela sua história de lutas. Na busca do reconhecimento de seus direitos, contra a opressão, e no enfrentamento das desigualdades. Cada uma nos seus espaços e a partir de suas realidades, as mulheres nunca deixaram de lutar.

2.3. Ser mulher no rural brasileiro

As conquistas que as mulheres rurais obtiveram nos últimos anos na incidência e construção de políticas públicas é resultado de seu histórico de luta. Muitas vezes dentro dos próprios movimentos e organizações sociais para a desnaturalização da invisibilidade de suas contribuições na construção dos processos históricos. Uma das estratégias é a organização das mulheres dentro de espaços mistos, a exemplo de sindicatos e federações rurais, concomitantemente com atuação em movimentos ou organizações de mulheres. Em estudo sobre a organização do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Sertão Central (MMTR-SC), em Pernambuco, Laetícia Jalil (2013) pontua que no contexto do final da década de 1980, momento de redemocratização no Brasil, as mulheres atuavam de forma organizada em diversos espaços:

O movimento geral e o movimento particular se entrecruzam, em um momento de intensa mudança histórica no Brasil, tanto nas grandes cidades quanto nas áreas rurais, demonstrando que a luta das mulheres não pode ser tida apenas como uma questão *específica*⁶, mas que ela se entrecruza com a trama geral de transformação vivenciada pela sociedade brasileira (JALIL, 2013, p. 37).

Para enxergar a necessidade do processo de luta das mulheres, basta resgatar acontecimentos desde as antigas civilizações, onde já será possível observar a estrutura e a cultura patriarcal como parte do desenvolvimento da sociedade. Retomando Safiotti (1987), Fischer (2004) explica que a pesquisadora feminista centrava suas análises no “tripé patriarcado/racismo/capitalismo”, considerando que essa relação era essencial para o exercício e manutenção do poder e geração de lucro. O capitalismo também se beneficiando do

⁶ Grifo da autora

patriarcado e do racismo. E como consequência disso, Jalil (2013, p. 45) reforça que no contexto rural:

Sob a égide do patriarcado, as mulheres foram destinadas a realizar atividades relacionadas à reprodução e ao cuidado da família, dos pequenos animais, dos quintais. Estão no dito espaço doméstico e, nesta lógica, todo trabalho desenvolvido por elas passa a não ser reconhecido ou é invisibilizado. Estes espaços, assim como as mulheres e todas as atividades desenvolvidas por elas ganham o mesmo significado para o mundo social, ou seja, não têm valor, não se percebem, tampouco se reconhece sua importância. Esta é uma das formas como se materializa a divisão sexual do trabalho, no acesso aos recursos econômicos, naturais, culturais e sociais.

Vanete Almeida foi uma importante referência para a formação e consolidação do MMTR-SC, no Semiárido de Pernambuco, no livro em que narra sua trajetória de vida, ela explica como a organização das mulheres rurais passava por muitas dificuldades, pois “organizar trabalhadoras rurais é, pelo menos, dez vezes mais difícil do que organizar trabalhadoras urbanas. As rurais estão muito isoladas. É o próprio isolamento do campo. Por isso a realidade da trabalhadora rural é muito desconhecida” (ALMEIDA, 1999, p. 129-130). Atualmente, as dificuldades das distâncias e do isolamento podem ser minimamente amenizadas com as tecnologias da comunicação e informação. E o movimento de mulheres continuam a reforçar a importância de estarem organizadas lutando por seu espaço na construção das mudanças sociais. Vanete Almeida (1999) descrevia bem a necessidade da organização mesmo no espaço sindical:

Os homens que são lideranças sindicais esquecem que tem alguém em casa, enquanto eles estão fora, tentando mudar o mundo. Nós, mulheres, também queremos mudar o mundo. Também queremos essa chance de sair de casa, de nos organizar, de fazer propostas e de lutar por elas (ALMEIDA, 1999, p. 131)

A questão trazida por Vanete Almeida (1999) também apresentada por Jalil (2013) volta-se ao processo de naturalização da mulher nos espaços da casa, dos trabalhos domésticos. Por isso, é necessária também que se discuta a divisão sexual do trabalho, somada a auto-organização das mulheres, para romper com as paredes do espaço privado e tornar pública essas relações de discriminação, opressão e subordinação. Para Fischer (2004, p.62), “o espaço privado se constitui sustentáculo do espaço público, legitimado como lugar de supremacia masculina”.

A divisão sexual do trabalho integra a vida em sociedade de homens e mulheres, reforçado pelo regime capitalista e pelo patriarcado. A agricultura familiar é um dos setores mais fortemente marcado pela divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. Onde está reservado aos homens o trabalho produtivo, ou seja, o trabalho no ambiente público, que gera uma renda, em geral, monetarizada. E, às mulheres, está reservado o trabalho reprodutivo, ou seja, o que está relativo à reprodução da vida, os cuidados, como cuidar da casa, dos filhos, dos mais velhos, da alimentação e saúde da família, no que acontece no ambiente privado. Nessa perspectiva, Siliprandi (2015, p. 104) conclui que:

O que mesmo os defensores do campesinato como um modo de vida não conseguiam ver é que os “demais membros da família” - esposa, filhos, agregados – não eram seres inertes dentro do aglomerado familiar, atuando apenas como “mão de obra suplementar” a que se lançava mão em caso de necessidade, mas pessoas que ocupavam determinados papéis produtivos e sociais dentro da família, detentores de saberes diferenciados dados por suas experiências e, sobretudo, sujeitos dotados de desejos e necessidades capazes de influenciar também as decisões sobre o futuro do empreendimento familiar.

A divisão sexual do trabalho não divide de forma igualitária as tarefas e atividades entre mulheres e homens, nem na agricultura familiar, nem em nenhuma outra esfera da sociedade. Em verdade ela impõe a ideia de reprodução para as mulheres e a de produção para os homens. Para Siliprandi (2015, p. 104).

Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar – preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras atividades (incluindo a transformação de produtos e o artesanato) –, somente são reconhecidas, ainda assim com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.).

Na agricultura essa realidade é resultado da formação social brasileira, como colocam Andrea Butto e Karla Hora (2008, p. 136), pois, nessa construção, as mulheres foram marginalizadas dos meios de produção na agricultura familiar, já que “as políticas agrícolas e agrárias não visualizavam o trabalho das mulheres, secundarizando-o e descaracterizando-o como mera ajuda aos homens”. Realidade que contribuiu para a naturalização da dependência das mulheres com relação aos homens:

É preciso considerar também que as diferentes matrizes, filiações e tendências de interpretação do campesinato brasileiro e da pequena agricultura familiar no Brasil tiveram como foco de análise o papel e as relações de reprodução socioeconômica da família, contribuindo, indiretamente, para obscurecer a atividade produtiva desempenhada pela mulher na agricultura. (BUTTO e HORA, 2008, p. 136).

Fischer (2004, p. 68) afirma que é “inegável que as mulheres têm conquistado avanço em termos de participação no espaço público, até mesmo nos nichos mais resistentes à sua penetração”. No entanto, as mulheres rurais ainda são as que mais têm horas trabalhadas ao longo do dia em dinâmicas dentro de casa e na produção, muitas vezes não reconhecida. Elas acumulam uma dinâmica exaustiva de trabalho. Mesmo quando conquistam o reconhecimento de seus trabalhos para além do campo reprodutivo, elas não deixam de ter as “responsabilidades” com a casa. Como apontam Medeiros e Oliveira (2008, p.49):

As mulheres trabalhadoras rurais cotidianamente exercem uma intensiva jornada de trabalho, fazem o trabalho nos lotes e nos roçados, juntamente com maridos, produzem nos quintais produtos que são responsáveis por boa parte da alimentação da família, são responsáveis pelo cuidado da casa, dos maridos, filhos, idosos e pela harmonia e manutenção da família. São responsáveis por parte do trabalho produtivo e todo o trabalho reprodutivo. Nesse sentido, não sobra tempo para cuidados pessoais, descansar, de participar de reuniões, organizar-se em grupo, buscar e lutar por seus direitos.

E mesmo em torno desse nesse cenário que historicamente as mulheres rurais têm se organizado. Seja em um grupo de mulheres, seja na associação, seja em um movimento. E a partir da luta das que vieram e das que a fazem agora muitas tem também transformado seus espaços de vida, em uma luta diária pela autonomia em suas escolhas, pela participação política, pela autonomia econômica, pela segurança alimentar de suas famílias. Tem rompido barreiras a partir de suas experimentações na agricultura, em seus quintais produtivos, na comercialização de seus produtos, na participação de espaços de formulação e proposição de políticas. Siliprandi (2015, p. 134) destaca que:

A organização das mulheres rurais tem se dado não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também em associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas no nível das propriedades; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, cooperativas, associações. Todos esses grupos vêm se somando aos distintos movimentos para pressionar os governos pela adequação das políticas públicas às propostas das mulheres, ao mesmo tempo que

reafirmam para o conjunto da sociedade a sua especificidade como mulheres, trabalhadoras rurais agrícolas.

Como também tem construído mobilizações de mulheres que demonstram força de incidência política a exemplo da Marcha das Margaridas, em nível nacional em Brasília (DF), e da Mulheres pela Agroecologia e pela Vida no Semiárido, em nível mais local, no Semiárido paraibano. A Marcha das Margaridas faz referência a Margarida Alves, sindicalista assassinada em 1983 em Alagoa Grande (PB). E reúne mulheres das águas, do campo e das florestas e tem se fortalecido como uma das maiores mobilizações sociais do Brasil. Onde apresentam propostas de políticas públicas para as mulheres. A exemplo do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) que foi demandado na marcha de 2011 e lançado pelo governo de Dilma Rousseff, em 2013. Já a Marcha das Mulheres pela Agroecologia e pela Vida no Semiárido, acontece anualmente na Paraíba, chegou a sua oitava edição em 2017 e tem a nível mais local se fortalecido como mobilização de mulheres rurais do Semiárido paraibano com forte defesa da Agroecologia e da convivência com o Semiárido.

É nesse contexto que a proposta da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) se coloca a contribuir com a implementação de ações para o desenvolvimento local. Esta pesquisa se propõe a investigar as representações sobre as mulheres no boletim O Candeeiro da ASA. Assim, nos aproximamos do pensamento de Jodelet (2001, p.17) quando diz que: “[...] a observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”.

No capítulo a seguir trataremos do contexto no qual esta pesquisa está inserida, que é o Semiárido brasileiro, suas características e imaginários fortalecidos ao longo dos anos, mas também a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) sua atuação e sua ação de comunicação em que está imersa o boletim O Candeeiro, nosso objeto de estudo.

3. É NO SEMIÁRIDO QUE A VIDA PULSA

O Semiárido brasileiro possui 1.262 municípios, segundo resolução nº 115 de 23 de novembro de 2017, dados da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A região, instituída pela Lei 7.827, de 27 de dezembro de 1989, se estende por pouco mais de 1,03 milhão de km², segundo o Ministério da Integração Nacional (2017), e abrange áreas das regiões Nordeste e Sudeste, incluindo dez estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Sua população ultrapassa os 26 milhões de habitantes (IBGE, 2010), que significam pouco mais de 12% de toda a população brasileira.

É também o Semiárido mais chuvoso do planeta, com uma média de pluviosidade de 750 mm ao ano, o que varia bastante dentro da região, de 250 mm/ano a 800 mm/ano, e que varia muito também seu período de chuvas, tendo uma média de quatro meses de chuva ao ano, mas dependendo muito de uma localidade a outra. Além disso a região tem uma grande capacidade de evapotranspiração, o que faz com que um grande volume de água evapore (MALVEZZI, 2007, p. 10-12), por isso é estratégico estocá-la. A vegetação predominante na região é a Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, o que lhe confere uma biodiversidade que não existem em nenhum outro lugar do mundo.

Diante dessas características, com um grande território e predominância de um bioma extremamente diverso e resistente, concordamos com Roberto Malvezzi (2007) quando ressalta a riqueza e diversidade da região, não a caracterizando apenas a partir de suas características climáticas ou geográficas, mas seu conjunto, considerando elementos que constituem o seu povo: “o Semi-Árido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (MALVEZZI, 2007, p. 9).

Destacamos essa perspectiva pois, em nossa pesquisa, percebemos que a caracterização do Semiárido por vezes se baseia apenas em aspectos físicos e especialmente climáticos. No entanto, avaliamos que o povo e seu modo e vida dizem muito de um determinado espaço. O Semiárido é região que abriga agricultores e agricultoras, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, comunidades de fundo de pasto, quebradeiras de coco) (ASA, 2012), entre muitos outros. É rico pela sua diversidade.

3.1. A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)

E é nesse território de diversidades que atua a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), rede mista formada por mais de “três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs, organizações feministas, Ocips, etc.” (ASAA, 2017) e presente em todos os dez estados da região semiárida. São 18 anos de atuação em que articulação se propõe a atuar na defesa dos direitos dos povos e comunidades da região, na perspectiva da convivência com o Semiárido, contrapondo a ideia do combate à seca. Na Carta de Princípios construída em seu I Encontro Nacional (EnconASA), a articulação apresenta seus fundamentos:

A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseados em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção – de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido (ASA, 2000).

A ASA surgiu em 1999, a partir da articulação de organizações e fóruns da sociedade civil que já atuavam no Semiárido e estavam reunidas em Recife (PE) no Fórum Paralelo da Sociedade Civil durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU). Eram sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs, Igrejas, movimento de mulheres, universidades, entre outros, que juntaram-se em uma atuação coletiva em nível regional e com incidência nas políticas nacionais. Naquele momento lançaram a Declaração do Semiárido Brasileiro (ASA, 1999) que afirmava:

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do semi-árido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

E já alertava em mesmo documento sobre o senso comum redutor da ideia caricata de Semiárido como lugar pobre e inviável:

É disso que nós, da Articulação no Semi-Árido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa, porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.



FIGURA 01: Mapa do Semiárido brasileiro segundo resolução nº 115 de 23 de novembro de 2017. Fonte: Sudene, 2017.

3.2. É falta de ação política, não de chuva⁷

A ASA surge como resultado de um processo de mobilização social em prol de políticas para o Semiárido que já vinha acontecendo, mais fortemente, desde o começo da década de 1990. Organizações populares, grupos, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, Igrejas, entre outros sujeitos sociais locais, além de organizações que atuavam com o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), vinham denunciando a negligência dos poderes públicos com relação a situação em que vivia a população da região. Sobre esse processo de articulação Jalfim (2011, p. 72), explica que:

Assim, gradativamente, foi se constituindo uma espécie de grupo de trabalho no âmbito do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, das ONGs, das Igrejas e em setores das universidades e centros de pesquisa suficientemente articulado para dar início a uma longa caminhada visando substituir a velha política e prática de combate à seca por uma nova forma de abordar essa região, que integrasse as dimensões ecológicas, técnicas, culturais e socioeconômicas do desenvolvimento rural.

Naquele momento a população do Semiárido passava por mais um longo período de estiagem e sentia em suas vidas as consequências de uma ação política concentradora de água e terra. As secas são fenômenos naturais, cíclicos e característicos do Semiárido brasileiro. Logo, não se combatem. No entanto, é necessária que se pensem políticas adequadas a convivência com essas características. Dessa forma, se construiu imagem do Semiárido, em especial da região Nordeste. De um povo visto como miserável, devido a situação de fome e miséria a que eram submetidos, consequência do então modelo de gestão que reduzia seus resultados a uma questão climática. Mas sua população não esteve apática com relação a essa realidade. Isso é possível constatar com o resgate da história da região, com revoltas como Caldeirão, no Ceará, e Canudos, na Bahia. Malvezzi (2007, p. 11) explica que:

A imagem difundida do Semi-Árido como clima, sempre foi distorcida. Vendeu-se a ideia de uma região árida, não semi-árida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos. As imagens de mirantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca – essas imagens estão presentes na música de Luís Gonzaga, na pintura de Portinari, na

⁷ Frase em uma das faixas presentes no ato do Fórum Seca (1991), em Serra Talhada, Sertão do Pajeú de Pernambuco

literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua à natureza, problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos. [...] Queremos uma política adequada ao Semi-Árido!

Então, entre as décadas de 1980 e 1990, essas organizações denunciaram a “Indústria da Seca”, a perspectiva do combate à seca, que priorizava ações com grandes obras, como construções de açudes e barragens, em especial em propriedades privadas, que tinham como donos grandes latifundiários, mais conhecido como coronéis, e que exerciam forte poder político na região, numa relação de concentração de terra, água e poder. Era privatização dos bens comuns travestida de ação de combate à seca, como se fosse possível combatê-la. O que consequentemente levava a maioria da população a mercê da boa vontade dos proprietários que tinham água concentrada em suas terras. Em períodos de forte seca, a água mais escassa precisava ser dividida com os animais.

A terra era, e ainda é no Semiárido, um outro limitante para a maioria da população do campo, o fato dela estar concentrada significava que nem todas as pessoas podiam aproveitar os períodos regulares de chuvas para produzir seu alimento ou estocar a água, tendo que se submeter as condições de trabalho e moradia que os grandes fazendeiros lhes ofereciam. E quando se tinha a água, muitas vezes era de má qualidade, o que também aumentava a contaminação. A fome, era de fato uma realidade à época, milhares de pessoas, em especial, as crianças não aguentavam essa situação. Em ciclos mais alongados de secas, assistia-se a morte de milhões de pessoas, como no caso da seca do início dos anos 1980, onde mais de 3 milhões de pessoas morreram⁸.

Em contraponto a essa política, em Pernambuco, “as Igrejas, principalmente a Católica, lideradas por bispos progressistas de dioceses do sertão, [...] atuaram no sentido de fortalecer as organizações de base por políticas públicas adequadas à região” (JALFIM, 2011, p.75). O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais passou a perceber a importância de fortalecer sua atuação no Semiárido do estado, já que atuava com mais força a questões ligadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais da cana-de-açúcar, na Zona da Mata.

⁸ Na mais prolongada seca que durou de 1979 a 1984, segundo dados da Sudene trazidos na reportagem do jornal Diário do Nordeste: “História das secas no Nordeste”. A maioria das mortes foram de crianças. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/seca/historia-das-secas-no-nordeste/>>

Segundo Jalfim (2011, p. 75), “isso foi possível graças a uma mudança na composição da diretoria da Fetape, que passou a ter maioria de agricultores sertanejos. Foi nesse período que teve início a liderança de Manoel Santos”, no Sertão do Pajeú, mais conhecido como Manoel de Serra, que presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada e foi importante liderança sindical pautando as questões ligadas ao Semiárido. Presidiu a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape), de 1996 a 1998, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), de 1998 a 2009. Nesse contexto, também se fortalecia na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) um grupo de estudantes e de professores, que já debatiam fortemente as consequências da Revolução Verde e de seu modelo de produção, e as possibilidades das tecnologias alternativas. Segundo Jalfim (2011, p. 76), “por esse grupo passaram vários alunos das ciências agrárias que mais tarde constituíram a base de quadros técnicos das principais ONGs do Nordeste envolvidas com o movimento agroecológico”.

O movimento de mulheres também esteve presente com grande participação nas mobilizações desse período. Jalil (2013) remete as autoras Cordeiro (2004) e Abreu e Lima (2003) para pontuar que a seca do início dos anos 1980 foi impulsionadora da articulação das mulheres frente a estiagem, fortemente marcadas pelo fato de terem que passar a conduzir a família sem a presença dos maridos que migravam para outras regiões em busca de trabalho. Sobre esse momento, Vanete Almeida, na época assessora da Fetape e que se consolidou como importante referência do Movimento de Mulheres do Sertão Central (MMTR-SC), relata que: “um trabalhador só migra quando não tem outra saída. Enquanto houver qualquer outro trabalho na área, ele não vai para longe da família. Quando não há outro jeito, vai só. A mulher e as crianças ficam (ALMEIDA, 1999, p. 92).

Além disso, a insatisfação da população e suas necessidades, diante desse contexto social de forte tensão, vinham se fortalecendo de forma crescente, não só em Pernambuco, mas em toda a região semiárida. E foi diante desse processo de insatisfação e cobrança por políticas adequadas à região, que contemplassem de fato toda a população e sem a consolidação de ações excludentes, que nasceu o Fórum Pernambucano de Enfrentamento à problemática da Seca. O Fórum Seca, como ficou mais conhecido, foi lançado em um ato público em maio de 1991, na cidade de Serra Talhada. Registros do Fórum, levantados por Jalfim (2011) revelam que o ato contou com a participação de mais de 7 mil pessoas, com maioria de agricultores e agricultoras,

mas também com a presença de lideranças sindicais, representantes de Igrejas, ONGs, políticos, e o então presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva.

O Fórum Seca teve muita importância para visibilizar para a sociedade a situação em que vivia a população semiárida naquele momento, mas como processo de fortalecimento da sociedade civil organizada nesse contexto em Pernambuco. E esse cenário de mobilização era uma constante em todo o Semiárido, período de nascimento de outras articulações estaduais. Aqui destacamos a Articulação no Semi-Árido Paraibano (1993), na Paraíba, o Forcampo (1994), no Rio Grande do Norte, e o Fórum Cearense pela Vida no Semiárido (1998), no estado do Ceará. Além de muitas outras articulações estaduais, que reuniam diversas organizações e que ganhavam mais força nesse período, já que no início e no final da década de 1990 a região foi marcada por dois ciclos de secas. Sobre esse momento Almeida (1999, p. 94) registrou que: “em 1993, já estava claro para nós de que teríamos que juntar não apenas Pernambuco, mas todo o Nordeste”.

Essa mobilização regional ganhou força, não só com denúncias à situação emergencial em que vivia a população, mas também pautada na proposta da convivência com o Semiárido, de que é possível se conviver com a região, através de ações que estejam baseadas em suas características e buscando extrair o máximo de suas potencialidades, assim como a valorização da capacidade e inteligência de seu povo.



FIGURA 02 e FIGURA 03: Ato de lançamento do Fórum Seca (1991), em Serra Talhada (PE), cerca de sete mil pessoas participaram do ato, que contou também com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do PT. Foto: Acervo Fórum Seca/Centro Sabiá.

Surgiam propostas baseadas em ações de baixo custo e na valorização do conhecimento popular e local. Uma das mobilizações mais importantes desse período de reivindicações foi a ocupação do prédio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1993. Trabalhadores e trabalhadoras rurais e representantes das organizações, sindicatos, movimento de mulheres ocuparam por cerca de uma semana o prédio da superintendência (ALMEIDA, 1999, p. 98). O contexto de ocupação da Sudene era esse baseado no descaso dos governos estaduais e federal diante da situação que se alastrava no Semiárido brasileiro. Os presidentes do país desse período, Fernando Collor de Mello (PRN) e Itamar Franco, não criaram soluções que dialogassem com as pautas da sociedade da região.

A concentração de água e terras, marcada por mais um ciclo de forte seca, proporcionava uma forte escassez que se refletia na redução da produção de alimentos, assim os saques passavam a ser cada vez mais comuns, mas também as diversas mobilizações. E as mulheres também estavam lá de forma organizada, pautando as reivindicações exigindo, entre outras demandas, a participação delas nas Frentes de Emergência (ALMEIDA, 1999, p. 97).

Pressionamos o superintendente Cássio Cunha Lima para reabrir as frentes de emergência. Conseguimos o que queríamos. Desta vez, com a participação das mulheres em tudo. Na hora em que se decidiu que ninguém sairia da Sudene, um grupo de mulheres e homens passou a controlar as portas de acesso ao prédio. Foi muito bonito! (ALMEIDA, 1999, p. 97-98).



FIGURA 04: Ocupação do prédio da Sudene (1993), em Recife (PE) foi importante para pautar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época de combate à seca.
Foto: Acervo Fórum Seca/Centro Sabiá.

A estratégia de ocupação teve êxito e algumas medidas emergenciais foram anunciadas, minimizando o total descaso que existia frente a situação da população e anunciando a previsão de um plano para longo prazo. Jalfim (2011, p. 81) conta que:

Criaram-se então as Frentes Produtivas de Trabalho em substituição às Frentes de Emergência [...] ou seja minimizou-se o uso político da ação emergencial e aboliu-se o caráter assistencialista e humilhante das cestas básicas. Em lugar das cestas foi introduzido o pagamento pelo trabalho produtivo. [...] Além dessas medidas imediatas, negociou-se com o governo federal a elaboração pela sociedade civil de um plano de ações permanentes para a região semiárida (JALFIM, 2011, 81).

Desse momento nasceu a articulação do Fórum Nordeste, uma articulação regional para a formulação do plano de ações estruturantes a ser apresentado ao governo federal, que segundo Jalfim (2011, p. 82), “mobilizou mais de 300 entidades em um processo preparatório para o seminário regional: Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido brasileiro”. O encontro gerou um documento com propostas, entregue ao governo federal, que não deu

retorno. O Semiárido continuava sem a implantação de uma política que assistisse estruturalmente à população, mesmo com a mudança da presidência para o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Esse processo desmobilizou as organizações nessa formatação regional, mas em alguns estados as articulações continuaram ganhando força. Regionalmente a articulação voltou a acontecer na preparação do Fórum Paralelo, na COP3, se articulando novamente já enquanto ASA.

Diante desse breve histórico, concluímos que a formação da ASA se dá como parte de um processo de mobilização social de homens e mulheres muito anterior a seu nascimento. E é a partir dessa experiência acumulada de proposição de ações eficientes e adequadas à região, que em seu surgimento a jovem articulação já propõem ao governo federal o Programa de Mobilização e Formação Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas (P1MC). Em que propõe o acesso à água de qualidade de forma descentralizada, através da construção de um milhão de cisternas de placas, que coletassem água das chuvas, para atender a demanda do consumo humano das famílias com *déficit* hídrico na zona rural do Semiárido brasileiro. Essa era a estimativa da ASA naquele momento, com relação a quantidade de núcleos familiares sem acesso à água de qualidade.

Sua ação priorizava o que avaliava ser mais urgente diante daquele contexto, e era o acesso à água de qualidade. O P1MC também se propunha a ser um programa de mobilização social e formação política. Dessa forma, a sociedade civil, a partir da articulação enquanto ASA, passa construir uma proposta de desenvolvimento para a região semiárida, lançando um novo olhar sobre a região.

3.3. Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido

A ASA se organizou como um fórum político regional e sua coordenação executiva é formada por dois representantes de cada estado do Semiárido. Cada fórum estadual se organiza e elege dois coordenadores ou coordenadoras e nacionalmente eles se revezam em titulares e suplentes. A coordenação executiva da ASA é então formada por 20 coordenadores e coordenadoras, sendo 10 titulares e 10 suplentes.

A atuação da ASA cresceu ao longo dos anos. Ainda em 1999, durante a COP3, o então Ministro do Meio Ambiente (MMA), José Sarney Filho, se comprometeu publicamente com a proposta do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) apresentada pela articulação. E em

seguida através do próprio MMA foram investidos os primeiros recursos públicos na ação ASA. No mandato da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entre 2003 e 2010, os investimentos nas ações de convivência com o Semiárido cresceram, e as ações propostas pela ASA foram grandes influenciadoras das políticas públicas efetivadas pelo governo federal para a região. A sociedade civil conquistava nesse momento também uma forte presença na execução das políticas para a região.

Com isso, o governo federal implementa o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), alocado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que investiu recursos nas ações propostas pela ASA. As ações para acesso à água articuladas com outras políticas como o programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), a Política Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), entre outras, todos esses programas e políticas com grande participação da sociedade civil e movimentos sociais na proposição e elaboração, transformaram a realidade do Semiárido brasileiro.

A ASA também tem ao longo de seus 18 anos de atuação acessado a recursos de investimentos privados, federações, fundações, cooperações internacionais e doadores individuais. No entanto, os recursos públicos sempre foram, até o atual momento, os de maior volume. Para gerir os recursos mobilizados pela ASA, que é um fórum sem personalidade jurídica, criou-se a Associação Programa Um Milhão de Cisternas Rurais para o Semiárido (AP1MC), que tem natureza de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e que gerencia os recursos de todos os programas executados pela ASA. Atualmente, a ASA desenvolve o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que além do P1MC desenvolve os programas Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido.

- O P1MC implementa cisternas de placas com capacidade para armazenar 16 mil litros de água das chuvas captadas através do telhado das casas, com o objetivo de garantir água para o consumo humano;
- O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) objetiva ampliar a possibilidade de estocagem de água das famílias no Semiárido, que possibilitem o uso para a produção de alimentos e criação de pequenos animais. O P1+2 tem um olhar para a garantia da soberania e segurança alimentar das famílias e desenvolve sete tipos de tecnologias de

- captação de água das chuvas (tanques de pedra, barragem subterrânea, barreiro trincheira, cisterna calçadão, cisterna enxurrada, barraginha e bomba d'água popular);
- O Programa Cisternas nas Escolas, implementa cisternas de placas com capacidades para 52 mil litros de água em escolas rurais, para que elas tenham pleno funcionamento mesmo os períodos mais secos e discute a importância de uma educação contextualizada;
 - O Programa Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido reforça estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético, através da estocagem de sementes crioulas e do fortalecimento da auto-organização comunitária (ASAb, 2017).

A ASA já executou pouco mais de 612 mil cisternas do P1MC chegando a mais de 3 milhões de pessoas⁹. Cerca de 100 mil tecnologias sociais do P1+2, mais de 5 mil cisternas em escolas, e 709 Bancos de Sementes, do programa Sementes do Semiárido¹⁰. Ao longo da implantação do Programa Cisternas, do governo federal, estados e municípios também executaram ações de construção de tecnologias sociais de captação de água das chuvas, muitos estados inclusive não só adotando a metodologia proposta pela ASA, mas em parceria com as organizações da articulação nos estados. Sempre tendo a estocagem é uma estratégia para a convivência com o Semiárido:

Estocar nos tempos da fartura para ter nos tempos da escassez. Essa máxima se aplica perfeitamente no Semiárido. Lá, a água da chuva tem sido guardada para matar a sede das pessoas, animais e das plantas. Neste espaço, ter água significa segurança hídrica e também segurança alimentar e nutricional, porque a água da chuva armazenada serve igualmente para produzir alimentos e sementes (ASAc, 2017).

As ações da ASA voltam-se para o público com maior vulnerabilidade na zona rural do Semiárido brasileiro. E o processo de implementação de seus programas se propõe a um caráter mobilizador da população. Com isso, nos municípios de atuação se formam Comissões Municipais e Comunitárias, que participam do cadastramento e seleção das famílias a partir dos

⁹ A ASA faz um cálculo de cinco pessoas por família no acesso aos seus programas

¹⁰ Dados disponibilizados em dezembro de 2017 e janeiro de 2018 pela Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC), que faz a gestão dos programas da ASA.

critérios estabelecidos. Essas comissões têm um importante papel de identificação das comunidades e famílias que tem prioridade no recebimento daquela ação, a partir de suas necessidades hídricas, e as características do terreno onde as tecnologias serão construídas. Para que de fato possa ser contemplada, a família precisa atender a critérios como:

- Possuir renda *per capita* familiar de até meio salário-mínimo;
- Estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico);
- Possuir o Número de Identificação Social (NIS);
- Possuir cisternas de água para consumo humano (no caso da implementação de tecnologias do P1+2).

E são atendidas prioritariamente as famílias que:

- Estejam em situação de extrema pobreza.
- Sejam chefiadas por mulheres, com crianças de 0 a 6 anos e que estejam frequentando a escola;
- Tenham Pessoas com 65 anos ou mais e com deficiência física e/ou mental também devem ser atendidas em caráter de prioridade.

A concentração de terras no Brasil ainda é um entrave para o desenvolvimento da agricultura familiar. No caso das ações da ASA, por exemplo, algumas famílias deixam de acessar algumas ações, por não terem terras ou a propriedade ser muito pequena e não comportar as tecnologias.

A ASA tem uma metodologia própria para execução de suas ações, baseada na mobilização social para a convivência com o Semiárido, o que propicia não só a construção das tecnologias sociais de seus programas, mas um processo de formação das pessoas que acessam as ações, a partir de cursos que debatem gerenciamento de recursos hídricos, gerenciamento de água para produção de alimentos; de oficinas de comunicação; encontros comunitários, territoriais, estaduais e nacionais, onde se discutem as ações de convivência, o debate político; intercâmbios entre agricultores e agricultoras, que trocam conhecimentos, práticas, experimentações; através dos cursos de cisterneiros e cisterneiras, que mobilizam homens e mulheres para que possam se apropriar do processo de construção e que os possibilita uma renda extra com a construção das cisternas. Assim, ASA trabalha com tecnologias sociais

simples, de fácil replicação e baixo custo, baseada no conhecimento da própria população da região.

Nessa relação da ASA em executar uma política pública, existiram descontinuidades no aporte de recursos, paralisando alguns programas. No entanto, a ASA que é fruto da mobilização social, por vezes voltou a ocupar as ruas quando necessário a pautar o governo da importância das ações de convivência com o Semiárido ou na cobrança pela continuidade do investimento financeiro.



FIGURA 05 e FIGURA 06: Ato público de celebração dos resultados de termo de parceria com o governo federal em Feira de Santana (BA), em 2007. E ato público pela continuidade dos investimentos nas ações de convivência ASA, em 2011. Foto: Acervo ASA.

No entanto, os recursos advindos do Programa Cisternas, do governo federal, tiveram uma grande redução no último ano. Os investimentos em ações sociais no Brasil de uma forma geral foram cortados pelo governo de Michel Temer (PMDB) e impactaram diretamente a ação da ASA e por consequência o público aos quais suas ações são direcionadas. Uma das primeiras medidas do governo de Michel Temer, que assumiu no lugar da então presidenta Dilma Rousseff (PT), foi propor a Emenda Constitucional 55 e submetê-la a aprovação da Câmara dos Deputados e ao Senado. Aprovado nas duas instâncias, a medida define que investimentos em áreas sociais estão congelados por 20 anos.

Uma série de outras medidas do governo mexem com conquistas da sociedade brasileira em diversas áreas na luta por direitos e que se refletem diretamente na população do campo, em especial agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, etc. O governo também aprovou a Reforma Trabalhista que já foi implementada, e

está em sua pauta reformar a Previdência Social¹¹, que tem previsão de ser votada ainda em 2018. Medida que deve impactar diretamente nos trabalhadores e trabalhadoras rurais, em especial as mulheres. Outra medida que também influencia diretamente na vida dessas populações são os cortes no Orçamento da União de 2018, que se deram diretamente em ações e políticas sociais também para o campo. Como a redução de recursos no Bolsa Família, no PAA, no PNAE, na Ater, no Programa Cisternas e em outros programas sociais.

Para exemplificar a importância dessas ações para a população rural do Semiárido, em 2017 o Programa Cisternas foi reconhecido internacionalmente, em segundo lugar, como política pública referência no combate à desertificação pela Organização das Nações Unidas (ONU), através do Prêmio Política para o Futuro. A entrega da premiação aconteceu durante a 13ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas (COP 13), na China. Segundo a ASA (2017), “a desertificação afeta 58% da área do Semiárido, onde vivem 11,8% brasileiros e brasileiras, muitos deles em situação de pobreza ou extrema pobreza”.

Fica evidente que a ação da ASA é de grande importância para região semiárida do Brasil. Atualmente o Semiárido passa por uma das maiores secas dos últimos 50 anos, com previsões que afirmam que este ciclo finaliza agora em 2018. No entanto, a situação da região neste período não é o mesmo que se vivenciou em secas passadas como a de 1980, 1993 e de 1998 que citamos anteriormente. Não foram noticiados saques e não houve registro de óbitos por conta das secas. Muitas outras consequências ocorreram, como a perda de lavouras a espera de chuvas que não vieram, a morte de muitos animais, por conta da condição hídrica insuficiente de mantê-los, mas uma situação bem diferente da vivida anos atrás. Nesse período o Brasil deixou, em 2014, de compor o Mapa da Fome, da Organização das Nações Unidas (ONU). O número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza no país ainda é alarmante, no Semiárido também, mas são notáveis avanços resultados das políticas já citadas que foram implementadas. Segundo relatório elaborado por entidades da sociedade civil em julho de 2017, o Brasil corre riscos de voltar ao Mapa da Fome devido ao impacto dos cortes nos programas sociais.¹²

¹¹ A Reforma da Previdência estava prevista para ser votada no final de 2017, mas sob forte pressão popular, até a finalização deste estudo em janeiro de 2018, ainda não havia sido votada pela Presidência da República.

¹² Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Disponível aqui: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf

3.4. É no Semiárido que as mulheres resistem

Como apresentamos no capítulo 1, as mulheres sempre estiveram ativas como sujeitos sociais que constituíram e constituem as lutas pela melhoria das condições de vida, acesso a direitos, construção de políticas públicas para toda a sociedade. Mas de também de relações mais justas e igualitárias, seja nas organizações e movimentos mistos ou de forma auto-organizada. São sujeitos importantes nos processos de reivindicação que antecederam a formação da ASA. E em seu processo de seu processo de constituição, a articulação destacou que dentre as problemáticas que afligiam a região semiárida, estavam também a “desigualdade entre homens e mulheres” (ASA, 1999).

Analisando alguns números da ASA, de dezembro de 2017, percebemos que as mulheres são maioria em muitas das atividades realizadas através de seus programas. Na dinâmica do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), por exemplo, intercâmbios são realizados na perspectiva de fortalecer a troca de experiências e os conhecimentos entre agricultores e agricultoras. Das 52.604 pessoas que participaram de intercâmbios do início do programa em 2007 até dezembro de 2017, mais de 50% foram mulheres, num total de 27.645 mulheres¹³. Assim seguem os números no caso dos 922 Encontros Comunitários e Territoriais já realizados, com a participação de 43.857 pessoas, sendo que a maioria, 22.686, também foram mulheres. Essas participações com maioria de mulheres segue a dinâmica da implementação dos programas da ASA (P1MC, P1+2, Sementes do Semiárido) que também tem maioria de mulheres como “proprietárias” das tecnologias.

A estratégia de inclusão das mulheres pela ASA em suas ações se dá através da ação coletiva, na perspectiva da família, não existe uma política específica para as mulheres. Ressaltamos aqui a perspectiva abordada por Ana Paula Ferreira (2016) de que o senso comum formulou a ideia de família como unidade homogênea, mas seus integrantes são sujeitos distintos e por isso tem necessidades e questões diferentes umas das outras, assim como a cultura patriarcal e machista determina a centralidade do poder na figura masculina, o que proporciona a ele o poder das decisões por toda a família.

¹³ Dados disponibilizados em dezembro de 2017 e janeiro de 2018 pela Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC), que faz a gestão dos programas da ASA.

Há, dentro do universo desse senso comum, uma visão de família monolítica em que todos participam de igual forma das decisões através do consenso, pautado em uma liderança “natural” do pai chefe da família, com ajuda da mãe. Todavia, essa ideia romantizada de família não se traduz na realidade. [...] Em geral, a família para as mulheres é o espaço de maior reprodução de diferentes formas de opressão, como o machismo, a imposição da divisão sexual do trabalho, a violência doméstica, etc (FERREIRA, 2016, p. 177).

Mas a ASA é uma articulação com mais de três mil organizações, uma verdadeira teia de formas de atuação e organização no Semiárido. Percebemos que em nível de articulação nacional eixos que orientam a ação, mas na prática diária, cada organização também dá seu formato na execução das ações. Sobre a perspectiva da ação com mulheres, é possível observar em depoimento resultado de entrevista que as mulheres estão articuladas dentro da ASA, que as mulheres são priorizadas como participantes nas ações, mas que um olhar direcionado para as questões levantadas por essas mulheres está ainda em construção:

Acredito que hoje cada vez mais a ASA está entendendo a importância de se trabalhar com as mulheres. A forma que a gente vem trabalhando atinge e chega as mulheres, embora as vezes não vem com uma abordagem específica. Uma abordagem na perspectiva de gênero, que possamos ultrapassar as desigualdades nem todas as organizações adotam. A meu ver, falta uma abordagem político metodológica que dê visibilidade as mulheres. Mas temos construído uma pauta (COORDENAÇÃO EXECUTIVA 1, 2018).

Com as entrevistas e a análise de documentos da ASA nacional, percebemos, que ao longo dos anos, a articulação passou a tratar o tema mulheres e gênero de forma mais afirmativa, a partir da incidência das próprias mulheres que a constroem. Analisando as cartas políticas que marcam os Encontros Nacionais da ASA (EnconASAs), é possível traçar uma linha do tempo e perceber como as demandas das mulheres vão sendo trabalhadas politicamente.

Na Declaração do Semiárido (ASA, 1999), documento lançado durante a COP3, na formação da ASA, é apresentado um eixo de inclusão de mulheres e jovens no processo de desenvolvimento, que destaca a força de trabalho das mulheres e o não reconhecimento no processo produtivo e de participação política. No entanto, a perspectiva produtiva é que marcam as propostas, como “que mais mulheres e jovens sejam capacitados para participar em conselhos de políticas públicas” (ASA, 1999, p.7).

Em sua Carta de Princípios, lançada no I EnconASA, em 2000, não existe nenhum princípio que aborde especificamente necessidades das mulheres. Em seu item quatro, a carta

apresenta que: “A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares [...] de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido” (ASA, 2000). Nas cartas dos III, IV e V EnconASAs realizados em 2002, 2003 e 2004, quando as mulheres ou a perspectiva de gênero aparece é para registrar a necessidade que as políticas governamentais as incluam, em especial nas de acesso à terra. Nessas cartas não existem pontos ou eixos específicos sobre as mulheres.

Somente no VI EnconASA, no ano de 2006, que o tema de gênero aparece com mais destaque. Esse encontro, realizado no estado do Ceará, também aparece nas entrevistas realizadas para este estudo como um marco para as discussões de gênero dentro da ASA. Esse EnconASA, além de ter debatido a questão como um eixo temático, traz em sua Carta Política um alerta sobre a situação vivida pelas mulheres, não só no campo produtivo, mas também nas relações sociais que marcam suas vidas, e reflete que sem desconstruir as relações hierárquicas entre homens e mulheres, não é possível construir a convivência com o Semiárido:

Entendemos que a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semi-Árido passa pelo reconhecimento da situação de opressão e subordinação em que vivem as mulheres. A ação transformadora dessa realidade pressupõe a perspectiva de gênero como ação estruturante, a incorporação da luta pelos direitos das mulheres e a sua constituição como sujeitos políticos (ASAA, 2006).

É desse VI EnconASA também que resulta a Carta Política de Gênero – Construir a igualdade entre homens e mulheres é construir convivência sustentável com o Semi-Árido. A Carta política de Gênero foi apresentada no segundo dia do VI EnconASA, resgatando as discussões que as mulheres já vinham fazendo dentro da articulação, e pontua algumas propostas. A Carta Política de Gênero foi importante para que a Carta Política do VI EnconASA trouxesse um olhar para a realidade e necessidades das mulheres, diferente dos EnconASAs anteriores. A Carta Política de Gênero (ASAb, 2006), afirma que:

Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando as mulheres numa situação de subordinação e opressão política. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder, mando e autoridade sobre as mulheres. Como consequência dessa estrutura hierárquica, questões como a violência doméstica e a injusta divisão sexual do trabalho – que destina às mulheres o espaço privado, invisibilizando a contribuição econômica, social e política do trabalho das mulheres – permanecem presentes no Semi-Árido.

Entre algumas das propostas apresentadas na carta estão:

Criar e apoiar um GT de Gênero da ASA, em sua estrutura nacional; analisar as ações dos programas e projetos da ASA, sob a perspectiva de gênero, e propor mudanças que alterem as relações de desigualdades; contribuir para que o enfoque de gênero esteja presente em todos os instrumentos de divulgação da ASA; adotar a linguagem inclusiva nos documentos e declarações da ASA, como forma de visibilizar as mulheres como sujeitos políticos; realizar o debate de gênero em todos os temas de discussão da ASA, tais como: acesso à água e à terra, desertificação, agrobiodiversidade, biodiesel, economia solidária, dentre outros [...] (ASAb, 2006).

As cartas políticas que saíram no VI EnconASA foram frutos de um processo de discussão e organização das mulheres que integravam a ASA em diversas instâncias naquele momento (agricultoras, assessoras, coordenadoras, etc.) e que percebiam a necessidade de trazer outras demandas para o debate político da ASA. Assim percebemos que além do fim das desigualdades entre homens e mulheres e a visibilidade do trabalho das mulheres no campo produtivo, pautas como a necessidade da auto-organização, do combate à violência, do olhar específico para ações com mulheres, da adoção de uma linguagem inclusiva passavam a influenciar os debates da articulação de uma forma geral.

Esse processo de organização das mulheres que culminou no VI EnconASA vinha se construindo a partir do apoio que a Oxfam, organização de cooperação internacional, que naquele momento estava apoiando esse processo de organização das mulheres na ASA, momento que se construiu um grupo de trabalho (GT) sobre gênero. Foi um momento que a ASA também se aproximou de movimentos de mulheres como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que contribuíram para essas discussões na ASA. As entrevistas demonstraram que esse foi um momento que fortaleceu as mulheres dentro da ASA e que mesmo tendo perdido um pouco de força após o final do apoio da Oxfam, tem sido resgatado nos últimos anos:

Quando a Oxfam parou de nos apoiar ficou muito vivo de que isso precisava mudar, precisavam ter mais mulheres nos espaços de poder, de decisão, nos programas. Mas a gente não conseguiu criar uma política de gênero que pudesse mudar realmente esse cenário a partir das organizações, dos estados e refletindo nacionalmente. Hoje isso está voltando com mais força, porque a gente seguiu uma caminhada, teve um esfriamento depois disso, mas teve uma retomada depois do Encontro de Agricultoras

Experimentadoras e agora também no primeiro encontro de mulheres do Semiárido (COORDENAÇÃO EXECUTIVA 2, 2018).

O I Encontro Nacional de Agricultoras Experimentadoras: celebrando conquistas na trajetória da ASA, foi realizado em 2014, na Paraíba. O encontro reuniu quase cem mulheres de todos os estados do Semiárido, entre agricultoras, assessoras técnicas e coordenadoras da ASA. Do encontro não resultou uma carta política, mas a carta de orientações de preparação do encontro alertava:

Em que pese esses inúmeros avanços conquistados ao longo desses 15 anos, eles ocorrem num ambiente onde cultura patriarcal ainda comanda as relações entre os homens e as mulheres e essa cultura ainda permanece impregnada na organização da sociedade, nas instituições e no seio da agricultura familiar, principalmente no semiárido brasileiro, bloqueando o pleno exercício das capacidades das mulheres. [...] Nesse contexto, o Encontro Nacional de Agricultoras Experimentadoras torna-se de fundamental importância para estratégia da ASA, na medida em que permitirá analisar de forma mais crítica os avanços favorecidos pelos Programas por ela conduzidos e de que forma eles possam se transformar na base para romper as amarras da cultura patriarcal e construir uma sociedade mais justa para homens e mulheres (ASA, 2014).

No ano de 2016, dois encontros nacionais marcaram a ação da ASA e reforçaram a articulação das mulheres no Semiárido. O IV Encontro de Agricultoras e Agricultores Experimentadores, realizado em Sergipe, e o IX EnconASA, realizado no Rio Grande do Norte. Nos dois encontros as mulheres realizaram plenárias específicas o que resultou em um maior comprometimento com a auto-organização das mulheres e uma maior incidência de suas questões nas cartas políticas. É na Carta Política do IX EconASA que uma perspectiva feminista passa a ser registrada como princípio a ser reafirmado.

[...] É preciso incidir politicamente para a ampliação da Lei Maria da Penha para o campo. Vamos lutar pela desconstrução da cultura do machismo e afirmar os princípios feministas, fortalecendo ações dos movimentos de mulheres e a Marcha das Margaridas e das Mulheres Negras. Sem feminismo não há convivência com o Semiárido.

Em 2017, foi realizado pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e pelo Centro Feminista 8 de Março (CF8), organização que integra a ASA, o Encontro Mulheres do Semiárido – e a construção de tecnologias sociais de convivência. Nele a perspectiva de que “Sem Feminismo não há Convivência” foi fortalecida. Em sua Carta Política, são apresentadas

denúncias que tratam do contexto político vivido pelo Brasil e o impacto na vida das mulheres, mas também apresentadas propostas de luta e enfrentamento das violências vivenciadas pelas mulheres, assim como: “o compromisso com o debate da divisão sexual do trabalho e a construção de instrumentos de luta como a campanha pela divisão justa do trabalho, a auto-organização das mulheres, a escola feminista do semiárido” (CF8; ASA, 2017).

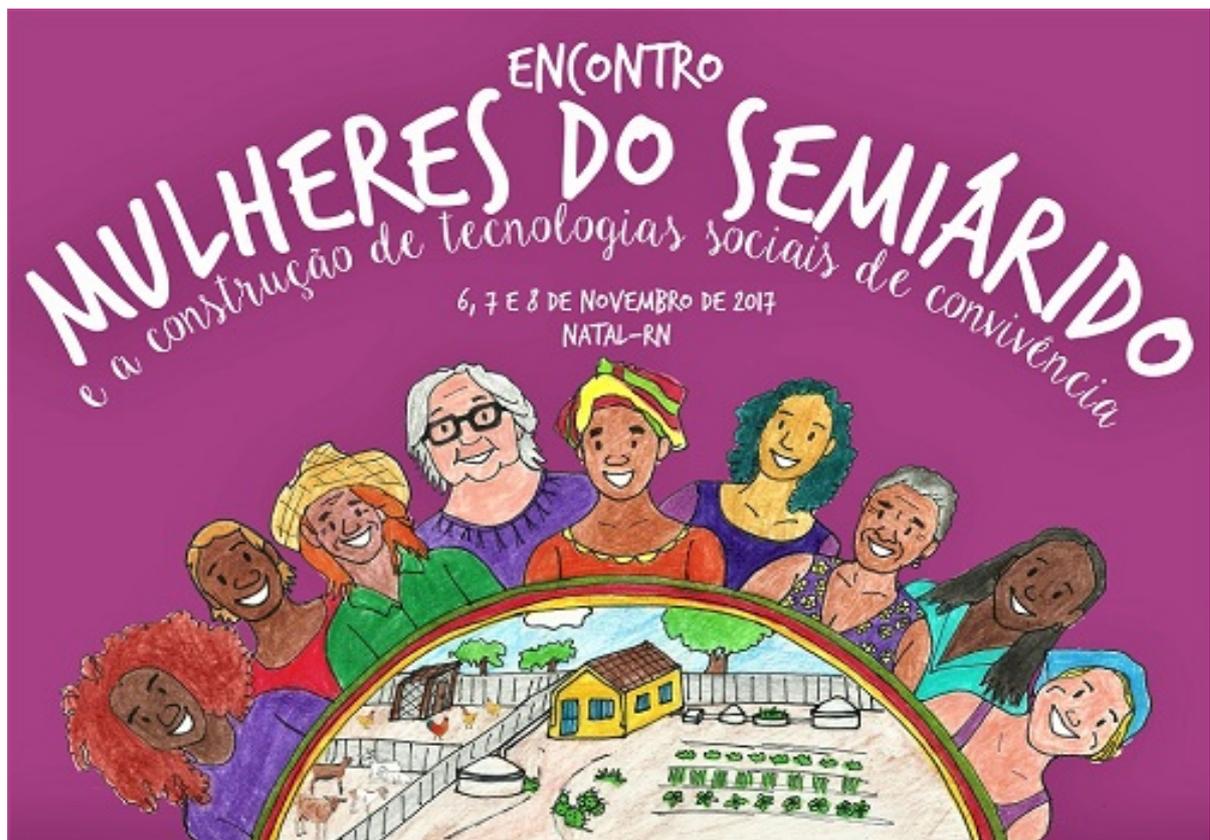


FIGURA 07: Arte do Encontro Mulheres do Semiárido realizado pela ASA e CF8, no Rio Grande do Norte. Imagem aborda a diversidade de mulheres do Semiárido brasileiro. Imagem: Acerco ASA/CF8.

Diante desse cenário de fortalecimento da organização das mulheres na ASA e que se reflete em suas ações no Semiárido, a ASA também tem o desafio de assumir uma política de equidade de gênero em sua instância organizativa, como proposto pela própria articulação durante o IX EnconASA: “afirmamos a necessidade urgente da ASA em assumir como política a equidade de gênero dentro das instâncias e espaços organizativos e decisórios da rede” (ASA, 2016). A composição da coordenação executiva da ASA nacionalmente conta com 20 pessoas,

são duas representações de cada estado (titular e suplente). Desse quantitativo, apenas cinco são mulheres (duas titulares e três suplentes). Não analisamos aqui neste capítulo as dinâmicas de discussão e organização das mulheres nas instâncias estaduais da ASA, mas a partir das entrevistas é possível perceber que cada estado tem uma dinâmica e incidem de formas distintas sobre o tema nacionalmente.

Uma das formas utilizadas pela ASA ao longo de sua ação para visibilizar as mulheres no Semiárido foi a comunicação, principalmente através da sistematização de experiências, forma de que as próprias mulheres pudessem contar suas experiências, práticas. Assim, além da implementação das tecnologias sociais, a ASA se propõe a desenvolver ações que mobilizam a população da região para processos de comunicação. A articulação afirma que visa promover a comunicação como importante estratégia para sua política e como direito humano. É o que trataremos no próximo capítulo.

4. COMUNICAÇÃO NA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Ao longo do tempo, a história da região semiárida brasileira foi contada de forma a favorecer a perspectiva da “Indústria da Seca”, que apresentamos nos textos anteriores, ou seja, a favorecer a estratégia política utilizada para criar dependência da população na ação de alguns políticos e coronéis. A história que foi disseminada é que, onde o clima Semiárido predomina, era uma região seca e por isso inviável, e sua população vista como incapaz e reduzida sua imagem a pobreza e fome.

Romper com as barreiras dessa imagem redutora sempre foi uma das perspectivas da ASA, a construção de uma “outra imagem do Semiárido”, que visibilizasse esse processo de mobilização social, que valorizasse o conhecimento construído por sua população, que ecoasse as estratégias de convivências. E uma das estratégias da articulação para isso foi ter a comunicação como componente de seus processos. Com isso, a articulação conta com uma Assessoria de Comunicação (ASACom) com atuação nacional e uma Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares, que atua descentralizadamente nos diversos territórios e estados do Semiárido brasileiro.

Em nosso estudo, percebemos que a comunicação para a ASA sempre foi um elemento determinante tanto na leitura do contexto do Semiárido, como na proposição de ações para mudança da realidade dos povos da região. A Declaração do Semiárido (1999) já trazia a comunicação como importante estratégia para mudar a lógica existente de que os meios de comunicação hegemônicos retratam a região “imagens de chão rachado [...] caricatas”. Na Carta de Princípios (2000), um dos pontos apresentados é a necessidade de sensibilização da opinião pública para as viabilidades do Semiárido, o texto diz que “a ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, bem como monitorar a execução das políticas pública”.

Nesse momento, a ASA revela uma de suas estratégias de comunicação que preserva até os dias atuais com a atividade de assessoria de imprensa, de pautar os meios de comunicação para outras dinâmicas existentes na região além das intempéries climáticas. Como fica explicitado no trecho de entrevista a seguir:

E essa comunicação precisaria definir conteúdos, que eram o que? Que esse é um lugar importante, esse é um lugar de pessoas competentes, um lugar de pessoas

capazes, um lugar de festividade, um lugar bonito. Não é o que se dizia anteriormente, não é um lugar de terra rachada, de pessoas incapazes, de vaca morta. Esse era um outro lugar. Então, toda nossa comunicação foi a partir dessa perspectiva, de construir um outro imaginário. E eu costumo dizer que isso deu certo, porque nós saímos de um lugar que não chovia, e hoje nós somos o Semiárido mais chuvoso do mundo. Ou seja, uma inversão do que era isso anteriormente (COORDENAÇÃO TÉCNICA 1, 2017).

O entendimento de que o contexto da comunicação no Brasil também é de concentração dos meios de comunicação apareceu de forma evidente na Carta Política do IV EnconASA (2003):

De maneira geral, o controle da comunicação no Semi-árido está nas mãos das elites locais. O movimento pela democratização da informação, apesar de incipiente, é um dos desafios da comunicação na sociedade. [...] Nesse contexto, a comunicação produzida pelas rádios comunitárias, vêm assumindo um papel importante na difusão de um projeto de desenvolvimento sustentável do Semi-árido. Essas rádios, no entanto, sofrem constantes perseguições, que muitas vezes inviabilizam seu funcionamento. (ASA, 2003).

Assim como a necessidade de construção e fortalecimento de meios próprios de comunicação. Diante disso, a ASA exigia, “a desprivatização e democratização da comunicação no País, especialmente através da outorga das concessões das rádios comunitárias, que têm se revelado aliadas importantes na divulgação de informações do Semi-árido” (ASA, 2003). Apesar de naquele momento a ASA já expressar a necessidade da democratização da comunicação, ela não integrava, como não integra ainda em nível nacional, nenhum fórum que discuta o tema. O diagnóstico de que o movimento de comunicação naquele momento era incipiente e a exigência de democratização dos meios de comunicação acontece, mas sem a participação da ASA nos espaços de discussão sobre políticas de comunicação e democratização dos meios.

A própria ação de comunicação da ASA nacionalmente naquele momento era baseada em uma relação com esses mesmos meios de comunicação para “projetar a imagem da ASA como um fórum que dinamiza a estratégia de convivência com o semi-árido, expressando os valores de diversidade, solidariedade e prática democrática” (ASA, 2002). Brochardt (2013, p.73) ao abordar a comunicação da ASA nesse período inicial de formação da ASA constata que:

Ao mesmo tempo, ao analisarmos alguns textos orientadores da ação comunicacional da rede, percebem-se elementos de uma comunicação dirigida e institucional, muitas vezes voltada para o relacionamento com meios de comunicação midiáticos e que pouco se referem à construção participativa e, apenas de maneira tangencial, apontam os agricultores como público ou como partícipes na construção dessa comunicação.

As organizações que compunham a ASA já realizavam diversas ações de comunicação, muito antes da formação da rede ação na articulação, muitas com viés popular e pedagógico em seus territórios de atuação em diálogo com os agricultores e agricultoras, que geravam materiais de comunicação como boletins, programas de rádio, cordéis, panfletos. Mas também se utilizavam de outras formas como o teatro, a dança, os atos públicos, entre outras. A experiência da ASA, enquanto rede, bebe dessa experiência que já existia, no entanto, naquele momento não ainda como uma ação de comunicação mais articulada em rede. Existia, assim como ainda existe, a ASACom com uma equipe alocada na sede da AP1MC, em Recife (PE), que realiza ações de comunicação. No entanto, naquele momento de formação da ASA, apesar das ações em comunicação já protagonizadas pelas diversas organizações que compunham a rede, elas ainda não estavam articuladas em uma rede de comunicação enquanto ASA.

E é a partir de 2007, com o projeto-piloto do P1+2 que surge a proposta de um profissional que atuaria com a função de fomentar a comunicação nas organizações que executassem o programa, com foco na produção de um produto de comunicação que registrasse experiências e práticas das famílias. Brochardt (2013) relata que inicialmente existiu um estagiário de comunicação “estudante de qualquer área do conhecimento”. Mas que com o tempo a ASA sentiu a necessidade de profissionais com experiência em comunicação popular, sem a obrigatoriedade de uma formação específica na área, mas que tivesse habilidades e experiência com o tema.

Historicamente a comunicação popular traz um esforço de ecoar vozes. Com a proposta de concretizar ações de comunicação rural participativas, iniciativas de comunicação popular têm há muito contribuído para que outras perspectivas de histórias que se consolidaram como únicas possam ser contadas no meio rural. Nesse esforço, a comunicação popular como assinala Peruzzo (2006, p. 04):

[...] se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo

democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

Peruzzo (2008, p. 02) resgata a origem da comunicação popular, que surge nos movimentos populares entre a década de 1970 e 1980, na América Latina como um todo, e que “ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares”. Frente a esse quadro de concentração dos meios de comunicação, “a comunicação popular, à medida que se for ampliando [...] estará servindo cada vez mais à democratização dos meios e do poder de comunicar” (PERUZZO, 2004, p 157). Para Callou e Tauk Santos (2013, p. 80):

[...] A concentração dos meios de comunicação e o controle de informação que impõem os interesses da classe hegemônica sobre a sociedade civil; os interesses dos centros urbanos sobre os rurais, rompendo as raízes culturais e históricas dessas últimas, fazendo-as perder suas identidades e dessa forma promovendo a sua alienação e despolitização.

Nessa perspectiva da comunicação popular, se iniciou a constituição de uma Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA, que ao longo dos anos passou a ser fortalecida com o crescimento do P1+2 e com o nascimento anos depois do programa Sementes do Semiárido, que também passou a incluir um profissional de comunicação na estrutura de cada organização que executasse as ações do programa. Mas a rede não nasce de forma planejada, ela foi se concretizando a partir dessa ação de comunicação popular que estava acontecendo de forma mais conectada com a chegada do comunicador ou comunicadora popular nas organizações, que passava a ter um contato direto com a ASACom, que por sua vez, se conectava com esses profissionais em todos os estados de atuação dos programas. Os encontros foram fundamentais para o fortalecimento da rede, conforme depoimento da coordenação técnica:

Em princípio não era uma rede, sempre tinham os comunicadores e comunicadoras que tinham que fazer uma série de boletins. E depois isso tomando uma proporção tão grande que eu acho que meio que de repente a gente se viu numa rede. Porque a rede é isso, a teia, a troca de informação, de conhecimento. Agora eu acho que tem uma coisa que a ajuda a gente nessa consolidação da rede, que são os encontros. Porque quando a gente se encontra, a gente se reconhece no outro [...] E eu acho que os encontros permitem que as pessoas vejam que não estão sozinhas (COORDENAÇÃO TÉCNICA 2, 2017).

A importância dos encontros de comunicação como importante espaço para fortalecimento da rede de comunicação também é destacada em depoimento de uma das comunicadoras entrevistadas:

Acho que algo extremamente importante nesse processo foram os momentos de encontros, que eram nesses momentos que nós comunicadores e comunicadoras populares colocávamos quais eram as nossas necessidades, o que é que a gente via na ponta e que era importante visibilizar. E eu acho que a partir disso, a ASACom começou a amadurecer e a organização também (COMUNICADORA 2, 2017).

Luciana Pinto Santos realizou em 2015 estudo sobre a rede de comunicação da ASA, a partir do acompanhamento da ação da rede explica que:

O processo de formação, o acompanhamento dos comunicadores e o caráter coletivo que a ASA se propôs a gerar com isso, permitiram que as comunicadoras e comunicadores populares estimulassem um processo de organização em Rede, sendo criada assim a Rede de Comunicadores Populares da ASA, que atualmente tem representações em todos os estados onde a ASA está presente. Cada estado com dinâmicas próprias e ligadas às particularidades territoriais (SANTOS, 2015, p. 53).

Assim, a ação de comunicação da ASA passou a ser potencializada com a Rede de Comunicadores e Comunicadoras, que tem a relação direta com os profissionais contratados a partir dos programas P1+2 e Sementes do Semiárido, mas que em sua atuação nos estados e territórios está ligada a dinâmica de comunicação da ASA como um todo e que a partir dos encontros de comunicação passam fortalecem essa atuação em rede. A rede já chegou a contar com 142 comunicadores e comunicadoras de todos os estados de atuação da ASA, contratados pelo P1+2 e Sementes do Semiárido. Atualmente, os recursos financeiros da ASA para manutenção dos programas diminuíram por conta da atual conjuntura brasileira, que reduziu os investimentos governamentais nas ações de convivência com o Semiárido, assim para este ano de 2018 estão previstos 44 comunicadores e comunicadoras ligadas diretamente ao programa P1+2.

Para Brochardt (2013, p. 29), “a mídia teve um papel fundamental de reprodução do estereótipo até hoje atribuído ao sertanejo – retirante da seca”. Perante essa realidade, a ASA pontua sua perspectiva de construção de uma comunicação que valorize o Semiárido brasileiro,

como registrado na Carta Política de seu VIII Encontro Nacional (EnconASA), realizado em 2012. Sobre o direito à comunicação no Semiárido a ASA pontua:

[...] Da mesma forma, não podemos ignorar a exclusão que sofrem os povos do Semiárido aos diversos meios de comunicação, especialmente, às rádios e televisões comunitárias, que funcionam como um instrumento de reafirmação da identidade e de fortalecimento das lutas pelos seus direitos. Sonhamos com o dia em que nosso povo exerça o seu direito de comunicar com a mesma autonomia, força e resistência com que constroem sua história de convivência com o Semiárido. (ASA, 2012, p.05)

Com o tempo, a ASA vem amadurecendo esse processo da rede e perceber esse espaço para além dos profissionais diretamente ligado aos programas. O debate político da comunicação também passou a ter mais sujeitos de interação, para além de pessoas ligadas somente a comunicação como trabalho, mas também passou a agregar as coordenações, as equipes das organizações, as assessorias técnicas, na perspectiva da comunicação como direito humano. Assim, os processos de comunicação como popular passaram a ter força dentro da ASA. A ASACom continuou a ter um importante papel nesse processo, com o acompanhamento e articulação da rede, o que também favoreceu a dinamização da ação da articulação. Em 2014, a ASA realizou mais um Encontro Nacional de Comunicação da ASA, que acontecem em média uma vez ao ano. O encontro teve como levantou o tema “Por uma comunicação popular e comunitária no Semiárido”, e aconteceu em Pernambuco. Reuniu para além da rede de comunicação assessores e assessoras técnicas, assessores e assessoras pedagógicas, coordenadores e coordenadoras das ASAs estaduais e agricultores e agricultoras. Em carta política construída pela rede de comunicação, ficou reafirmada a necessidade de mais sujeitos para a construção de uma comunicação de fortalecimento da convivência com o Semiárido:

É fundamental o maior envolvimento de todos os atores [...] e todos/as que constroem a ASA no debate e prática da comunicação, compreendendo a centralidade desse direito humano para o acesso aos demais. As ASAs estaduais precisam incorporar e assumir o debate da comunicação de forma mais efetiva, para além dos produtos e processos operacionais. [...] Democratizar a comunicação é democratizar o sentido da vida, da luta e resistência das comunidades e dos povos do semiárido. Fortalecer a comunicação é fortalecer o nosso projeto Político de Convivência com o Semiárido (ASA, 2014).

A ASA se constituiu como uma rede de referência no âmbito da comunicação. Além dos processos de comunicação popular, que pontuam a comunicação como direito humano e elevam o debate da comunicação como política e não como instrumento, ela também realiza a produção de materiais de comunicação em diversos formatos e par vários públicos: impressos (boletins, cartilhas, folhetos, folders, cordéis, banners), audiovisuais (vídeos e documentários), áudio (programas de rádio, spots), materiais para atos públicos, encontros, reuniões, produção de conteúdo para os impressos e para a internet (redes sociais digitais), boletim eletrônico. Se nos aproximarmos das dinâmicas da rede nos estados, uma série de outros produtos de comunicação surgirão, e se olharmos para as dinâmicas institucionais teremos uma maior diversidade de formas de fazer essa comunicação. Entre todos esses produtos está o boletim O Candeeiro, que é produzido de forma mais direta pelos comunicadores e comunicadoras populares.

Este estudo se propõe a estudar representações sobre mulheres no O Candeeiro. Entretanto, outras questões relativas à comunicação da ASA foram reveladas, pois o processo de sistematização não está desatrelado da ação de toda a ação comunicação da articulação que, como vimos, é mais diversa, sendo a sistematização um dos seus elementos. Para entender como esses entrelaces acontecem, vamos nos aproximar da proposta do O Candeeiro.

4.1. O Candeeiro que alumia

O Candeeiro, da ASA, é um material de comunicação de caráter informativo, no qual a articulação se propõe a sistematizar experiências da agricultura familiar do Semiárido brasileiro. Realizada, em especial pelos comunicadores e comunicadoras que estão vinculados as organizações que compõem a ASA e executam os programas P1+2 e Sementes do Semiárido. A ASA já produziu e publicou 2.324¹⁴ edições do boletim impresso O Candeeiro. A sistematização de experiências não se apresenta como uma fórmula, mas como um processo de reflexão da prática e registro, a construção do autoconhecimento, o intercâmbio de experiências e apropriação de suas práticas, tudo isso sendo comunicado através da forma a ser sistematizada. Para Holliday (2006, p 24):

¹⁴ Dados da ASA de Janeiro de 2018.

Sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.



Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas • Articulação Semeador Brasil • Pernambuco

A família teve a vida mudada com a conquista de um sistema de irrigação por gotejamento para a propriedade, garantindo o cultivo das lavouras com economia no uso da água. A agricultura virou investimento e hoje a colheita tem destino certo de comercialização nas feiras de Tuparetama, Ingazeira e São José do Egito, além do Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Também agregou outras tecnologias, como o biodigestor, a barragem subterrânea, poços amazons, cisterna-calçadão e viveiro de mudas. "Depois que recebemos as tecnologias sociais, a produção aumentou bastante. Agora, nós podemos produzir o alimento que consumimos e as outras famílias consomem", diz Ivan.



Hoje, conhecidos pela sua prática agroecológica, passaram então a diversificar a produção, como resultado através da polpa de frutas conseguem produzir 90 kg por mês, como também comercializam sorvetes.

A informação e as tecnologias impulsionaram o trabalho realizado por Dona Margarida e José Ivan, que reafirmam que o maior bem da família é a água. "Com as tecnologias, minha vida mudou muito. Os capins não morrem, já temos a barragem subterrânea. Hoje temos água para beber por causa das cisternas, e é limpa e saudável. Agradeço todos os dias por ter água. Água é vida", completou Dona Margarida.



FIGURA 08 e FIGURA 09: Boletim o Candeeiro modelo duas páginas, aqui apresentada frente e verso. Acervo ASA.

O Candeeiro tem versão impressa, publicado desde o início do P1+2, em 2007, e uma versão em *banner*, publicado desde 2012. O *banner* é uma produção que não está vinculada a versão impressa e tem o foco em imagens. Neste estudo, nossa análise se dá sobre O Candeeiro na versão impressa, que geram boletins de duas ou quatro páginas, no tamanho A4. O informativo tem um mesmo modelo para cada rede estadual que o publica (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), no entanto, conta com uma identificação em cores diferentes para cada um desses estados. A cor que sinaliza que o boletim é de uma experiência em Pernambuco é a cor verde.

Cada boletim é impresso com uma tiragem de 1.000 exemplares, e todos os exemplares devem ser entregue à família sistematizada, para que possa utilizar da forma que deseje. No entanto, a ASA disponibiliza os exemplares dos boletins O Candeeiro publicados a partir do ano de 2013 em sua página na internet. Lá é possível não só acessar os boletins, mas também fazer o *download* de cada um deles. Avaliamos que esse fato de os boletins estarem disponíveis na internet contribui para que essas histórias ultrapassem o espaço físico do Semiárido e se multipliquem cada vez mais. Em um contexto de concentração dos meios de comunicação, um instrumento que conta histórias de vida, experiências e práticas da população da zona rural do Semiárido contribui para que a história da própria região possa ser contada por seu povo. E esse espaço de armazenamento dos boletins no site da ASA se revela como um banco de dados e informações sobre a região. Os *banners* do O Candeeiro não estão disponíveis na internet.

Na página da ASA na internet, é possível também fazer uma busca mais detalhada dos boletins a partir de filtros como: por estado, por nome de organização que produziu, por título do boletim, por período de publicação e por tema. Um boletim pode ser cadastrado no site da ASA com mais de um tema, sendo assim, um mesmo boletim pode estar cadastrado no tema acesso à água, quintais produtivos e mulheres, por exemplo. Atualmente é possível fazer busca por 15 temas, que podem aumentar de acordo com a demanda que a ASACom ou a rede de comunicação avalie a necessidade de mais um tipo de classificação. Os temas atuais são: acesso à água, acesso à terra, agricultura familiar, agrobiodiversidade, agroflorestas, criação animal, cultura, economia solidária, educação contextualizada, juventude, manejo da caatinga, mulheres, organização comunitária, quintais produtivos e sementes.

Na construção do boletim, a ASA propõe a participação, o que se apresenta de acordo com uma tendência contemporânea de se constituir como um meio de comunicação popular enquanto espaço de lutas e que registra e se propõe a valorizar o trabalho das pessoas sistematizadas. A participação se dá através de entrevistas com as famílias contem as histórias que devem ser registradas no boletim. No entanto, o processo de pesquisa revela que apesar da afirmação da ASA sobre a forma participativa de construção dos boletins em conjunto com agricultores e agricultoras e de como eles e elas se envolvem no processo da sistematização, não encontramos, em nossa pesquisa, nenhum documento que registrasse a metodologia desse processo. Em entrevista, também foi possível perceber que a própria ASA avalia a necessidade de sistematizar sua própria prática de construção do O Candeeiro.

[...] Quando a gente começou a gente tinha, inclusive, um roteiro sistematizado. [...] Hoje a gente não sente tanto essa necessidade de reforçar como O Candeeiro precisa ser feito. Sempre tem aquelas organizações que vão repetir aqueles erros, mas muito mais por um entendimento institucional, do que pela pessoa que está fazendo. Mas eu diria que a receita do Candeeiro é primeiro entender que aquele é um instrumento que é do homem ou da mulher, ou da família, da qual a gente está contando aquela história (COORDENAÇÃO TÉCNICA 2, 2017).

4.1.1. Sistematização de experiências

As orientações podem contribuir com a construção do boletim. Apesar de não estarem sistematizadas em um documento, percebemos que a forma de fazer do boletim é uma metodologia que está consolidadas na ASA e que vão sendo reforçadas durante oficinas de sistematização, encontros de comunicação, momentos de discussão sobre a metodologia dos programas, entre outros. No entanto, cada organização tem uma dinâmica própria para dar concretude aos debates políticos sobre o processo de sistematização feito na ASA. A partir das entrevistas realizadas foi possível perceber essas orientações mais gerais. As que conseguimos coletar a partir dos depoimentos foram¹⁵:

- Escrever o texto corrido e não em colunas, para não confundir a leitura;
- Evitar palavras de difícil compreensão;
- Apresentar os números de forma decimal e não por extenso;
- Usar fotos, ter cuidado na disposição das legendas;
- Atentar para que o título consiga expressar ao máximo a essência das experiências sistematizadas;
- Situar um marco de formação da família e apresentar os componentes dela, com seus respectivos nomes;
- Buscar conversar também com as mulheres quando as experiências forem familiares ou coletivas;
- Sistematizar também experiências protagonizadas por mulheres.

É possível perceber a orientação para que as sistematizações tenham um foco familiar, apesar de as experiências de mulheres aparecerem como orientação também. Mas as entrevistas

¹⁵ Orientações identificadas nas entrevistas com as coordenações técnicas 1 e 2, 2017

revelam que a proposta das experiências serem familiares, não é um entendimento consolidado dentro da rede, o que podemos perceber a partir dos trechos das entrevistas abaixo que apresentam diferentes entendimentos quando questionados se existe uma orientação para que o boletim seja familiar:

Eu acho que, na verdade, a gente traz isso na lógica da ASA que é muito forte essa coisa da família. A gente diz que a implementação é familiar, a gente nunca diz que as cisternas são para as mulheres, [...] a gente diz que é familiar. Então, eu acho que isso acaba refletindo nos subprodutos do que vai aparecendo. Mas que eu lembre assim, não [não existe orientação de que é familiar] (COORDENAÇÃO TÉCNICA 2, 2017).

Os boletins, inclusive, a orientação é que ele seja construído de famílias, ele não é de pessoas, de famílias, sobretudo valorizando esse espaço. Desde o início, ele não é um boletim para grupos, apesar de ter um monte de boletim sobre grupos. Mas ele não é, a intenção dele não é essa. A intenção dele é valorizar aquela experiência, naquela perspectiva de que agricultores conseguem inovar, então o boletim ele precisa mostrar essa inovação, ele consegue adaptar e precisar conseguir mostrar essa adaptação (COORDENAÇÃO TÉCNICA 1, 2017).

O Candeeiro surge na ASA como produto relacionado ao P1+2, anos mais tarde o programa Sementes do Semiárido também o acrescenta em suas atividades. Os programas P1MC e Cisterna nas Escolas não trazem a sistematização como uma atividade. No entanto, percebemos que as experiências trazidas nos boletins muitas vezes independem da relação direta dos programas. Trazemos essa observação para revelar uma das características das experiências sistematizadas nos boletins, que é a diversidade das experiências.

A proposta do O Candeeiro é materializar experiências que podem ser replicadas. Em princípio essas experiências seriam as experiências relacionadas a produção de alimentos, ao uso da água pra isso, porque ela estava relacionada ao P1+2. [...] Mas eu acho que O Candeeiro ficou maior do que a proposta do que seria, entendeu? Assim, não tem como você segurar. É isso, é um instrumento de luta, assim, é um instrumento que tem vida. Então por isso que quando você vai pesquisar sobre O Candeeiro você vê sobre diversos temas (COORDENAÇÃO TÉCNICA 2, 2017).

Uma das comunicadoras revela como foi sendo desenvolvido dentro da rede de comunicação, mas também em sua organização, o debate sobre os temas a serem tratados nos boletins:

Havia um desejo de que as experiências trouxessem um pouco sobre a transformação que as tecnologias provocaram na vida dessas famílias. Então, a gente tinha o

alinhamento de sempre tentar trazer essas experiências de quintais, muito embora eu acho que com o tempo, isso eu falo bem no início, né? Eu acho que um ano, dois anos depois, a gente veio amadurecendo também esse recorte, e aí a gente começou a perceber que falar somente do quintal não é falar de toda a diversidade do Semiárido. Mas a cultura também, ela, a gente sentiu o desejo de inserir a cultura dessas pessoas (COMUNICADORA 2, 2017).

A partir das entrevistas foi possível perceber que as organizações elencam internamente, mas de forma coletiva, os temas que serão tratados nos boletins e a partir disso chegam às experiências a serem sistematizadas. As três comunicadoras entrevistadas revelam que os assessores e assessoras técnicas que fazem o trabalho diário em campo junto às famílias, seja na implementação dos projetos da ASA ou em outras ações da organização, são definidores da escolha das experiências que serão relatadas nos boletins. Com isso, revela-se também a importância de que outros sujeitos desses processos da ASA participem dos debates sobre a comunicação e a importância do comunicador ou comunicadora popular em como dentro de cada organização levar os temas que tem sido discutido enquanto rede para a dinâmica institucional.

Também foi possível perceber na dinâmica de construção dos boletins que após a escolha dos temas as comunicadoras vão em campo, na casa das famílias e conversam com ela para formula os textos, fazer as fotos. No entanto, as formas de se fazer isso também são diversas de acordo com a dinâmica de cada organização. Algumas vão e voltam mais de uma vez, outras realizam a gravação da conversa e quando o boletim volta para a família já está pronto. Em outros casos as organizações realizam o que chamam de Jornada de Sistematização, que é uma atividade de mais de um dia onde debatem sobre sistematização e vão a campo com a assessoria técnica que aí também escreve os textos. Percebemos assim a riqueza desse processo e formas de construir o boletim. Uma das comunicadoras relata como se dá o processo de construção dos textos quando é a assessoria técnica quem faz e ela só orienta e acompanha:

Eles [assessoria técnica] que escrevem a sistematização, vão na casa dos agricultores, fazem entrevista, tiram fotos também, eles que produzem o material. A gente acha que também pela proximidade deles com essas pessoas é um dos motivos dessa produção ser feita por eles e também do incentivo a eles pensarem a comunicação como uma estratégia e também parte do trabalho, não só uma assessoria mais técnica (COMUNICADORA 1, 2017).

Sobre as orientações específicas com relação às mulheres nos boletins, as entrevistas revelam que elas existem, mas não de forma organizada, assim como não está sistematizada a metodologia de construção dos boletins. As entrevistas nos mostram que essas orientações sobre sistematizações de experiências protagonizadas por mulheres nos boletins foram sendo construídas ao longo dos anos, o que avaliamos ser reflexo do processo de organização das mulheres na ASA e a forma como suas demandas e pautas vão se construindo a longo da vida da articulação, como apresentamos no subitem anterior. No entanto, como as orientações não estão sistematizadas, as interpretações sobre essas orientações de sistematizações de mulheres também dependem do método e das prioridades de cada organização. Perguntada sobre as orientações sobre sistematizar experiências de mulheres, uma das comunicadoras diz:

Da ASACom eu não lembro [se existe alguma orientação]. Mas da organização sim. Porque tem um trabalho de tentar pegar esse recorte de mulheres; na verdade, em todo os trabalhos [...] na sistematização também tinha uma preocupação de pegar algumas mulheres. Eu lembro que, alguns boletins são, o personagem principal, vamos dizer assim, é a mulher. Quando, em alguns, mulher fica que meio como esposa de fulaninho de tal (COMUNICADORA 1, 2017).

Uma das comunicadoras entrevistadas compõem uma organização de natureza feminista, percebemos então que o foco dado as sistematizações de mulheres, na perspectiva feminista que a organização trabalha, proporciona uma prioridade às experiências de mulheres no boletim e contribui para levantar outras questões a serem abordadas nos textos: “Às vezes eu trazia alguns elementos, para ver o que elas iam falar sobre aquilo; por exemplo, com a relação à divisão de trabalho doméstico, como é que é? Aí elas começavam a contar. Como é que é seu dia a dia? E elas começavam a contar” (COMUNICADORA 3, 2017). E nessa perspectiva a proposta familiar do boletim sai da centralidade do texto, a partir da perspectiva de trabalho da organização:

Não, a gente não trazia a família como centralidade. Esse é um dos pontos, né, de que a gente sempre briga dentro da ASA, justamente porque a gente acredita nos sujeitos, como sujeito político. E quando a gente coloca a família, a gente retira todo o empoderamento que existe, do jovem, da mulher, né, não é só o homem, porque a família está muito ligada à questão patriarcal do homem. [...] Então, se não é a gente que conta a história das mulheres, quem vai contar? Até que isso mude, né, porque a gente quer que isso mude, né, a gente não quer que isso continue, mas, assim, se a gente não contar, quem vai contar essas histórias? E tem que ser elas contando (COMUNICADORA 3, 2017).

Assim, vai se fortalecendo na ASA a necessidade de trazer as experiências de mulheres para a centralidade do debate, da importância delas na convivência com o Semiárido. No entanto, isso também se mostra desafiador para a própria rede, tão grande e diversas, como muitas formas de fazer a ação proposta coletivamente. A rede tem entendimento desses desafios. As mulheres têm enfrentado as barreiras naturalizadas e pautado suas questões, e visibilizado de como não são apenas questões de mulheres, mas de construção de fato de uma proposta de convivência que abarque os princípios do “compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares” (ASA, 2000), como foi elencado na ASA em sua Carta de Princípios. Para isso, percebe-se que é necessário priorizar esse debate.

Muitas vezes, eu acho que a gente cai numa coisa assim, de “ah, a gente precisa fazer o boletim, vamos fazer qualquer boletim” [...] E aí eu trago isso olhando muito pras mulheres, porque é muito mais fácil os homens falarem do que as mulheres. Então, se a gente não fizer um esforço de sistematizar a história de mulheres, elas sempre serão minoria, embora elas não sejam minoria quando você vai pro campo (COORDENAÇÃO TÉCNICA 2, 2017)

No capítulo seguinte, trataremos as representações sobre mulheres no boletim O Candeeiro. Os resultados se deram através da análise do discurso dos boletins do estado de Pernambuco, dos anos de 2013 e 2014, e das entrevistas realizadas com comunicadoras da ASA em Pernambuco e integrantes da coordenação da articulação. A análise é realizada a partir de categorias elencadas no estudo que abordam representações sociais, participação política e desenvolvimento local.

5. O CANDEEIRO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE MULHERES

Este capítulo visa analisar as representações sociais sobre as mulheres sistematizadas nos boletins O Candeeiro, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), produzidos e publicados no estado de Pernambuco entre os anos de 2013 e 2014. Assim como analisar se o boletim estimula à participação política e à construção do desenvolvimento local das comunidades. Ao todo, analisamos 117 boletins publicados nesse período, mas nosso olhar estava prioritariamente voltado para as mensagens sobre as mulheres. No entanto, essa não foi uma tarefa fácil, pois a ASA parte do conceito de família para a produção das sistematizações. Logo, por vezes, mesmo a experiência sendo protagonizada por uma mulher, ela terá, em sua maioria, uma referência direta aos outros membros familiares, em especial, maridos e filhos e filhas. É necessário ressaltar que as relações afetivas trazidas nos boletins analisados são todas heterossexuais.

Para orientar nossa análise, classificamos como experiências sobre mulheres aquelas em que elas são protagonistas e em que a história é contada a partir da fala delas. Seguindo esse critério, encontramos 36 boletins com sistematizações sobre mulheres realizados pela ASA em Pernambuco no período estudado, o que significam 30% dos 117 boletins analisados. Eles são a centralidade de nossa pesquisa e a partir deles buscamos as representações sobre mulheres, analisando o discurso dos boletins, além de entrevistas realizadas com integrantes da ASA. O material foi analisado a partir das categorias estabelecidas neste estudo: *Representações Sociais sobre Mulheres, Mulheres e Participação e Desenvolvimento Local da Comunidade*. No entanto, antes de entrar na análise por categorias, faremos algumas referências aos textos não específicos sobre mulheres, para trazermos uma caracterização mais geral sobre os boletins. Nos ancoramos na perspectiva que:

Com esse primeiro movimento de análise, trabalhamos no sentido de desfazer os efeitos dessa ilusão: construímos a partir do material bruto, um objeto discursivo em que analisamos o que é dito nesse discurso e o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas (ORLANDI, 2000, p. 65).

A partir do universo dos 117 boletins O Candeeiro, foi possível inferir que as principais pautas visibilizadas pelo boletim são relacionadas ao objetivo proposto pela ASA, a de sistematizar experiências da agricultura familiar, multiplicando suas práticas e tendo

agricultores e agricultoras como fontes protagonistas de suas próprias histórias. Logo, questões como práticas agroecológicas, de comercialização da produção, participação em espaços de articulação política e criação de pequenos animais são os temas mais recorrentes na pauta dos boletins. Como podemos observar nos trechos a seguir:

Em relação à produção agrícola, a família cultivava uma infinidade de legumes e hortaliças como abobrinha, coentro, alface, tomate, cebola, couve, vagem, e também frutíferas como melancia e mamão. Todos os produtos servem para alimentação da família, que ainda comercializa os animais, sendo estes mais uma fonte de renda. (O CANDEEIRO Nº 1139, 2013).

Ela conta que aprendeu muito do que sabe hoje, através da participação no Grupo de Mulheres da comunidade da Associação dos Agricultores/as do Sítio Santa Fé (O CANDEEIRO Nº 1053, 2013).

Fez do seu quintal um exemplo de respeito à natureza, que lhe respondeu positivamente. E, embora seja difícil mudar certos hábitos, é preciso adotar novas práticas de produção, comercialização e de consumo (O CANDEEIRO Nº 1368, 2014).

Um tema recorrente nos boletins analisados é a questão do último período da seca que a população do Semiárido vem passando, desde 2010. O que chama atenção é o fato de as abordagens sobre este fenômeno assumirem, em geral, uma postura que foge ao senso comum sobre a seca, que é a ideia de inviabilidade somente com gado morto e chão rachado. Ao contrário, nos boletins, a região semiárida é mostrada como lugar de fartura e de possibilidades de superação das adversidades. E que a partir de políticas adequadas à região, é possível conviver com o Semiárido. Como nos seguintes exemplos:

Quem chega ao assentamento Lagoa D'Outra Banda, município de São José do Egito, Sertão pernambucano, se pergunta como é possível em meio à estiagem do Semiárido há três anos, encontrar plantas viçosas e produtivas, um verdadeiro tapete verde encravado na sequidão da Caatinga (O CANDEEIRO Nº 1367, 2013).

Em meio ao cenário seco do Araripe pernambucano, agricultores e agricultoras buscam alternativas, e com garra mostram que é possível conviver com a estiagem (O CANDEEIRO Nº 1051, 2013).

Viver no Semiárido já foi difícil. Com o surgimento das ações de convivência com o Semiárido Brasileiro, a partir das políticas públicas, implantadas e adaptadas nas comunidades rurais beneficiando os agricultores e agricultoras, essa realidade tem

mudado significativamente. Cada política que chega até às famílias traz a esperança de um novo ciclo de vida (O CANDEEIRO Nº 1557, 2014).

Há uma heterogeneidade na construção dos boletins e uma diversidade de experiências, considerando que eles são construídos por várias organizações. No entanto, é possível perceber um formato comum nos boletins, que é o institucional e não trazem a família com suas práticas e experimentações para a centralidade. Por vezes, a organização é que passa a ser central, onde até os técnicos são nomeados e ouvidos, em vez de ser uma experiência. Como trazido nos trechos dos boletins:

O Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR), em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAAS), por meio do Projeto de Extensão de Zootecnia do professor Márcio Vieira da Cunha e alunos do curso, resolveu experimentar ações de estratégias de conservação e banco de forragem para os animais nos períodos secos. Essas ações fazem parte do projeto de produção de mudas de palma forrageira resistente à cochonilha do carmim por meio do fracionamento do cladódio em comunidades rurais do Sertão do Pajeú: Preparo de Mudas e Cultivo. Ainda se trata de um projeto piloto, mas vem mostrando bons resultados. “A palma forrageira por ser uma das fontes de energia era a principal alternativa para alimentar os animais no período seco, porém foi dizimada pela cochonilha do carmim”, explicou o técnico do Cecor, Deoclécio Bezerra (O CANDEEIRO Nº 1710, 2014).

Nos últimos seis meses o Centro Sabiá tem feito levantamentos de preços, buscando desmistificar a ideia de que os produtos agroecológicos são mais caros, e que por isso as pessoas preferem os grandes supermercados. No dia 24 de maio de 2014 foi realizado um levantamento de preços dos produtos mais vendidos nas feiras. Os pontos de pesquisa, consultados na mesma manhã de sábado, foram os Espaços Agroecológicos, e três grandes supermercados da cidade (O CANDEEIRO Nº 1869, 2014).

O que percebemos durante a análise é que os atores e autoras dos textos, que em geral são comunicadores e comunicadoras da ASA, muitas vezes, se colocam na escrita. Isso traz um olhar externo sobre aquela experiência, onde segundo a ASA, deveria ser uma história contada a partir da pessoa que protagoniza a experiência sistematizada. No entanto, essa questão é também reflexo da necessidade de um debate dentro da própria rede ASA sobre o papel da sistematização e do comunicador e da comunicadora, como tratado no capítulo anterior e como revelada na entrevista com uma das coordenações técnicas:

Quando a gente construiu a estratégia, a gente não trabalhou o comunicador como sujeito. Esse sujeito também tem suas necessidades e levanta suas questões. 'Eu fiz esse boletim, mas não assino. Tem contribuição minha, mas não me vejo nesse boletim'. [...] Tem outros elementos que vão surgindo. [...] O boletim foi pensado para ser um boletim da família, onde ela se veja nele e diga, inclusive, o que quer ver naquele boletim. [...] O boletim não é institucional (COORDENAÇÃO TÉCNICA 1, 2017).

Por vezes nossa análise encontrou a autoria do texto se colocando e gerando reflexões sobre a experiência. Para nós, isso não significa que essa abordagem não reflita a realidade da experiência. No entanto, não conseguimos identificar em alguns textos se aquela reflexão que quem escreveu o faz condiz com a reflexão de quem é sistematizada. Como exemplificado no trecho a seguir:

A participação das mulheres agricultoras familiares nas organizações e mobilizações é cada vez mais efetiva. Elas lutam em prol da igualdade de gênero e por uma vida mais digna e justa no campo, com desenvolvimento equilibrado e autossustentável (O CANDEEIRO Nº 1442, 2013).

Uma questão muito recorrente é que as histórias têm em geral um marco e que na maioria dos boletins analisados é a formação daquela família a partir do casamento, principalmente quando o boletim é protagonizado por mulheres. A exemplo do trecho seguinte em que a condição do casamento passa a ser uma qualificação para a apresentação das mulheres:

Conhecido pela famosa produção de arroz irrigado, a cidade Santa Cruz do Rio Pardo, localizada no interior de São Paulo, foi o cenário onde a paulista Luzia Aparecida do Amaral se apaixonou pelo pernambucano Pedro Gonçalves Gomes e tiveram quatro filhos (O CANDEEIRO Nº 1824, 2014).

Contar a história de Ana Cristina é falar também do amor incondicional de uma filha pela mãe. Casada há 10 anos com o agricultor David Raimundo Pereira de Lucena, 33 anos, ela destaca o cuidado que sempre dedicou à mulher que a gerou (O CANDEEIRO Nº 1974, 2014).

Enquanto isso, quando a experiência tem o homem como protagonista, o recorte de marco tem um diferencial. Coloca-se em destaque a profissão e a história de vida, independente da relação com o casamento.

O agricultor e pecuarista Ronaldo Macário, morador da comunidade Sítio Saguim, em Tupanatinga, no Agreste de Pernambuco, mudou sua vida. Em 2008, ele participou de

um curso técnico em agroecologia oferecido pelo Serviço de Tecnologias Alternativas (Serta). No município de Ibimirim (O CANDEEIRO Nº 2060, 2014).

Antônio Alvez de Queiroz, 61 anos, mais conhecido como Antônio do Veio, é um agricultor de referência na comunidade onde mora. Nasci e mim criei aqui, no Sítio Enjeitado, município de Triunfo. Quando eu era pequeno, o rio pajeú era lá do outro lado, a vazante vinha até o meio do rio. Eu, pequeno, ajudava meu pai a plantar fumo e aguar... Plantava cana, batata, tudo que tinha de bom naquela época boa de inverno, tinha uns anos variados, mas ainda era melhor do que hoje (O CANDEEIRO Nº 1232, 2014).

Mesmo quando o casamento também é marco nas experiências que trazem o protagonismo masculino, a abordagem é distinta, a história anterior a união familiar também é valorizada. O trecho que segue foi retirado de uma sistematização que apesar de ter como marco o casamento, e o texto do boletim se remeter a família, o nome da mulher não é nem sequer citado.

Seu Augusto Bezerra Leite é natural do estado da Paraíba, passou sua infância em um sítio no município de Manaíra (PB), e aos 22 anos veio morar no estado de Pernambuco, na comunidade Lagoa da Fazenda, divisa com o Estado. Logo ele casou-se, e criou seus 11 filhos com o trabalho da roça (O CANDEEIRO Nº 1487, 2014).

5.1. Mulheres e representações

As representações sociais norteiam comportamentos e interações, segundo Leão (2012, p. 15) que retoma Moscovici (1978; 2009) e Jodelet (2001) ao afirmar que as representações sociais “consistem num conhecimento construído e compartilhado, de forma coletiva, por determinado grupo de indivíduos, que elaboram e interpretam a realidade”. Nessa perspectiva teórica, analisamos a categoria *Representações Sociais* sobre mulheres no boletim O Candeeiro e elegemos para fins de análise as subcategorias: *Mulher na família* e *Mulher profissional*.

Nas 36 narrativas que dizem respeito às mulheres, logo de saída, o que chama atenção é que os elementos produtivo e reprodutivo são as características que saltam aos olhos. Um dos trechos analisados qualifica a mulher em detrimento da sua profissão e do seu lugar no mundo do trabalho:

As mulheres são esposas, mães, mas não abrem mão de contribuir com o trabalho no campo (O CANDEEIRO Nº 1303, 2013).

5.1.1. Mulher na família

Dessa forma, ao analisar a subcategoria *Mulher na família* observamos que a mulher é representada como mãe e esposa, responsável pela educação dos filhos e que “ajuda” nas tarefas produtivas. Poucas vezes está dito literalmente, mas por vezes está implícito que é ela a responsável pelas tarefas da casa, do trabalho doméstico. Como podemos observar no seguinte trecho:

Mãe de 10 filhos, ela precisava trabalhar desde cedo para sustentar a família, enquanto o marido tentava a sorte nos grandes centros (O CANDEEIRO Nº 1711, 2014).

A expressão “precisava trabalhar” deixa subtendido que as mulheres em geral não precisam trabalhar fora de suas casas e que quando isso acontece é uma exceção no papel da mulher. Além disso, não leva em conta que as tarefas domésticas são trabalhos e que elas também têm valor econômico agregado.

Outro elemento encontrado na análise ao retratar as mulheres como mães é aliado a isso a responsabilidade delas de cuidarem dos filhos e muitas vezes essa informação não está na fala das agricultoras, mas nos textos construídos que dá esse sentido, como no exemplo abaixo que o texto vinha relatando uma situação com relação ao buscar água, como se dava em anos anteriores, mas o texto fala do “compromisso” dela de cuidado com as filhas:

Cansados do sol escaldante, o caminho de volta parecia mais longo, mas eles ainda assim retornavam com os litros d’água necessários para o consumo. “Ia e voltava quantas vezes fosse preciso”, comenta a agricultora lembrando-se do compromisso de cuidar das filhas (O CANDEEIRO Nº 1240, 2014).

Essa é uma constante dos boletins, a responsabilidade com os filhos. Muitas vezes não trazidas nas falas das mulheres, mas reforçando a ideia naturalizada da responsabilidade unicamente das mulheres.

Ter a liberdade e o prazer de estar onde se quer; no lugar que se escolheu para viver, criar os filhos, produzir e comercializar [...] Essa foi a alternativa escolhida pela agricultora familiar Luzia Maria da Silva, 40 anos, mãe de cinco filhos, e moradora do Sítio Serra Grande, também conhecido como Sítio Serrinha, de dois hectares, no município de Jupi, localizado no Agreste Meridional (O CANDEEIRO Nº 2050, 2014).

Analisando falas das mulheres trazidas nos textos encontramos por vezes outras perspectivas como a da mulher longe da ideia de fragilidade, na perspectiva da luta diária:

Minha vida diária é um desafio, uma luta. Mulher não é sexo frágil. Eu acho que a prova tá aí, todos os dias (O CANDEEIRO Nº 1829, 2014).

Ou em outro trecho de boletim, onde a perspectiva que o homem que sai de casa para buscar outras soluções é desfeita, mas ela não deixava o cuidado com os filhos. O que é um exemplo mais raro nas abordagens, pois traz a inversão dos papéis:

Eu ia trabalhar, meu marido ficava cuidando das duas filhas mais velhas e o menino ia comigo, pois na época era mais fácil emprego para mulher do que para os homens (O CANDEEIRO Nº 1196, 2013).

5.1.2. Mulher profissional

Na subcategoria *Mulher profissional* as mulheres são representadas como agricultoras, que tem um trabalho realizado, em sua maioria, no arredor de casa e que “ajudam” o marido no restante da lavoura. Os relatos de suas práticas são em geral na agricultura. Apenas em dois textos aparecem como artesãs. Nenhuma outra profissão é trazida nas atividades exercidas atualmente pelas mulheres sistematizadas no corpus analisado.

Agricultora desde criança, produz grãos como feijão e milho, e hortaliças como pimentão, cebolinha, coentro, jerimum, pepino e alface. Produzidos de forma orgânica (sem a utilização de agrotóxicos), os alimentos, por enquanto, servem apenas para consumo próprio (O CANDEEIRO Nº 1135, 2013).

Dona Margarida é a responsável pelo sucesso da propriedade Monteiro, que teve no seu filho Ivan a continuidade do trabalho. Foram por suas mãos que a horta teve início (O CANDEEIRO Nº 1366, 2013).

Na área da agricultora encontra-se o planto de coentro, alface, milho, tomate-cereja, acerola e banana. Tudo produzido de forma orgânica, ou seja, sem a utilização de agrotóxicos (O CANDEEIRO, Nº 1829).

As exceções ficam por conta de alguma rara abordagem que se refere a mulheres fazendo artesanatos, neste exemplo o boletim que sempre dá ênfase à agricultura agora foge mostrando atividades não-agrícolas:

No assentamento Caraíbas II, município de Santa Maria da Boa Vista (PE), um grupo de mulheres desenvolve e confecciona uma variedade de peças artesanais, as quais tem um significado amplo e extraordinário na vida de cada uma delas. O grupo é composto por doze pessoas e cada uma delas desempenha um papel de acordo com a sua capacidade e o seu perfil. As mulheres que fazem parte do grupo começaram a desenvolver suas artes individualmente nas próprias casas, onde cada uma delas, de forma um pouco tímida, fabricava as peças que vinham peça cabeça (O CANDEEIRO Nº 1556, 2014).

Em geral os boletins não falam do trabalho doméstico, o trabalho da família é sempre trazido na produção fora de casa. E quando o assunto é abordado nos boletins ele aparece como responsabilidade da mulher. O que traz a questão de que as mulheres mais uma vez são retratadas como as únicas responsáveis por essas tarefas. Assim como o trabalho dos cuidados, que aparece apenas em dois boletins, mas também aliado às mulheres.

Para que pudesse cuidar melhor de seus pais, dona Maria os trouxe para morar com ela. Seu pai faleceu há sete anos e sua mãe, há um ano. Logo depois, dona Maria teve uma trombose na perna e, apesar de tantas dificuldades, ela até hoje não desiste de seus sonhos (O CANDEEIRO Nº 1451, 2013).

Contar a história de vida de Ana Cristina é falar também do amor incondicional de uma filha pela mãe. Casada há 10 anos com o agricultor David Raimundo Pereira de Lucena, 33 anos, ela destaca o cuidado que sempre dedicou à mulher que a gerou. “Muitas vezes, e largava da escola, à noite, e quando chegava em casa, precisava levá-la ao hospital. A maior dificuldade que já enfrentei na minha vida foi quando precisei sair de casa, no momento que casei, mas mesmo assim nunca me afastei dela, até o último dia de vida dela”, recordou (O CANDEEIRO Nº 1974, 2014).

Algumas atividades realizadas por mulheres são trazidas como atividades secundárias e aparecem como algo que se denota pouca importância, a importância fica pelo fato dela ser mulher cuidadora:

Enquanto o pai saía para trabalhar e garantir o sustento da família, a mãe repassava para as filhas técnicas de bordado de crochê, de artesanato e também de pintura de panos de prato (O CANDEEIRO Nº 1824, 2014).

Apesar dessa tônica predominante ser representada, observa-se um esforço em alguns boletins analisados em trazer outras perspectivas. Alguns contrapontos são abordados no texto,

valorizando os diversos trabalhos realizados pelas mulheres e os colocando em pé de igualdade e importância com outras atividades produtivas, além de realçar a sua contribuição à luta política. Esse olhar existe em algumas sistematizações, a exemplo do texto a seguir:

Aos 74 anos, já com as mãos calejadas, contribui para a economia da família com o cuidado das tarefas domésticas. ‘Eles vão para o trabalho e eu vou para a luta’. É assim que Dona Margarida se refere ao seu trabalho diário. As refeições da família, varrer o terreiro, a limpeza da casa, a alimentação dos pequenos animais, o cuidado com a higiene das roupas e ainda a produção do queijo coalho, são algumas das atividades que realiza diariamente (O CANDEEIRO N° 1366, 2013).

O que mais a gente vê é o esposo quando chega da roça esperando que a mulher faça as atividades domésticas, e não é o nosso caso! Pois aqui dividimos as tarefas, tanto ele me ajuda em casa, como eu também o ajudo nas tarefas da roça, afirma dona Zefinha (O CANDEEIRO N° 1052, 2013).

Uma das tarefas que fica explícita nos boletins é a responsabilidade da mulher na busca pela água, trazida nos textos como realidade antes da chegada das políticas de acesso a partir da implementação de cisternas e outras tecnologias sociais. Após o acesso às tecnologias, essa responsabilidade fica visível no uso da cisterna, em especial a cisterna chamada pela ASA de primeira água, do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que é colocada como “água de beber e cozinhar”, muitas vezes seguidas pela fala das mulheres como forma de reforçar a importância do acesso à tecnologia.

Depois da casa a melhor coisa foi essa cisterna, pelo menos aposentamos os baldes!, afirmou dona Luiza (O CANDEEIRO N° 1824, 2014).

Mas é a partir das falas das mulheres, relacionadas à conquista das tecnologias chamadas pela ASA de segunda água, do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que tem o objetivo de garantir água para a produção de alimentos, é que a relação das mulheres com seus quintais produtivos fica evidente, assim como o seu trabalho na produção dos alimentos e na geração de renda. E a partir desse processo, de conquista da tecnologia de acesso à água mais aumento da produção e comercialização é constante na fala das mulheres nos boletins O Candeeiro. Destacando os processos de mudança em suas vidas.

Já sofri muito com lata d'água na cabeça; cheguei a andar mais de dois quilômetros para carregar água, tanto para beber e cozinhar, quanto para plantar. A gente tinha que lutar muito para viver, recorda. Agora com a cisterna, vai ser diferente. Não vou precisar andar até a barragem para pegar água. Vou aumentar a produção e ganhar tempo, porque a cisterna fica aqui pertinho de casa; mais próxima do que a barraginha ali de baixo (O CANDEEIRO N° 1135, 2013).

Em geral, as mulheres são trazidas no boletim como mulheres trabalhadoras e cheias de responsabilidade. Ao ponto de desenvolver uma percepção da sua autonomia e controle da situação da produção. No entanto, não fica explícita uma reflexão sobre a necessidade da divisão justa do trabalho para que elas não passem a acumular tarefas. A autonomia econômica vem somada ao trabalho que já existia.

Aí o povo diz para botar um trator aqui dentro. O trator sou eu. Eu pego esses capim morto, aí pego o mato e boto em cima, quando passa um mês a terra fica boa. Boto um estrume e planto o coentro (O CANDEEIRO N° 1964, 2014).

Aqui eu como uma graviola, uma goiaba, uma banana, chupo uma macaúba. Tenho tudo no terreiro de casa, nem verdura a gente bota na geladeira, quando precisa é só ir no quintal. Aí eu vou pra rua? Eu tô na vida que eu pedi a Deus, passa uma crise de seca, mas a gente vem resolvendo (O CANDEEIRO N° 1964, 2014).

A representação das mulheres enquanto trabalhadoras do campo, como já apresentado, está relacionada à produção no arredor das casas, do quintal produtivo. Apesar de não está colocado de forma explícita na maioria dos textos, esse é um espaço que é colocado como de autonomia econômica para as mulheres. Pois é a partir dele que vem os relatos delas sobre geração de renda, conquista do próprio dinheiro, conquista de melhor alimentação para a família, entre outras questões. Como apresentam Maria da Conceição Moura e Rejane Medeiros (2016):

As mulheres rurais centram sua produção no quintal e isso se deve a vários fatores. Um deles é que o quintal é o espaço da terra que elas têm acesso. O outro é que esse espaço onde elas conseguem conciliar o trabalho doméstico com o trabalho produtivo. O resultado histórico dessas práticas demonstra a grande capacidade de resiliência das mulheres: de uma realidade que pode parecer limitada, elas conseguiram desenvolver um conjunto de práticas reconhecidas, atualmente, como importantes não só para garantir a alimentação e boa parte do sustento das famílias, mas também para a garantia de uma grande biodiversidade. (MOURA e MEDEIROS, 2016, p.08)

5.2. Mulheres e participação

Na categoria *Mulheres e participação*, realizamos as análises a partir das subcategorias: *Formação, Geração de renda e Participação política*.

5.2.1. Formação

Logo percebemos que *Formação* é um dos temas trazidos no boletim e que esse processo estimula as mulheres a participarem de organização política. Os programas da ASA trazem formação do seu cerne, como parte da implementação de suas ações e as mulheres participam desses processos e relatam as consequências:

Tudo mudou. Através da capacitação de três dias, e algumas outras reuniões, tudo melhorou. Eu e minha família obtemos conhecimento necessário para a nossa melhoria de vida, explicou a agricultora. (O CANDEEIRO Nº 1647, 2014).

É possível observar como as formações estimulam a autonomia no que diz respeito a gestão de seus bens de produção, como a água e a produção dos alimentos.

Antes de ser contemplada com a tecnologia, a agricultora participou das capacitações em Gestão de Água para Produção de Alimentos (GAPA) e Sistema Simplificado de Manejo da Água (Sisma), nas quais aprendeu acerca do manejo adequado dos recursos hídricos para o processo de produção alimentar, bem como sobre os cuidados na manutenção da cisterna-calçadão, concedida por meio do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) (O CANDEEIRO Nº 1138, 2013).

Aos 62 anos de idade, ela mantém um quintal produtivo, diversificado, com água de uma cacimba, para ajudar no crescimento das plantas ela utiliza adubo à base de esterco e cobertura morta. Práticas que ela aprendeu com vizinhos e em uma das capacitações que participou para receber a cisterna de 16 mil litros (O CANDEEIRO Nº 1964, 2014).

5.2.2. Geração de renda

A partir das capacitações e implementações das tecnologias, os boletins relatam que esse processo contribui para o processo produtivo e que gera para as mulheres que estão a frente desse processo uma renda direta. Assim na subcategoria *Geração de Renda*, percebemos que

isso estimula um processo de autonomia econômica das mulheres. Nos boletins estão sistematizados diversos formatos de comercialização como venda direta, nas feiras, porta a porta, na comunidade, aos vizinhos, nas feiras, entre outros. E as mulheres aparecem como protagonistas de processos produtivos. Como nesse relatado aqui:

Através da tecnologia que acumula a segunda água, Dona Anisia aumentou o quintal produtivo e passou a plantar hortaliças. A produção serve tanto à família quanto aos vizinhos que também consomem o alimento do quintal de Dona Anisia, quando a terra produz além do que a família precisa (O CANDEEIRO Nº 1197, 2013).

A comercialização passa a ser fonte de renda, mas também gera um processo de autonomia e gestão financeira de sua própria produção. Permite a elas saírem da condição tradicional de produtoras, que vende apenas em casa, para comercializar os produtos na feira, na relação com outras mulheres e homens, fora de suas casas, ganhando o espaço público.

A feira agroecológica mudou minha vida. Me sinto muito feliz, porque estou vendendo produtos saudáveis, que eles possam comer sem medo, fico feliz quando eles chegam e dizem: vim comprar de novo”, comenta Dona Fernandina” (O CANDEEIRO Nº 1230, 2013).

Fernandina Souza, 45 anos, mais conhecida como Dona Socorro, agricultora agroecológica. [...] Ela assistiu reuniões, que é um dos requisitos para fazer parte da feira agroecológica, e assim passou a ser integrante desse espaço de comercialização. A partir daí aumentou a sua produção. Ela diz que a feira de Serra Talhada mudou sua vida, pois era muito tímida ela não falava nas reuniões que participava. “A minha produção serve para nós de casa e para feira agroecológica, não vou colocar veneno na minha mesa”, comenta dona Fernandina. Eu luto com meus produtos, muita gente diz assim: ‘Dona Fernandina a senhora planta tudo isso mesmo?’ Eu digo, na hora que vocês quiserem ir à minha casa você só é ligar que espero você lá, para você ver que os produtos que eu tenho em minha banca trago da minha horta (O CANDEEIRO, 1230).

Os boletins de mulheres que trazem o aspecto da comercialização, em geral, destacam as falas das mulheres sobre esse processo, e o que inverte um pouco a “ordem” habitual. No caso, é ele que ajuda e a mulher é a protagonista.

Aqui em casa só quem vende sou eu. O meu marido, ele me ajuda. Sinto-me feliz vendendo, acho que sou a pessoa mais feliz do mundo vendendo verdura, é um trabalho muito bom. (O CANDEEIRO Nº 1230, 2013).

As sistematizações trazem a geração de renda aliada fortemente ao processo da produção na agricultura nas sistematizações. No entanto, é possível perceber outros processos como a produção de artesanato. O que demonstra uma diversificação dos processos produtivos e fonte de renda.

Se não tivesse o artesanato seria muito difícil, porque a gente tem esse meio como alternativa de renda, destaca a agricultora que se sente satisfeita ao confeccionar o artesanato (O CANDEEIRO, Nº 1053, 2013).

Mas em geral, os boletins trazem o acesso às tecnologias sociais de acesso à água como marco para a produção ou para o aumento da produção de alimentos, em especial a produção agroecológica.

As coisas antes não estavam bem, mas eu espero melhorar ainda mais. Tenho minha cisterna que está quase cheia, a gente botou água que serve para as hortaliças, galinhas e para os serviços de casa. Eu aprendi também muitas coisas nas capacitações que a gente fez. Aprendi a fazer o canteiro econômico, biofertilizante e compostagem” relata Priscila que participou dos cursos de Gerenciamento de Água para Produção (O CANDEEIRO Nº 1054, 2013).

5.2.3. Participação política

Outro processo que percebemos ao longo do estudo e podemos elencar na subcategoria *Participação política*. Nossa análise identificou que as mulheres são representadas como sujeitos de direitos, que tem vida política ativa, e que essa vida política está diretamente relacionada à sua autonomia no sistema produtivo. No entanto, essa não é uma colocação generalizada, pois a maioria dos boletins não destaca, nem cita o processo de participação política, assim como o da participação produtiva está mais relacionada aos quintais produtivos. Alguns boletins trazem as conquistas do ponto de vista produtivo, relacionadas, diretamente à chegada das tecnologias sociais de acesso à água, muitas vezes não trazendo luz aos aspectos de mobilização social, relacionados a essas conquistas. Percebemos que muitas vezes as sistematizações reforçam as ações institucionais como um “bem” que chega às famílias. Ou algo como “num passe de mágica”, como citado por um dos boletins. No entanto, como

contraponto estão os relatos e informações de agricultoras que estão articuladas politicamente em suas organizações, grupos, entre outros.

Símbolo de mulher sertaneja corajosa e destemida. D. Severina não se isola no tempo. Participa da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, da Associação de Moradores do Sítio Carrapato (AMOSCAR), do Grupo de Mulheres de Carrapato Flor do Mandacaru, é sócia do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e membro da Associação Agroecológica do Pajeú (ASAP), que reúne agricultoras e agricultores que trabalham com culturas orgânicas, a exemplo do algodão. “Se a pessoa ficar sentada não aprende nada. É preciso se unir e aprender com os outros”, diz. (O CANDEEIRO Nº 1711, 2014).

E o processo de participação política aparece também como reflexo de outras ações como a de formação.

Foi participando de reuniões do Conselho Municipal. Fui informada das reuniões da Cáritas Diocesana de Pesqueira, e sempre tive a vontade de participar dessas reuniões. Eu era muito tímida, mas mesmo assim decidi ir’, disse Roseane”, (O CANDEEIRO Nº 1929, 2014).

A partir desse último trecho, podemos perceber que é destaque em alguns boletins a ação das organizações, quando deveria ser a experiência da agricultora, que é necessário perceber as experimentações que elas vêm realizando em seus processos de produção, inclusive, considerando o período de vida antes de ter uma tecnologia social ao lado da casa. Já que, diferente dos homens, as mulheres em geral ficaram em seus municípios e comunidades mesmo nos longos períodos de seca, não migraram, ficaram e trabalharam na terra, além de dar conta de todo o trabalho reprodutivo. Elas são guardiãs de muitos conhecimentos da convivência com o Semiárido. Outra questão que não é trazida à tona com relação as mulheres são questões para além do campo reprodutivo e produtivo. Anseios e sonhos, quando aparecem, são sempre relacionados à mulher mãe, esposa e agricultora enquanto família. Essas questões poucas vezes aparecem no nível pessoal.

5.3. Mulheres e desenvolvimento local na comunidade

Na categoria *Desenvolvimento local da comunidade*, realizamos as análises a partir das subcategorias: *Estímulo ao aproveitamento dos recursos locais* e *Preocupação com a questão ambiental*. Podemos perceber ao longo do estudo que, o boletim O Candeeiro destaca aspectos do desenvolvimento local. Pois para Franco (2002) apud Tauk Santos e Callou (2014), o desenvolvimento local “se materializa no acesso das pessoas, não apenas à renda, mas também ao conhecimento e à proximidade de instâncias de poder e governos, dando-lhes instrumental necessário para influenciar as decisões político/administrativas em suas comunidades”. Tauk Santos e Callou (2014) ainda retomam Franco (2002) ao afirmarem que, para ele, “o desenvolvimento local constitui uma estratégia que favorece a conquista da sustentabilidade, na medida em que conduz à construção de comunidades sustentáveis”.

5.3.1. Estímulo ao aproveitamento dos recursos locais

A partir dessa perspectiva teórica, e com base nas entrevistas e no conteúdo do boletim é possível inferir que muitas das práticas realizadas pelas mulheres contribuem ao *Estímulo ao aproveitamento dos recursos locais* e assim estão valorizadas nos boletins:

No período da seca, a aposentada conseguiu manter alguns animais e garantir a venda de frutas e hortaliças. Ela utilizou o mandacaru triturado e resíduo para alimentar seus animais. Em casa, são estocadas sementes de amendoim, quiabo, berinjela, milho, feijão e alface. Atualmente, a agricultora está juntando a semente de sorgo para guardar e também já fez silagem para garantir comida para os bichos (O CANDEEIRO Nº 1964, 2014).

Com simplicidade e ações pequenas, a agricultora Priscila Coelho revela que não é preciso muito para se conviver bem com o clima Semiárido. Basta uma forma de armazenar água e vontade de fazer diferente. Ela dá agora seus primeiros passos, mas traz no sorriso a lição, e nas mãos a força de quem, com fé, vê a esperança de dias melhores com a chegada da tão esperada chuva (O CANDEEIRO, Nº 1054, 2013).

O Candeeiro sistematiza práticas que fazem parte da dinâmica da agricultura familiar e as sistematizações conseguem fazer esse resgate, onde percebemos também a perspectiva das mulheres protagonistas de dinâmicas de aproveitamento dos recursos locais. Para Ghislaine

Duque (2008), agricultores e agricultoras familiares sempre desenvolveram estratégias de convivência com o ambiente:

Ao longo da história da humanidade, os agricultores e agricultoras desenvolveram estratégias de sobrevivência baseadas no uso sustentável das diversas espécies vegetais e animais: produção, criação, seleção, armazenamento, etc. São essas experiências e estratégias que melhor respondem aos desafios da convivência com o semi-árido: estratégias de estocagem (de sementes, de água, de ração) e de diversificação das atividades (policultura, criação, colheita) (DUQUE, 2008, p. 137).

Nessa perspectiva, é possível perceber a sistematização dessas práticas nos boletins investigados, em que as mulheres apresentam suas estratégias de convivência com a região. Mostram a sabedoria sobre o seu lugar, a importância de se utilizar de formas simples e eficientes de vida com o seu lugar. Como nos trechos a seguir:

Dona Gertrudes guarda consigo uma semente de feijão-fava que chama “cabrocurso”, herança centenária de sua avó, Dona Maria Vaqueiro, que aconselhou: “guarde essa semente. Quem a tem, não passa fome”. O conselho foi seguido. Dona Gertrudes preserva as sementes em garrafas de plástico. No entanto, sua principal forma de conservação é mantê-la germinada. Isto porque a planta consegue se adaptar bem ao clima do semiárido, e pode manter-se viva por mais de ano, brotando o ano inteiro (O CANDEEIRO Nº 1701, 2014).

Mesmo vivendo em um período crítico de escassez de água como o atual, Dona Zefinha afirma que nunca pensou em parar de plantar. “Como a cidade irá se alimentar, se nós agricultores parar de produzir alimentos de qualidade, garantindo a segurança alimentar da nossa família e da sua clientela?”, questiona. Além disso, a agricultora cultiva plantas medicinais que ajuda na economia de gastos com medicamentos farmacêuticos (O CANDEEIRO Nº 1052, 2013).

5.3.2. Preocupação com a questão ambiental

Na subcategoria *Preocupação com a questão ambiental* fica evidente a relação das mulheres com esse tema. Em quase todos os boletins sobre mulheres analisados essa questão é pontuada. O que dialoga com a proposta de Tauk Santos e Callou (2014) da importância da comunicação na mobilização das populações para o aproveitamento dos recursos e das energias endógenas. A preocupação com o meio ambiente para a construção de um lugar bom de se viver, com garantia de seus direitos básicos e com dignidade é uma preocupação trazida pelas

mulheres e evidenciada nos boletins. Como o caso da agricultora Aparecida, destacado no seguinte trecho:

Na comunidade de Cachoeira do João, São José do Egito, Sertão de Pernambuco, encontramos Dona Aparecida, que aos seus 45 anos olhou em volta e percebeu que tudo no planeta está conectado. Fez do seu quintal produtivo um exemplo de respeito à natureza, que lhe respondeu positivamente. E embora seja difícil mudar, mesmo os pequenos hábitos, é preciso adotar novas práticas de produção, comercialização e de consumo. (O CANDEEIRO, Nº 1368, 2014).

Sou uma agricultora agroecológica que planta e, ao mesmo tempo, preserva o meio ambiente”. A fala é de Anisia Maria de Lima, 62 anos, moradora de Sítio Baxio, há mais de três anos (O CANDEEIRO, Nº 1197, 2013).

Também fica evidente a preocupação das mulheres com a preservação do material genético, assim como a produção livre de agrotóxicos, que garante uma alimentação sem veneno para toda a família.

Reconhecendo ainda a importância do banco de sementes, dona Sônia guarda as sementes da palma para replantar, conseguindo assim um produto livre de agrotóxicos, o que protege o solo e consequente os aquíferos. (O CANDEEIRO, Nº 1139, 2013).

Hoje a minha consciência é de produzir e vender os produtos respeitando a natureza e as pessoas, usando o bio que aprendi no curso, estrumes e a cerca da viva de peão que fiz lá na escola e deu certo; mesmo que eu seja zombada, desabafa. E sorri! (O CANDEEIRO, Nº 1442, 2013).

A partir dessas análises, concordamos com Silva (2003) que relaciona a sustentabilidade com a perspectiva de convivência com o Semiárido, que também é abordada nos boletins:

Articulada às discussões sobre a emergência de um novo paradigma de sustentabilidade, nos últimos anos, vem sendo construída a perspectiva da *convivência com qualidade de vida o semiárido brasileiro* (grifo do autor). O semi-árido é concebido enquanto um complexo de ecossistemas com os seus limites e as suas potencialidades, trata-se de um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base no tripé da sustentabilidade ambiental, da qualidade de vida das famílias sertanejas e do incentivo às atividades econômicas apropriadas (SILVA, 2003, p. 376).

Logo, quando as mulheres são trazidas para a centralidade das experiências, as sistematizações expressam suas contribuições para a preservação ambiental e o manejo

sustentável de suas produções, sejam agrícolas ou não-agrícolas. Como expressão os trechos a seguir:

Com sacolas plásticas, Josenir faz o enchimento das galinhas que produz de crochê para enfeite. Os cd's se transformam em porta-toalhas. Já com as tampinhas de garrafa de cerveja e refrigerante ela faz bolsas e cintos. Além do reaproveitamento de materiais recicláveis, ela utiliza matéria-prima da propriedade como caroá, folhas de bananeira, de coco e de milho para a produção de bolsas (O CANDEEIRO, Nº 1053, 2013).

Na área onde são cultivados os alimentos é possível encontrar várias plantas medicinais. Na agricultura familiar, esses tipos de plantas têm uma função muito importante, pois o cheiro forte delas servem como defensivos naturais para combater possíveis pragas. Além de tudo isso, ainda é comum observar do terreiro da casa da agricultora as visitas feitas pelos preás, animal muito caçado para uso na culinária. A presença desses bichos é um sinal de comprometimento da família com a preservação do meio ambiente (O CANDEEIRO Nº 1302, 2013).

O estudo indica que quando suas falas são valorizadas no boletim O Candeeiro, como apresentado nos trechos acima, as mulheres demonstram grande interação com diversas áreas do campo produtivo. E o Candeeiro também se mostra como um importante espaço de registro e multiplicação das experiências de mulheres. Contribuindo para a valorização de seus conhecimentos, para ao fortalecimento de estratégias de convivência com o Semiárido, e para a construção de uma história da região semiárida. Contada a partir da fala de seu povo, contrapondo a perspectiva do lugar inviável e da seca como um determinante para condições de vida incipientes. O Candeeiro possibilita conhecer, a partir das práticas de agricultoras e agricultores familiares, o que significa conviver com o Semiárido, suas estratégias, e reforça a necessidade da construção de políticas adequadas para a população da região. No entanto, é necessário que outras perspectivas sobre as mulheres se sobressaíam, pois elas estão para além do campo reprodutivo, e mesmo no produtivo tem outras perspectivas que podem ser ressaltadas, seus anseios e questões necessitam saírem da invisibilidade.

6. CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa consistiu em investigar as representações sociais sobre mulheres no boletim O Candeeiro, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Especificamente, o que buscamos compreender foi de que maneira as mulheres são representadas nesse instrumento, se o boletim estimula as mulheres à participação política, e se o conteúdo do boletim contribui à construção do desenvolvimento local.

A ASA, como trouxemos anteriormente, é uma rede formada por mais e três mil organizações de naturezas diversas. Essa diversidade se conflui quando a ação dessas organizações acontece em rede através do objetivo com o desenvolvimento de ações que promovam mudanças na região semiárida, com base no acesso a direitos, em especial o acesso à água. No entanto, não busca uma homogeneidade, é uma verdadeira teia de formas de fazer, considerando as características não só de cada organização, mas também do Semiárido, que também não é um lugar homogêneo. A região semiárida do Brasil é diversa em sua natureza, reúne dez estados das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, não teria como ser diferente.

Diante dessa ação tão ampla, a ASA está presente em todos os estados do Semiárido, e existe uma ação em comunicação que articula todo esse fórum, uma comunicação pensada como direito de todas as pessoas, na perspectiva de valorização dos conhecimentos e prática da população que constrói essa região, considerando que eles e elas são sujeitos de sua própria história. A comunicação da ASA também valoriza essa perspectiva de diversidade das organizações que a compõem, com experiências próprias de comunicação, mas articuladas a partir da Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA. Com isso, se constrói a perspectiva do boletim O Candeeiro, que sistematiza os saberes da população do Semiárido, com a contribuição e animação dessa rede de comunicação.

A perspectiva de atividades agrícolas das mulheres no boletim nos apresenta uma importante perspectiva: as mulheres do Semiárido brasileiro, que desenvolvem atividades agrícolas na perspectiva da convivência com o Semiárido são uma das grandes responsáveis pela produção de alimentos, que alimentam suas famílias. Mas que também abastecem espaços de comercialização em toda a região, como as feiras, e os programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As mulheres cultivam, beneficiam e comercializam. E é nesse espaço de vendas, que se transforma em espaço de troca, que elas muitas vezes passam a ocupar outros espaços

públicos e espaços de participação política, além da geração de renda. E é por meio do boletim O Candeeiro que o protagonismo das mulheres na convivência com o Semiárido, tais como, a gestão das águas, a conservação e multiplicação da biodiversidade, através do cuidado com as plantas, da estocagem de sementes crioulas, está registrado e sistematizado.

É também no O Candeeiro que está registrada a importância do acesso à água, a partir de sua democratização com as tecnologias sociais de captação de águas das chuvas, como fruto da ação da sociedade civil na incidência de políticas públicas, e o impacto dessas políticas na vida das mulheres. E de como elas transformam essa ação em outras atividades que impactam na vida de seus familiares, como na alimentação, na diversidade da produção, no cuidado com a água, na gestão dos pequenos animais. Assim como a participação delas em espaços de formação, o que possibilita a troca de conhecimento com outras mulheres e homens.

No âmbito da contribuição à construção do desenvolvimento local, percebemos que o processo de construção do O Candeeiro promove reflexão sobre ações e multiplica essas iniciativas com outros agricultores e agricultoras, tais como o estímulo ao aproveitamento dos recursos locais e a preocupação com a questão ambiental. Dessa forma, avaliamos que esse processo de comunicação da ASA agrega o encorajamento à solução de problemas de autodesenvolvimento econômico e social das comunidades locais; mobiliza e garante a participação de mulheres em atividades econômicas e produtivas e sociais das comunidades e articula redes sociais que possibilitem fluxos permanentes de informação e comunicação.

O processo de pesquisa que resultou neste estudo nos trouxe muitas reflexões sobre a importância da ação da ASA, especialmente sua ação de comunicação, para a valorização da fala da população rural do Semiárido brasileiro. As histórias presentes no boletim O Candeeiro não contam apenas as histórias das famílias, mas ao longo dos últimos 11 anos do boletim, contam a história diária da região semiárida, a partir da perspectiva da sua população, com apoio das organizações sociais que integram a ASA. É a valorização do saber local para a construção do desenvolvimento local, a partir de suas experimentações e práticas.

No entanto, a partir das análises do O Candeeiro, percebemos que as representações sociais sobre mulheres presentes no boletim são fortemente marcadas pela dimensão reprodutiva e produtiva. São mulheres trabalhadoras e mães, que tem seu trabalho valorizado na condição de agricultoras, que também trabalham em casa, mas que de forma geral o trabalho doméstico e de cuidados fica invisibilizado. Encontramos também o perfil de mulheres que têm uma dinâmica diversificada em suas propriedades, gerenciam a água, a produção de alimentos

para a casa, para a comercialização estão organizadas ou participando de espaços políticos. Mas é importante ressaltar que a abordagem pelo boletim omite as subjetividades das mulheres: o que pensam da sua condição; o que aspiram para a vida pessoal.

Chama atenção a forte presença dos autores e autoras, integrantes da rede de comunicação da ASA, nos textos dos boletins, apesar da proposta apresentada pela ASA ser de que os boletins devem ter forte presença da fala e das práticas das pessoas sistematizadas. Os comunicadores e comunicadoras acabam trazendo muitas percepções próprias para o conteúdo dos textos, quando a proposta é que agricultores e agricultoras contem suas histórias. O marco das histórias como o casamento é uma constante quando as histórias sistematizadas são de mulheres, ficando muito forte o viés reprodutivo que na maioria das vezes conduz o texto.

A ASA trabalha com a proposta de núcleo familiar para a execução de suas ações. Essa ideia é priorizada também nas sistematizações do boletim O Candeeiro. Nessa perspectiva familiar é que as mulheres passam a serem representadas com forte viés reprodutivo. Há uma recorrência em trazer os filhos para o cenário representado quando a história é protagonizada por uma mulher, diferente de quando o homem é o protagonista da sistematização. Esse não é um discurso presente apenas nesse meio de comunicação da ASA, é uma construção social da figura da mulher com forte viés patriarcal e que acaba, por fim, se reproduzindo também nesse espaço. A experiência da articulação está inserida em um contexto social, no qual as mulheres ainda são retratadas como responsável dos cuidados da casa e da educação dos filhos. Quando as falas das mulheres aparecem nos textos, percebemos que elas destacam outros aspectos de suas vidas, não só o cuidado com a família e a casa, mas a outra perspectiva é a mais reforçada ao longo dos textos não aspeados, ou seja, construídos pelos autores e autoras.

Quando tratada no âmbito profissional, as mulheres são representadas como agricultoras, também perceptível na análise dos homens no texto, no entanto, nosso foco de análise são as mulheres e com isso percebemos que a agricultura é a atividade produtiva a qual em geral elas estão vinculadas. Poucos boletins abordam ou dão foco a outras atividades realizadas pelas mulheres, como o artesanato, por exemplo. Com certeza pela força que tem a agricultura na vida das mulheres, por estarem inseridas em um contexto rural. O rural também é diverso, nele são realizadas atividades agrícolas e não agrícolas, no entanto, no O Candeeiro, as atividades agrícolas aparecem com mais força. Nos perguntamos se na perspectiva de construção de um outro olhar sobre o Semiárido, que é um dos objetivos afirmados pela ASA,

se não é necessário que a própria articulação possa perceber que atividades não agrícolas compõe igualmente o rural no Semiárido brasileiro.

A partir dessa investigação e do levantamento da teoria sobre sistematização, na qual a ASA se referencia, assim como das entrevistas realizadas com integrantes da articulação, organizamos elementos que podem contribuir com o processo a partir do olhar dessas mulheres rurais. Com a perspectiva de ser geradora de reflexões e potencializadora da ação das organizações, da articulação como um todo e da Rede de Comunicadores e Comunicadoras da ASA. Não pretendemos indicar uma fórmula a ser seguida ou propor um novo formato para esse processo na ASA ou em qualquer outro processo de sistematização de experiências no campo popular. Elencamos os diversos saberes encontrados ao longo do próprio estudo, e que acreditamos serem achados importantes para a compreensão das representações que fazem o boletim sobre as mulheres, assim como servir para redefinições das práticas do boletim em relação a essas mulheres, que teve como objeto de análise os boletins O Candeeiro, assim como as entrevistas com os diversos sujeitos que compõem a articulação como comunicadoras e coordenações, além dos ricos depoimentos de mulheres encontrados nos boletins. Dessa forma, ressaltamos:

- Fortalecer a importância do protagonismo dos agricultores e agricultoras no texto, ponto que está na concepção do boletim O Candeeiro. É importante que essa reflexão esteja presente com prioridade em sua construção, para que homens e mulheres possam ter sua fala presente nos textos que contam suas histórias com mais força. Percebemos na pesquisa que essa é uma questão que a própria ASA já reflete e percebe a importância de valorizar: “eu ouviria mais elas”, ¹⁶disse uma das comunicadoras em entrevista a esta pesquisa;
- Garantir um maior envolvimento das mulheres no processo de sistematização das experiências. A pesquisa indica, a partir da análise de dados da própria ASA, que as mulheres estão presentes, em maioria, em várias atividades resultantes das ações da articulação. No período que analisamos as sistematizações para este estudo, o número de histórias sistematizadas com protagonismo de mulheres fica em torno de 30%, em Pernambuco. O que nos faz concluir que é necessário a busca por um maior envolvimento das mulheres no processo de produção dos conteúdos para o boletim.

¹⁶ Entrevista da Comunicadora 1 concedida em novembro de 2017.

Elencamos como um importante elemento na construção de relações igualitárias entre homens e mulheres, na construção também de uma sociedade mais justa;

- Valorizar a fala das mulheres, considerando que a pesquisa aponta para o fato de que a perspectiva masculina sobre o Semiárido tem mais força nas histórias contadas no boletim O Candeeiro. Pela nossa atuação nesse campo, sabemos também que por vezes conseguir a fala das mulheres não se dá da mesma forma que a fala dos homens, os quais ocupam os espaços públicos de forma mais naturalizada, diante da construção do espaço público ser para os homens e do privado para as mulheres. Dessa forma, é necessário contribuir com o processo de ocupação das mulheres dos espaços públicos. A construção do boletim com suas vozes sendo ouvidas pode se constituir e se fortalecer como um desses espaços;
- Refletir mais nos textos do boletim a história de vida dos agricultores e agricultoras e suas práticas, estratégias, experimentações, formas de atuação política, que esse não seja um instrumento que se constitua um formato que não caracterize em alguém contando a história do outro;
- Considerar o contexto em que as experiências estão inseridas. Dessa forma, avaliamos que O Candeeiro pode contribuir mais efetivamente com o que a ASA propõe, sistematizar experiências, práticas e histórias de vida no Semiárido brasileiro.

Uma das reflexões desta pesquisa foi apontar a perspectiva de que a realidade do Semiárido pode ser mostrada de outra forma, com outros conceitos e imagens que ponham em evidência a participação e importância das mulheres no desenvolvimento local. Futuras pesquisas podem ser feitas no sentido de perceber como se dá a recepção pelas mulheres do boletim O Candeeiro, se elas se sentem representadas nesse meio de comunicação. Assim como um estudo comparado entre as representações que o Candeeiro traz sobre mulheres rurais e as que trazem os grandes meios de comunicação hegemônicos.

No momento em que concluímos este trabalho, o governo do presidente Michel Temer (PMDB) prevê corte no orçamento de mais de 90% de recursos para algumas ações no Semiárido, principalmente as que se voltam para a agricultura familiar. Diante desse contexto, para este ano de 2018, a ASA, assim como diversas outras organizações e movimentos populares, tem o desafio de continuar na luta contra as ofensivas que têm sido constantes contra a organização popular. É necessário estar cada vez mais atentos e atentas aos discursos que

estão sendo construídos contra a sociedade civil organizada. E atentos aos discursos que estamos reforçando ao construirmos nossa comunicação.

REFERÊNCIAS

4ª. CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Carta aberta ao povo brasileiro.** Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=11427&mt=1&nw=1&ano=&mes=>>> Acesso em: 17. jan. 2018.

ALMEIDA, V. **Ser mulher num mundo de homens.** 2.ed. Serra Talhada: Universal, 1999.

ASA. **Declaração do Semiárido,** Recife: 1999. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf>. Acesso em: 19.out.2016.

ASA. **Carta de Princípios,** Igarassu: 2000.

ASA. **Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido: um milhão de cisternas rurais: PIMC.** Recife, 2002.

ASA. **Carta Política do III Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (III EnconASA).** São Luís, 2002. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/CARTA-POLITICA-III-ENCONASA.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ASA. **Carta Política do IV Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (IV EnconASA).** Campina Grande, 2003. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta_politica.pdf> Acesso em: 17 jan. 2018.

ASA. **Carta Política do V Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (V EnconASA).** Teresina, 2004. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta%20da%20Terra.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2018.

ASA. **Carta Política do VI Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (VI EnconASA).** Crato, 2006. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Microsoft%20Word%20-%20carta%20final%20-%20revisada.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2018.

ASA. **Carta Política de Gênero.** Crato, 2006. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta-Politica-de-Genero.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2018.

ASA. **Carta Política do VIII Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (VIII EnconASA).** Januária: 2012.

ASA. **Orientações de preparação do Encontro Nacional de Agricultoras-Experimentadoras: celebrando conquistas na trajetória da ASA.** Paraíba: 2014.

ASA. **Carta do Encontro Nacional de Comunicação da ASA**. Gravatá: 2014. Disponível em: < http://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=6871> Acesso em: 17 de jan. 2018

ASA. **Carta do IV Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores**. Aracaju: 2016. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/CARTA-DO-ENCONTRO-NACIONAL-DE-AGRICULTORAS-E-AGRICULTORES-EXPERIMENTADORES-2016.pdf>> Acesso em: 17 de jan. 2018.

ASA. **Carta Política do IX Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (IX EnconASA)**. Mossoró: 2016. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta-Politica-do-IX-EnconASA.pdf>> Acesso em: 17 de maio de 2017.

ASA. **Sobre nós**. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>> Acesso em: 07 nov. 2017 (A).

ASA. **Ações – Sementes do Semiárido**. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>> Acesso em: 07 nov. 2017 (B).

ASA. **Ações – P1+2**. Disponível em: < http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2?artigo_id=96> Acesso em: 24 jun. 2017 ©.

BERGER, C. A pesquisa em comunicação na América Latina. In HOHLFELDT, A. MARTINO. L.C. FRANÇA, V.V. (Org.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, 2014, Vozes.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In JINKINGS, I. DORIA, K. CLETO, M. (Org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. **Lei 7.827, de 27 de dezembro de 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827.htm>. Acesso em: 16 jan. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12188.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 set. 2016.

BROCHARDT, V. S. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no Semiárido**: a experiência da ASA. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2013.

BROCHARDT, V. S. **Comunicação popular no Semiárido**: a experiência da ASA. Brasília: Intercom, 2015.

BUTTO, A.; HORA, K. Ater para mulheres: experiências recentes do governo federal. In **Cadernos Feministas de Agroecologia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 4, 2008.

CAPORAL, F.R. Extensão Rural como Política Pública: a difícil tarefa de avaliar. In SAMBUICHI, R.H.R... [et al.] (Org.). **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade – desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014.

CAPORAL, F.R. Lei e Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. In **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, n. 1, Porto Alegre: Emater-RS-Ascar, 2011.

CF8, ASA. **Carta das Mulheres do Semiárido**. Natal: 2017. Disponível em: <<https://centrofeminista.com/2017/11/09/encontro-se-encerra-com-carta-de-denuncias-e-propostas-das-mulheres-do-semiarido/>> Acesso em: 10 de nov. 2017.

DE JESUS, P. Desenvolvimento Local. In CATTANI, D. (Org.). **A outra economia**. São Paulo: Veraz Editores, 2003.

DINIZ, P. C. O. PIRAUX, M. Agroecologia e convivência com o Semiárido: breves notas de uma longa trajetória de diálogo e interfaces. In LIMA, J.R.T DE (Org.). **Agroecologia e Movimentos Sociais**. Recife: Bagaço, 2011.

DUQUE, G. Conviver com a seca: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. In **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, UFRPR, 2008.

FERREIRA, A.P. **Aproximação entre as perspectivas feminista e agroecológica potencializando processos de empoderamento das mulheres rurais brasileiras, a partir do território do Pajeú, Sertão de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado). Universidad de Córdoba, 2016.

FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação: um estudo no acampamento Engenho Prado**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

FRANÇA, V. R.V. Representações, mediações e práticas comunicativas. In PEREIRA, M.; GOMES, R.C.G.; DE FIGUEIREDO, V.L.F. (Org.). **Comunicação, representações e práticas sociais**. Aparecida: PUC-Rio; São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALINDO, W. C. M. **Intervenção Rural e autonomia: a experiência da Articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. Brasil: 2017. Disponível em:

<http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf >
Acesso em: 17 de jan. 2018.

GUARESCHI, P. A. "Sem dinheiro não há salvação": ancorando o bem e o mal entre neopetencostais. In GUARESCHI, P. A. JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HIRATA, H.... [et al]. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, Unesp, 2009.

HOLLIDAY, O. J. **Para Sistematizar Experiências**. Brasília: MMA, 2006.

JALFIM, F. Notas sobre a caminhada da Agroecologia no Semiárido pernambucano. In LIMA, J.R.T DE (Org.). **Agroecologia e Movimentos Sociais**. Recife: Bagaço, 2011.

JALIL, L.M. **As Flores e os Frutos da Luta**: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

LEÃO, R. S. C. **As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos sobre as políticas de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco para o desenvolvimento local**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2012.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro, UERJE, 2001.

LIMA, C.M.D. **Comunicação e Desenvolvimento Local**: estudo de recepção das propostas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Incubacoop pelas mulheres da Cooperativa de Costura de Abreu e Lima - Coopecal – PE. Arapiraca: Eduneal, 2015.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In JINKINGS, I. DORIA, K. CLETO, M. (Org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MALVEZZI, R. **Semi-Árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MEDEIROS, R.; OLIVEIRA, M. A perspectiva feminista e a agroecologia na assessoria técnica realizada pelo Centro Feminista 8 de Março. In **Cadernos Feministas de Agroecologia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 4, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). DESLANDES, S. F. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOREIRA, R. **História das secas no Nordeste**. Diário do Nordeste. Fortaleza: 2017. (Matéria de jornal). Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/seca/historia-das-secas-no-nordeste/>> Acesso em: 31 de jan. 2018.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOURA, M.C.D. MMEDEIROS, R.C. (Org.). **Mulheres e territórios: a busca por autonomia econômica e acesso a políticas públicas**. Mossoró: CF8, 2016.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PAULILO, M. I. FAO, Fome e Mulheres Rurais. In **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: vol. 56, nº 2, 2013.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares**. São Paulo: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Brasília: Intercom, 2006.

PERUZZO, C.M.K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. **Palavra Clave**. Colômbia, 2008. Disponível em: <<http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>> Acesso em: 17 de maio de 2017.

SÁ, C. P. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SAMPIERE, R.; CALLADO, C. F; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de la Investigación**. México D.F: MC Graw Hill, 2010.

SILIPRANDI, E. **A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: para que, para quem, como?** Brasília: Unb, 2005. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/52itfc2u7ukobe3/A%20reconstru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Extens%C3%A3o%20Rural%20P%C3%BAblica%20-%20Emma%20Siliprandri.pdf?m>> Acesso em: 25 de jan. de 2018.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA, R.M.A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. In **Revista Sociedade e Estado**, Brasília: v.18, n. ½, 2003.

SUDENE. **Delimitação do Semiárido**. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>> Acesso em: 18 dez. 2017.

SUDENE. **Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017**. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/resolucao115-23112017-delimitacaodosemiarido-DOU.pdf>> Acesso em: 18 dez. 2017.

TAUK SANTOS, M.S. Comunicação rural – velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In CALLOU, A.B.F. **Extensão rural – extensão pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa**. Recife: FASA, 2013.

TAUK SANTOS, M. S. CALLOU, A. B. F. Desafios da Comunicação Rural em Tempo de Desenvolvimento Local. In CALLOU, A. B. F. **Extensão Rural – Extensão Pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa**. Recife: Fasa, 2013.

TAUK SANTOS, M.S. CALLOU, A.B.F. **Itinerários da pesquisa em comunicação para o desenvolvimento local no Brasil**. Brasília: Intercom, 2014.

TAUK SANTOS, M. S. **Comunicação para o desenvolvimento: redes da Memória**. Recife: Ed. do Autor, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Coordenações da ASA e Assessoria de Comunicação (ASACom)

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Programa de pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX

Professora: Maria Salett Tauk Santos

Mestranda: Catarina de Angola

1º bloco: Identificação

- 1.1. Nome completo:
- 1.2. Idade:
- 1.3. Gênero:
- 1.4. Raça:
- 1.5. Escolaridade:
- 1.6. Cargo que ocupa na ASA:
- 1.7. Endereço:
- 1.8. Contatos:

2º bloco: Sobre a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e sua proposta de comunicação

- 2.1. Qual a missão da ASA?
- 2.2. Quais são os programas/atividades desenvolvidos pela ASA?
- 2.3. Existe alguma ação específica com mulheres? Se sim, quais?
- 2.4. Como está estruturada a organização da ASA em rede? E suas funções?
- 2.5. Quais são atualmente as principais fontes de recursos financiamento da ASA?
- 2.6. Como se dá a mobilização de agricultoras para o desenvolvimento das ações da ASA?
- 2.7. Qual o papel da comunicação na ASA?
- 2.8. Quais são atualmente as principais fontes de financiamento das ações da ASA em comunicação?
- 2.9. Quais são as atividades que a ASA desenvolve em comunicação?
- 2.10. Qual o objetivo das estratégias de comunicação desenvolvidas pela ASA?
- 2.11. Como está estruturada a comunicação da ASA? Como são divididas as tarefas entre as diferentes funções?

3º bloco: Sobre a proposta do boletim O Candeeiro e as mulheres

- 3.1. Qual a proposta do boletim O Candeeiro?
- 3.2. Como se desenvolvem as ações de sistematização de experiências no boletim O Candeeiro?
- 3.3. Quais orientações norteiam a construção das sistematizações do boletim O Candeeiro?
- 3.4. Existem formações sobre o uso da linguagem na sistematização dos boletins O Candeeiro?
- 3.5. Existem orientações específicas com relação à representação de mulheres no boletim? Se sim, quais?
- 3.6. A ASA costuma priorizar as experiências de mulheres na sistematização? Caso sim, por quê?

- 3.7. Que temas com relação às mulheres, a ASA prioriza nas sistematizações do boletim O Candeeiro?
- 3.8. Existe um acompanhamento na construção dos boletins O Candeeiro? Como ele acontece?
- 3.9. Existe uma avaliação dos conteúdos dos boletins que acompanha se as orientações estão sendo seguidas com relação à construção dos textos?
- 3.10. Existe alguma avaliação com as agricultoras sobre o conteúdo e como elas se sentem representadas no boletim O Candeeiro?
- 3.11. Existe uma avaliação coletiva em rede sobre os processos de sistematização dos boletins O Candeeiro?
- 3.12. Qual a importância da sistematização de experiências no boletim O Candeeiro na ação da ASA?
- 3.13. Como a ASA vê as mulheres na dinâmica familiar?
- 3.14. Quais estratégias desenvolve para reforçar/garantir essa posição?
- 3.15. Como a ASA vê a mulher no âmbito profissional (agricultora/artesãs)?
- 3.16. Quais estratégias desenvolve para reforçar/garantir essa posição?
- 3.17. Como a ASA vê as mulheres nos processos de organização e participação política?
- 3.18. Quais estratégias desenvolve para reforçar/garantir essa posição?

4º bloco: Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local

- 4.1. As experiências trazidas no boletim têm uma preocupação com a sustentabilidade ambiental? Se sim de que maneira? Dê exemplos.
- 4.2. O boletim costuma incentivar as pessoas a aproveitarem os recursos de que dispõem na localidade? De que maneira?
- 4.3. Há mensagem no boletim que estimulem as pessoas a procurar alguma formação para o trabalho? Quais seriam as evidências?
- 4.4. O boletim fala da importância de estabelecer parcerias no trabalho, na luta política? De que maneira?
- 4.5. O boletim estimula o desenvolvimento de parcerias com o poder governamental?
- 4.6. Qual a importância das ações de comunicação da ASA para a população do Semiárido?
- 4.7. Qual o impacto dessas ações de comunicação na vida de mulheres do Semiárido?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com a Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Programa de pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX

Professora: Maria Salett Tauk Santos

Mestranda: Catarina de Angola

1º bloco: Identificação

- 1.1. Nome completo:
- 1.2. Idade:
- 1.3. Gênero:
- 1.4. Raça:
- 1.5. Escolaridade:
- 1.6. Organização da ASA:
- 1.7. Cargo que ocupa na organização/ASA:
- 1.8. Endereço:
- 1.9. Contatos:

2º bloco: Sobre a ação de comunicação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)

- 2.1. Quais as ações desenvolvidas pela organização em que atua no Semiárido?
- 2.2. Há quanto tempo a organização que você está faz parte da ASA?
- 2.3. Há quanto tempo você integra as ações da ASA nessa organização?
- 2.4. Como se dá a sistematização dos boletins O Candeeiro? Quais etapas de produção?
- 2.5. Existe participação das agricultoras na sistematização? Como?
- 2.6. Você segue alguma orientação durante o processo de sistematização? Qual?
- 2.7. Como se dá a relação com a Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom) na construção
- 2.8. dos boletins O Candeeiro?
- 2.9. Existe alguma orientação específica sobre sistematização de mulheres no boletim O Candeeiro?
- 2.10. Você prioriza a sistematização de experiências de mulheres? Por quê?
- 2.11. As agricultoras sistematizadas avaliam a sistematização após o material ficar pronto? De que forma?
- 2.12. Que temas com relação às mulheres são priorizados nas sistematizações do boletim O Candeeiro?
- 2.13. A organização que você atua faz uma avaliação da sistematização dos boletins O Candeeiro?
- 2.14. Existe uma avaliação da ASA com relação aos boletins O Candeeiro?
- 2.15. Existe uma avaliação na Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares sobre a sistematização dos boletins O Candeeiro?
- 2.16. Você acredita que as agricultoras se sentem representados no boletim O Candeeiro?
- 2.17. Como você avalia o boletim O Candeeiro?

3º bloco: Sobre mulheres

- 3.13. Como a ASA vê as mulheres na dinâmica familiar?
- 3.14. Quais estratégias desenvolve para reforçar/garantir essa posição?
- 3.15. Como a ASA vê a mulher no âmbito profissional (agricultora/artesãs)?
- 3.16. Quais estratégias desenvolve para reforçar/garantir essa posição?
- 3.17. Como a ASA vê as mulheres nos processos de organização e participação política?
- 3.18. Quais estratégias desenvolve para reforçar/garantir essa posição?

4º bloco: Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local da ASA

- 4.1. As experiências trazidas no boletim têm uma preocupação com a sustentabilidade ambiental? Se sim de que maneira? Dê exemplos.
- 4.2. O boletim costuma incentivar as pessoas a aproveitarem os recursos de que dispõem na localidade? De que maneira?
- 4.3. Há mensagem no boletim que estimulem as pessoas a procurar alguma formação para o trabalho? Quais seriam as evidências?
- 4.4. O boletim fala da importância de estabelecer parcerias no trabalho, na luta política? De que maneira?
- 4.5. O boletim estimula o desenvolvimento de parcerias com o poder governamental?
- 4.6. Qual a importância das ações de comunicação da ASA para a população do Semiárido?
- 4.7. Qual o impacto dessas ações de comunicação na vida de mulheres do Semiárido?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Cumprimento Sr./Sr. ^a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada

, integrante do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo principal, _____ e será realizada por _____, estudante do referido Programa. Sua participação é voluntária e se dará por meio de _____, com utilização de recurso de _____, a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes e/ou das organizações participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para o/a mestrando/a escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

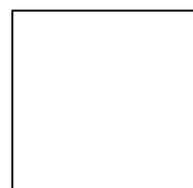
Consentimento pós-informação

Eu, _____, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participarei, sabendo ainda que não serei remunerado/a por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via para cada um/a.

Recife, PE, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do/a participante

Assinatura do/a pesquisador/a



Impressão do dedo
polegar caso o/a
participante não
saiba assinar.

**ANEXO B - DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO
DECLARAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO**

**PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO
PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO
E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO**

Recife, 26 de novembro de 1999

SEMI-ÁRIDO TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!

Depois da Conferência da ONU, a seca continua

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 – a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semi-áridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplitude de um fenômeno mundial – a desertificação – do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do semi-árido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do semi-árido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação no Semi-Árido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

As medidas emergenciais devem ser imediatamente reforçadas

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semi-Árido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o semi-árido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no semi-árido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos

no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: **QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO SEMI-ÁRIDO**

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos. Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A Articulação, por sua vez, afirma que, sendo o Semi-Árido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

Nossa experiência mostra que o semi-árido é viável

A convivência com as condições do semi-árido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- que a caatinga e os demais ecossistemas do semi-árido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;
- que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;
- que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;
- enfim, que o semi-árido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

É preciso levar em consideração a grande diversidade da região

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semi-árido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no Semi-Árido Brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O semi-árido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres). Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde... O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas interrelações, impõe-se mais que nunca.

Dito isto, podemos apresentar a nossa contribuição – fruto de longos anos de trabalho no semi-árido –, destacando algumas das propostas que vêm sendo discutidas pela sociedade civil nas duas últimas décadas.

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- **A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido.**
-
- **A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.**

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

CONVIVER COM AS SECAS

O semi-árido brasileiro caracteriza-se, no aspecto sócio-econômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de convivência com o Semi-Árido inclui:

- **O fortalecimento da agricultura familiar**, como eixo central da estratégia de
- convivência com o semi-árido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais.
- **A garantia da segurança alimentar** da região, como um objetivo a ser alcançado a curtíssimo prazo.

- **O uso de tecnologias e metodologias adaptadas** ao semi-árido e à sua população, como ferramentas básicas para a convivência com as condições da região.
- **A universalização do abastecimento em água para beber e cozinhar**, como um caso exemplar, que demonstra como tecnologias simples e baratas como a cisterna de placas de cimento, podem se tornar o elemento central de políticas públicas de convivência com as secas.
- **A articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico** adaptado às realidades locais, como uma necessidade.
- **O acesso ao crédito e aos canais de comercialização**, como meios indispensáveis para ultrapassar o estágio da mera subsistência.

ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE

O semi-árido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infra-estruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macro-econômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semi-Árido compreende, entre outras medidas:

- **A descentralização das políticas e dos investimentos**, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semi-árido.
- **A priorização de investimentos em infra-estrutura social** (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.
- **Maiores investimentos em infra-estrutura econômica** (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- **Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.**
- **A regulação dos investimentos públicos e privados**, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do semi-árido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção, a Articulação está propondo, para vigência desse direito:

- **O reforço do processo de organização dos atores sociais**, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.
- **Importantes mudanças educacionais**, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular:
 - **A erradicação do analfabetismo** no prazo de 10 anos

- **A garantia do ensino básico para jovens e adultos**, com currículos elaborados a partir da realidade local.
- **A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.**
- **A valorização dos conhecimentos tradicionais.**
- **A criação de um programa de geração e difusão de informações** e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o semi-árido e atravesse toda a sociedade brasileira.

INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens.

Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5º da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a Articulação no Semiárido Brasileiro reivindica, entre outras medidas:

- **que seja cumprida a Convenção 100 da OIT**, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- **que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.**
- **que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;**
- **que mais mulheres e jovens sejam capacitados para participar em conselhos** de políticas públicas;
- **que mais mulheres adultas tenham acesso à escola**, com horários e currículo apropriados.

PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que... têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II – a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III – a recuperação de terras degradadas.”

A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no semi-árido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- **A realização de um zoneamento** sócio-ambiental preciso.
- **A implementação de um programa de reflorestamento.**
- **A criação de um Plano de Gestão das Águas** para o Semi-Árido.
- **O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência** com o semi-árido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.
- **O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.**
- **A proteção e ampliação de unidades de conservação** e a recuperação de mananciais e áreas degradadas.
- **A fiscalização rigorosa** do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”.

Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semi-Árido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- **A captação de recursos a fundos perdidos**, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil.
- **A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes**, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- **Um fundo específico** para todas as atividades que não são passíveis de financiamento através das linhas de crédito existentes.
- **Uma linha de crédito especial**, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, vão custar aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (48 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no semi-árido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

A ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO É FORMADA POR 61 ENTIDADES A SEGUIR LISTADAS

AACC
ABONG PE
ACB
ADERT
AMAS
AMAVIDA
APAN
APEB/SERRINHA
APIME
APTA
ASPAN
ASPOAN
AS-PTA NE
AS-PTA PB
ASS
ASSEMA
ASSOCENE
ARTICULAÇÃO ÁGUA
CAA/GENTIO DO OURO
CAA/NORTE DE MINAS
CAATINGA
CÁRITAS/CNBB
CEALNOR
CECOR
CENTRO LUIZ FREIRE
CENTRO SABIÁ
CERIS
CESE
COMPLETA
CONTAG
CRS
DED
DIACONIA
ECOS/FLORESTA
ECOS/RECIFE
ESPLAR

FETAPE
FETARN
FETRAECE
FÓRUM BRASILEIRO DE ONG'S E
MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL
FUNDAÇÃO QUINTETO VIOLADO
GARRA
GRUPO TERRA
IEH
IRPAA
MOC
NAPER
OXFAM
PATAC
PÓLO SINDICAL DE PETROLÂNDIA
SASOP
SEAN
SENV
SNE
SOS CORPO
TECHNE
TERRA VIVA
TIJUPÁ
UNICEF
#VISÃOMUNDIAL

ANEXO C – CARTA DE PRINCÍPIOS DA ASA

CARTA DE PRINCÍPIOS

1. A Articulação no Semi-Árido – ASA – é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no semi-árido brasileiro.
2. São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à “Declaração do Semi-Árido” (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios;
3. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
4. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido;
5. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semi-árido;
6. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semi-árido;
7. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do semi-árido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;
8. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semi-Árido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.

Igarassú (PE), 15 de fevereiro de 2000.

ANEXO D - CARTA POLÍTICA DE GÊNERO DA ASA

CARTA POLÍTICA DE GÊNERO ASA - ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

“CONSTRUIR A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES É CONSTRUIR CONVIVÊNCIA SUSTENTÁVEL COM O SEMI-ÁRIDO”

VI ENCONASA - Crato, 23 de novembro de 2006

Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando as mulheres numa situação de subordinação e opressão em relação aos homens nos espaços de decisão, no trabalho, na família e na política. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder, mando e autoridade sobre as mulheres.

Como consequência dessa estrutura hierárquica, questões como a violência doméstica e a injusta divisão sexual do trabalho - que destina às mulheres o espaço privado, invisibilizando a contribuição econômica, social e política do trabalho das mulheres - permanecem presentes no Semi-Árido.

Entendemos que a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semi-Árido, passa pelo reconhecimento da situação de opressão e subordinação em que vivem as mulheres. A ação transformadora dessa realidade pressupõe a perspectiva de gênero como ação estruturante, a incorporação da luta pelos direitos das mulheres e a sua constituição como sujeitos políticos.

Desse modo, a Articulação no Semi-Árido – ASA, como um espaço de articulação política da sociedade civil organizada no semi-árido brasileiro, tem realizado momentos de reflexão e construção coletiva de propostas para a promoção de relações igualitárias de gênero.

Atualmente, se organizam na ASA a Comissão Nacional de Gênero e algumas comissões estaduais. Essas comissões surgiram pela necessidade de um espaço de articulação política que tivesse como foco a ampliação da perspectiva de gênero na ASA.

Foi realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2006, o *I Seminário Nacional de Gênero da ASA – Construindo caminhos para a transformação das relações de gênero na Articulação*, onde participaram 47 pessoas, sendo 38 mulheres. Esse Seminário teve como objetivo debater sobre as relações de gênero existentes no contexto da rede e as formas que essas relações

refletem a estrutura social da região, tendo como foco a construção de uma agenda política de gênero para a ASA.

O Seminário também se configurou como um momento preparatório para a oficina *Construir igualdade entre homens e mulheres é construir convivência sustentável com o Semi-Árido*, realizada no dia 22 de novembro, na cidade do Crato - Ceará, durante o VI Encontro Nacional da ASA – ENCONASA.

Essa Oficina resultou na ampliação do debate e na consolidação de um conjunto de propostas que se seguem:

- . Criar e apoiar o GT de Gênero da ASA, em sua estrutura nacional;
- . Fortalecer as comissões e GTs estaduais de Gênero já existentes e fomentar a criação nos outros estados;
- . Garantir recursos financeiros nos orçamentos da APIMC, programas e projetos da ASA, para investir, de forma estruturante, na temática de gênero na ASA;
- . Garantir a paridade de gênero nas instâncias de decisão e nos encontros da ASA;
- . Potencializar a auto-organização das mulheres no interior da ASA;
- . Construir alianças políticas com os movimentos de autoorganização das mulheres
- . Analisar as ações dos programas e projetos da ASA, sob a perspectiva de gênero, e propor mudanças que alterem as relações de desigualdades;
- . Visibilizar as ações na área organizativa, produtiva e de comercialização das mulheres no Semi-Árido e promover o intercâmbio entre as experiências;
- . Contribuir para que o enfoque de gênero esteja presente em todos os instrumentos de divulgação da ASA;
- . Adotar a linguagem inclusiva nos documentos e declarações da ASA, como forma de visibilizar as mulheres como sujeitos políticos;
- . Realizar o debate de gênero em todos os temas de discussão da ASA, tais como: acesso à água e à terra, desertificação, agrobiodiversidade, biodiesel, economia solidária, dentre outros;
- . Manter o debate sobre a questão da opressão das mulheres, com destaque para o tema da violência contra as mulheres;
- . Discutir a divisão sexual do trabalho como base material das relações desiguais de gênero.

ANEXO E - CARTA DO ENCONTRO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DA ASA

Carta do Encontro Nacional de Comunicação da ASA

“Por uma comunicação popular e comunitária no Semiárido”

*“Das novas antenas chegam velhas tolices...
A sabedoria ainda é transmitida de boca em boca” - Bertold Brecht*

A Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, como um espaço de articulação política da sociedade civil organizada, nesses 15 anos de caminhada, vem contribuindo para modificar a imagem estereotipada do Semiárido - comumente associada ao gado morto e terra rachada - por uma imagem de uma região bela, forte, resiliente e cheia de potencialidades.

Essa construção só foi possível graças às experiências acumuladas na ação da rede a partir da democratização da água, do debate sobre as sementes crioulas, sobre a construção do conhecimento, valorização e empoderamento das mulheres, entre outros elementos que fortalecem a perspectiva da convivência com o Semiárido.

É inegável a importância da comunicação nesse contexto, pois ela é responsável por materializar essa imagem, fortalecendo a autoestima dos povos e populações locais, tendo como fonte de inspiração os processos de educação popular já enraizados no Semiárido e multiplicados pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: P1MC e P1+2.

Para avançar no debate de que comunicação queremos para o Semiárido, a ASA tem realizado momentos de formação, reflexão e construção coletiva de processos para o fortalecimento dessa ação. Nesse sentido, a ASA reuniu comunicadores e comunicadoras populares, assessores e assessoras técnicas, assessores e assessoras pedagógicas, coordenadores e coordenadoras das ASAs estaduais e agricultores e agricultoras no Encontro Nacional de Comunicação, entre os dias 9 e 11 de setembro de 2014, em Gravatá, Pernambuco.

Nosso Encontro teve como pano de fundo a reflexão e alinhamento da rede ASA sobre a necessidade da democratização da comunicação para fortalecer a prática da comunicação popular e comunitária. Essa é a base para a política de comunicação da ASA que está em processo de construção e que se ampara nos princípios políticos que a articulação tem assumido ao longo da sua história.

Reconhecemos e valorizamos os investimentos que a ASA tem feito no sentido de fortalecer a comunicação popular e comunitária nas bases. Os encontros de comunicação, a inclusão dos comunicadores populares nas dinâmicas dos projetos, os intercâmbios, as sistematizações, as produções radiofônicas são resultados desse movimento.

Nesse encontro Nacional de Comunicação da Asa que tem como tema: “Comunicação Popular e Comunitária no Semiárido”, reafirmamos o papel dos comunicadores e comunicadoras populares de possibilitar a apropriação do direito à comunicação pelas famílias que protagonizam uma revolução silenciosa no semiárido brasileiro.

Debatemos que os grandes meios de comunicação, concentrados nas mãos de poucos, estão a serviço de um projeto político que oprime e invisibiliza os povos do semiárido. Por isso acreditamos ser importante a democratização da comunicação, para que os povos do semiárido, com o seu modo de falar, denunciem os conflitos e opressões e anunciem as belezas, culturas e histórias vivenciadas em cada canto do semiárido brasileiro.

A partir destas reflexões, apontamos:

- A necessidade de visibilizar as experiências de comunicação existentes nas diversas comunidades onde ASA atua, para que possam ser intercambiadas e multiplicadas por todo o território Semiárido.
- O nosso desafio é ampliar a nossa participação em espaços onde essas questões são discutidas com outros coletivos e redes, a exemplo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e dos comitês estaduais, de maneira que possamos retroalimentar o debate e pautar as especificidades do Semiárido.
- É fundamental o maior envolvimento de todos os atores – coordenação executiva estadual, coordenadores/as de projetos, mobilizadores/as, assessores/as das capacitações, pedreiros/as, coordenadores das organizações e todos/as que constroem a ASA no debate e prática da comunicação, compreendendo a centralidade desse direito humano para o acesso aos demais. Concretamente esse entendimento se reflete no fortalecimento das políticas de convivência com as quais trabalhamos e na própria incidência política da articulação na sociedade.
- Para garantir o fluxo de informação, maior compreensão dos processos da ASA e divulgação das ações, acreditamos ser fundamental o reconhecimento do comunicador e comunicadora popular como um ator que faz parte desta construção coletiva.

- As ASAs estaduais precisam incorporar e assumir o debate da comunicação de forma mais efetiva, para além dos produtos e processos operacionais. Acreditamos que a comunicação precisa ser reconhecida como elemento fundamental na garantia de outros direitos e na construção do modelo de desenvolvimento que acreditamos para o semiárido brasileiro.

A caminhada das comunidades, dos povos do semiárido, da ASA nos seus 15 anos, nos motiva e inspira a assumir politicamente a dimensão da Comunicação como um direito humano. Democratizar a comunicação é democratizar o sentido da vida, da luta e resistência das comunidades e dos povos do semiárido. Fortalecer a comunicação é fortalecer o nosso projeto Político de Convivência com o Semiárido.

Gravatá/PE, 11 de setembro de 2014.

ASA 15 ANOS

Ampliando a Resistencia

ANEXO F - CARTA DAS MULHERES DO SEMIÁRIDO

CARTA DAS MULHERES DO SEMIÁRIDO

O avanço do neoliberalismo e o fortalecimento do conservadorismo aprofunda, em todo o mundo, a desigualdade, ampliando a mercantilização da vida, dos territórios, da biodiversidade e dos corpos das mulheres. No Brasil, este quadro se imprime em retrocessos de direitos por meio de um golpe à democracia. Neste contexto, nós, mulheres do semiárido, reunidas em Natal, RN, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2017, denunciemos:

- A invasão do capital sobre os nossos territórios através do agro e hidronegócio que tem desapropriado as mulheres de suas terras, retirado a sua autonomia e capacidade produtiva e de ação política como sujeito;
- O desmonte de direitos e políticas públicas que ameaçam as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, em especial a seguridade social que vinha garantindo às mulheres rurais o direito de envelhecer com dignidade, uma assistência que considera a divisão sexual do trabalho e o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e que está sendo ameaçada pela reforma da previdência do governo golpista;
- A destruição dos espaços de participação política como conselhos, fóruns e conferências que tiveram papéis históricos na proposição de políticas públicas nos últimos anos;
- O desmonte das políticas de convivência com o semiárido que demonstra a estratégia do governo golpista em destruir a capacidade organizativa e propositiva de bem viver dos povos do sertão para retornar às práticas do clientelismo que por anos dominaram a nossa região;
- A violência contra a mulher nos espaços públicos e privados que se sustenta na articulação do patriarcado e do capital materializada na desapropriação de seus territórios, na perda de direitos, e no avanço do conservadorismo seja nas instituições religiosas e/ou estatais;

As mulheres do semiárido têm demonstrado historicamente que são capazes de montar estratégias para enfrentar e derrotar o avanço do neoliberalismo e conservadorismo. A constituição de um feminismo popular e militante constrói um projeto de sociedade pautado na autonomia das mulheres, na convivência e na agroecologia.

As experiências de auto organização, produção de alimentos saudáveis, de captação e reuso de água, das guardiãs da biodiversidade, de lutas unificadas e de enfrentamento à divisão sexual do trabalho tem concretizado o nosso projeto de um semiárido vivo e igual.

Nesta perspectiva, propomos:

- Um combate cotidiano contra a invasão do capital através dos grandes projetos do agro e do hidronegócio, das empresas eólicas e minerações e da mercantilização da nossa terra, água, ar, sol e as pessoas para o capital estrangeiro;
- Uma luta permanente pelo retorno da democracia e pela ampliação de participação popular;
- Uma luta ampla e unificada contra a reforma da previdência, o desmonte das políticas de convivência com o semiárido: Nenhum direito a menos;
- Luta contínua de enfrentamento à toda e qualquer forma de violência contra a mulher fortalecendo redes de acolhimento, grupos de auto organização das comunidades e a marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia;
- O compromisso com o debate da divisão sexual do trabalho e a construção de instrumentos de luta como a campanha pela divisão justa do trabalho, a auto organização das mulheres, a escola feminista do semiárido;
- O fortalecimento da auto organização das mulheres fomentando uma rede de Mulheres do Semiárido. Com isso, reafirmamos que a nossa capacidade organizativa e de unificação das lutas serão capazes de responder às adversidades desta conjuntura e apontar para um semiárido vivo com homens e mulheres livres.

As mulheres são a resistência. Sem feminismo não há convivência!



Onde a vida pode florescer

O quintal de Dona Cida, na Zona Rural de Flores, mostra que é possível produzir com qualidade no semiárido.

Em meio ao cenário castigado pela seca que vêm atingindo várias famílias no Sertão de Pernambuco, é possível encontrar um jardim verde e florido. Fruto de muito amor e dedicação. Um lugar mágico que foi construído pelas mãos de Dona Cida, no sítio Pereiros, município de Flores. É lá que ela passa a maior parte de seu dia e de sua vida.

Protegido por arame e madeira, o cantinho de Dona Cida prova que é possível viver no Semiárido com qualidade de vida e com uma riqueza sem tamanho. A diversidade de hortaliças e frutíferas é imensa, e tudo que apenas necessita é de água. Lá podemos encher os olhos com jerimum, milho, quiabo, melancia, alface, coentro, cebolinha, tomate, girassol, goiabeira, pinheira, laranjeira, acerola, bananeira, pimentão, cenoura, beterraba, repolho, batata doce, batata inglesa, macaxeira, seriguela, uva, maçã, entre outros. Vamos agora conhecer o mundo verde da família Rocha.



Desde 2002 que a família Rocha tem a assessoria técnica da Casa da Mulher do Nordeste, com a contribuição de técnicas agrícolas para a convivência com o Semiárido. A tecnologia que há um acompanhamento de pelo menos duas vezes por mês é o quintal produtivo. A menina dos olhos de ouro de Dona Cida que cuida com muito carinho. “Por mim eu vivia direto na horta. Até reclamam porque só ligo para ela. Mas o canteiro é minha alegria de viver”, disse.

O sentimento de Dona Cida é passado de geração a geração. Suas filhas Vânia e Sônia cuidam também da horta. Os meninos Alan (6 anos) e Alex (3 anos), são os anfitriões da casa, e mostram com orgulho as frutas que já podem ser colhidas do pé e as plantas que ajudaram a plantar. Já o senhor Francisco, agricultor desde criança, é responsável pela poda das fruteiras e irrigação do quintal.

Desde pequena que Dona Cida é agricultora e seguiu o exemplo de sua mãe. “A minha mãe já plantava, eu cresci cuidando dos canteiros com ela. Inclusive tinha pimenta de todas as variedades, plantas medicinais e verduras. Fui tomando gosto e sempre cuidei dos canteiros”, relata. O que colhia era para consumo próprio e teve um tempo que vendeu na feira agroecológica de Flores. Hoje, apenas vende para os vizinhos e clientes fiéis. A qualidade dos seus produtos é o segredo de Dona Cida, que não usa nenhum agrotóxico em sua plantação, garantindo a toda a família e seus clientes alimentos saudáveis. Outra técnica que aprendeu com a assessoria da CMN, foi a confecção do composto orgânico, usado como fertilizante para a horta, melhorando ainda mais a qualidade de sua produção.

A dupla jornada de trabalho já é rotina na vida de Dona Cida. Acorda às 4h da manhã para varrer o terreiro, trabalhar, cuidar da horta e ainda providenciar o almoço da família. Por volta das 15h volta ao seu quintal e no final do dia ainda dá comida as galinhas e leva o jantar para o seu pai de 93 anos que mora em uma casa ao lado. O galinheiro também foi uma construção em parceria com a Casa da Mulher do Nordeste, e hoje é um dos xodós da família. No sítio, a família também cria alguns animais como porco, cabra, ovelha, vaca e bezerro. Todos magros por causa da seca. Mas, com todo o cuidado de Seu Francisco e do neto menor que adora brincar principalmente com as cabras, eles tem conseguido manter a alimentação dos seus bichinhos com muitas dificuldades. Seu Francisco vai com frequência comprar comida para os animais, por falta de capim na propriedade. “Eu levo duas horas para ir comprar o capim”, contou.



Além da cisterna, a casa de Seu Francisco e Dona Cida têm caixa d'água e poços artesianos, um inclusive já secou por causa da seca dos últimos dois anos. É com a água do poço que conseguem manter a horta, e utilizam para os afazeres domésticos e o uso pessoal. A falta de água na região é uma realidade e na casa de Dona Cida não é diferente.

2

Uma outra tecnologia que veio para contribuir na renda familiar e melhorar a qualidade de vida foi a chegada do fogão agroecológico. Há cinco anos, o Seu Francisco deixou de comprar dois botijões de gás por mês e passou a comprar apenas um, isso significa que o fogão contribuiu para a economia na casa e a saúde da família. “Antes usava carvão aqui no fogão, e depois passei a usar a lenha com o fogão agroecológico. A lenha é mais saudável que o carvão. Eu fui criado com panela de barro e com bule. Tudo era natural. E hoje tudo que é natural trocam por coisas descartáveis”, estranha Seu Francisco.

A família Rocha garante seu sustento com programas do governo, a aposentadoria agrícola. Fortes e persistentes, já passaram por várias crises, como a conhecida Crise do Bicudo, em 1981. Naquela época a família perdeu a produção do algodão, que garantia o dinheiro necessário para pagar as contas na farmácia, supermercado e vestimentas. E para piorar, veio depois a Crise da Palma, atacada pela cochonilha do carmim, deixando a propriedade apenas com o mandacaru para a alimentação dos animais. Apesar de todas as dificuldades, Dona Cida agradece com muita fé tudo que tem conseguido na vida e retribui com solidariedade. “Hoje está bom, temos um poço, mesmo com pouca água. Tem gente ai que não tem nada, por causa da seca que acabou tudo. Fizemos uma caixa grande e tiramos água do poço e armazenamos lá. Até oferecemos as pessoas que passam aqui quando precisam”, disse Dona Cida. E assim seguem todos os dias dessa sertaneja, como são as plantas, que renascem a cada amanhecer.

CONTAM POR AI

Que a comunidade onde mora Dona Cida se chama Pereiros porque há uma grande concentração de árvores com o mesmo nome na região. Olha só um pé de Pereiro que encontramos no terreiro da família Rocha (foto à direita). A comunidade pertence ao município de Flores, no Pajeú, à 394 km da capital pernambucana.



Realização



Patrocínio





Artesanato, uma arte que dá resultado



Embora pareça complicado, o artesanato é uma arte que está presente nas vidas de muitas famílias sertanejas. Os objetos produzidos pelos artesãos na sua maioria são confeccionados de forma manual. Por isso, cada arte também é reconhecida como produção de um artesão específico. O artesão é identificado como aquele que produz objetos pertencentes à chamada cultura popular.

No assentamento Caraíbas II, município de Santa Maria da Boa Vista (PE), um grupo de mulheres desenvolve e confecciona uma variedade de peças artesanais, as quais tem um significado amplo e extraordinário na vida de cada uma delas. O grupo é composto por doze pessoas e cada uma delas desempenha um papel de acordo com a sua capacidade e o seu perfil.

As mulheres que fazem parte do grupo começaram a desenvolver suas artes individualmente nas próprias casas, onde cada uma delas, de forma um pouco tímida, fabricava as peças que vinham pela cabeça. Daí, por meio de conversas entre elas e com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, surge à iniciativa de se organizarem em grupo, pela necessidade do fortalecimento almejado por cada uma, dentro das suas ações. “Nós do Sindicato ajudamos a criar o grupo, e esse foi o primeiro passo. Depois nossa responsabilidade aumentou. A gente busca cursos profissionalizantes junto a outros órgãos, a exemplo do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), além de dar assistência para que esse grupo participe das capacitações e das feiras regionais, expondo e comercializando as peças. Para nós é uma satisfação ter a ASA e o NEPS, como parceiros nossos nessa divulgação”, enfatiza José Expedito de Almeida (Edilson), Secretário de Políticas Agrícolas e Agrárias do Sindicato.



“Tudo começou primeiro com as graças de Deus, depois com o apoio do Sindicato. Somando os nossos desejos, tivemos o privilégio de sair do individualismo, e nos tornarmos um grupo organizado, somando forças e visando o futuro. É tanto que já iniciamos com uma ajuda financeira do Pronaf Mulher (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por meio do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no ano de 2012.

Apesar de não terem saído todas as parcelas, nós não paramos. Estamos na luta e graças a Deus está dando tudo certo. São doze mulheres organizadas e com isso o trabalho torna-se rico, por que cada uma tem uma forma diferente de trabalhar. Eu pratico mais no crochê e nas aplicações, enquanto outras já desenvolvem mais nas costuras, nos bordados entre outros, tornando assim o trabalho cada vez mais forte”, enfatiza Dona Gracilda Evangelista da Silva Andrade, componente do

“O trabalho só funciona se existirem união e coletividade, aqui cada uma se destaca e ajuda umas às outras, se uma faz um jogo de cozinha, e não sabe fazer o crochê, já tem outra que faz o crochê, por isso a iniciativa do trabalho em conjunto só vem a fortalecer cada vez mais”, comenta Dona Gracilda.

A renda dos artesanatos ainda representa somente um complemento para a sustentabilidade das famílias, mas isso é significativo, levando em consideração que todas vivem da agricultura. “A cada três meses nós fazemos balanço de toda movimentação, considerando as vendas, as compras dos materiais e as despesas com deslocamento para participar de capacitações, compra de materiais e até mesmo a venda de alguns objetos, mesmo com todos os gastos agente consegue livrar, em média, duzentos reais para cada uma, considerando o período dos três meses”, enfatiza Cícera



Hoje uma necessidade do grupo é apoio financeiro, visto que o coletivo está na fase inicial, e por isso precisa participar de capacitações para se qualificar cada vez mais, o que acaba gerando muitas despesas. As peças são produzidas para estoque e por encomenda. Nesse ano, desde cedo, algumas pessoas já começaram a solicitar artes sobre a Copa do Mundo. Um ponto importante para o grupo é a divulgação, sendo que esse é um dos pontos chave do negócio. “Para nós que ainda estamos começando a andar, esse boletim é tudo que queremos, é um pontapé inicial para fortalecer nosso trabalho. Em nome do grupo, somos gratas por essa divulgação que só traz crescimento”, enfatiza Gracilda.

Realização



Articulação
Semiárido
Brasileiro



Apoio



Dificuldades, superação e força de vontade de Maria Alzira e família

Maria Alzira de Sousa tem 46 anos e é casada há 23 anos com Elias Francisco. Eles moram no sítio Sobrado, zona rural de Jataúba, município do Agreste pernambucano situado a uma altitude de 1.200m. Apesar das dificuldades de acesso à água, a comunidade é bem organizada e é possível perceber o esforço de cada um para ver o desenvolvimento da região. Dona Maria conta que nasceu em sítio Sobrado e, por não ter onde morar quando se casou aos 21 anos, foi para São Paulo. Lá ficou por dois anos e engravidou do primeiro filho, Araújo, que hoje tem 22 anos.



Maria Alzira e parte da família na sua propriedade em sítio Sobrado

Quando voltaram de São Paulo, Maria Alzira conta que o marido acabou retornando para a capital paulista. “Sempre foi assim. Por toda vida e até hoje. Ele passa um ano longe e um mês em casa; um ano longe e um mês em casa”, conta a agricultora. Nestas idas e vindas, ela engravidou da filha Amanda, que hoje está com 18 anos. Dona Maria, com muito esforço, comprou uma casa velha e pequena. “Era tão pequena que não podia receber visitas, pois bastava entrar três pessoas que já enchia”, diz Maria Alzira, sorrindo. Ela derrubou esta casa e construiu a que mora até hoje. Lá nasceram seus outros três filhos: Rogério, hoje com 13 anos; Roberto, com 10, e Joana, com 5.



"Se não tem reserva d'água, todas as plantas morrem", afirma Maria Alzira



A agricultora prefere deixar no passado a lembrança de quando saía de madrugada para buscar água na única cacimba da comunidade

Para que pudesse cuidar melhor de seus pais, dona Maria os trouxe para morar com ela. Seu pai faleceu há sete anos e sua mãe, há um ano. Logo depois, dona Maria teve uma trombose na perna e, apesar de tantas dificuldades, ela até hoje não desiste de seus sonhos. A agricultora fala com orgulho que a “história bonita” dela começa quando a família conquistou uma cisterna-calçadão com capacidade de armazenar 52 mil litros de água. Foram 35 dias gastos para escavação do buraco da cisterna, pois o solo de Sítio Sobrado é muito raso. “Se fosse uma preguiçosa, tinha desistido no primeiro obstáculo. Eu não desisti e hoje vejo o resultado positivo”, relembra Maria Alzira, com orgulho.

“Antes era impossível qualquer cultivo no período de estiagem. Sem falar que aqui era só lixo e mato que não servia para nada. Com a orientação técnica e a cisterna, agora possuo em meu sítio: palma forrageira, girassol, pés de mamão, goiaba, pinha, laranja, manga, coco, caju e banana, nim, macaxeira, catolé, jerimum, milho, feijão, eucalipto, alface, pimenta, couve, arruda, cebolinha, hortelã pequeno e grande, além de flores plantadas ao redor da cisterna para as abelhas e muito mais”. A agricultora ressalta que tudo isto é fruto da cisterna: “O sol aqui é castigante e, se não tem uma reserva d’água, todas as plantas morrem”.

Antes da chegada da cisterna, a renda da família vinha apenas do artesanato, feito com a palha do coco catolé. Na época, dona Maria confeccionava chapéus, mas, aos poucos, foi aderindo à renda Renascença, que confecciona até hoje. A atividade conta com o envolvimento de todos da família e é um complemento da renda. Já faz três anos que Maria Alzira tem uma cisterna e comemora porque não precisa mais comprar alguns produtos que brotam da sua terra e, o que sobra do consumo familiar, pode comercializar.

Dona Maria também cria 11 cabeças de caprinos e 2 vacas. Todo material de esterco curtido é usado para as plantas e também nos canteiros econômicos. Ela não se esquece das dificuldades que já passou por conta do acesso à água. “Já saí muitas vezes de casa às 3h da manhã para ficar na fila de uma cacimba que era a única fonte de água da comunidade. De lá, saía muitas vezes às 10h, só esperando minar a água e diminuir a fila”, comenta Maria Alzira, que prefere deixar as lembranças dos momentos difíceis no passado.

Realização



Patrocínio

